

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX

Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix

2021 – 2025

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO	07
1 PERFIL INSTITUCIONAL	08
1.1 Missão	08
1.2 Histórico de implantação e desenvolvimento da instituição	09
1.3 Objetivos e metas da Instituição	11
1.3.1 Descrição dos objetivos	12
1.3.2 Metas institucionais	13
1.4 Áreas de Atuação Acadêmica	16
2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	19
2.1 Introdução	19
2.2 Eixos Pedagógicos	20
2.3 Inserção regional	20
2.4 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos	34
2.4.1 Práxis e produção do conhecimento como componentes pedagógicos	34
2.4.2 Amplitude e abrangência do conhecer: corresponsabilidades	35
2.4.3 A interdisciplinaridade como estratégia educacional	35
2.5 Políticas de ensino	36
2.5.1 Práticas de ensino inclusivas	36
2.5.2 Práticas pedagógicas expandidas e conseqüente formação de outros espaços de aprendizado	37
2.5.3 Formação de cidadãos críticos, criativos e socialmente responsáveis	38
2.5.4 Uma comunidade de aprendizado contínuo – educação continuada	38
2.6 Políticas de extensão	39
2.6.1 Princípios da extensão universitária.....	40
2.6.2 Objetivos da extensão universitária	41
2.6.3 A extensão e sua relação com o ensino e a pesquisa.....	42
2.6.4 Extensão no relacionamento academia e sociedade	44
2.6.5 O sentido das ações de extensão	45
2.6.6 A curricularização da extensão	46
2.6.7 A avaliação da Extensão	47
2.6.8 Política institucional de apoio à extensão	47

2.6.9 Diretrizes para a extensão nas IMES	48
2.7 Políticas de pesquisa	49
2.7.1 Produção do conhecimento	51
2.7.2 Formação científica do discente	52
2.7.3 Divulgação do conhecimento	53
2.7.4 Desenvolvimento artístico e cultural	54
2.8 Políticas de Gestão	55
2.9 Política Institucional de Internacionalização	55
2.9.1 Parcerias e convênios	58
2.9.2 Programa de Mobilidade Internacional Acadêmica	60
2.9.3 Missões de Estudo	61
2.9.4 Visiting Professor	61
3 IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	62
3.1 Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para a definição de:	62
3.1.2 Perfil de egresso	62
3.1.3 Seleção de conteúdos das disciplinas	63
3.1.4 Processo de avaliação	64
3.1.5 Atividades complementares, de prática profissional e de estágios	65
3.2 Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares	66
3.2.1 Tempo e espaço para a aprendizagem e convivência cidadã	66
3.2.2 Políticas e práticas de educação a distância	69
3.2.3 Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos	71
4 CORPO DOCENTE	72
4.1 Critérios para composição do Núcleo Docente Estruturante	73
4.1.1 Requisitos de titulação	75
4.1.2 Critérios de seleção e contratação	75
4.1.3 Etapas do processo seletivo e divulgação de resultado	76
4.2 Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho Docente	76
4.2.1 Do aprimoramento e capacitação	76

4.2.1.1 Programa Continuado de Capacitação Pedagógica do(a) Docente da Graduação	77
4.2.1.2 Programa de Acompanhamento e Assessoria Pedagógica Docentes	77
4.2.1.3 Programa de Assessoria Pedagógica aos(as) Coordenadores(as)	77
4.2.2 Plano de Carreira Docente	77
5 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	85
5.1 Os critérios de seleção e contratação	85
5.2 Políticas de qualificação	86
5.3 Plano de Carreira Administrativa	86
5.4 Quadro de cargos e salários	87
5.5 Divisão ocupacional e níveis de maturidade	87
5.6 Regime de Trabalho, progressão salarial e avaliação de desempenho	88
6 CORPO DISCENTE	89
6.1 Formas de acesso	90
6.1.1 Processo Seletivo	90
6.1.2 Transferência Externa	90
6.1.3 Obtenção de Novo Título	90
6.1.4 ENEM	90
6.2 Programas de apoio pedagógico	91
6.3 Apoio Pedagógico Extraclasse – “Nivelamento”	91
6.4 Programa de Monitoria	91
6.5 Incentivo Acadêmico para composição de alunos(as) em Tempo Integral	92
6.6 Programas de apoio financeiro (Bolsas)	93
6.7 Atendimento Psicopedagógico	93
6.8 Estímulo à produção artístico-cultural	93
6.9 Apoio no espaço estudantil – estrutura e ações	96
6.10 Centros Acadêmicos ou Diretórios Acadêmicos	97
6.11 Pastoral Universitária	97
6.12 Relações Internacionais – ARI	98
6.13 Acompanhamento de egressos	99

7 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	100
7.1 Estrutura organizacional com as instâncias de decisão	100
7.2 Organograma acadêmico	101
7.3 Órgãos colegiados: competências e composição	101
7.4 Órgãos de apoio às atividades acadêmicas	104
7.5 Autonomia da IES em relação à mantenedora	106
7.6 Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas	107
8 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	108
8.1 Organização	109
8.2 Sensibilização	109
8.3 Metodologia	109
8.4 Dimensões de autoavaliação institucional a serem consideradas	110
8.5 Aplicação dos instrumentos de avaliação	112
8.6 Elaboração dos relatórios parciais e finais	113
8.7 Disseminação dos resultados e planejamento	113
8.8 Avaliação externa dos cursos de graduação e do processo de autoavaliação ..	114
9 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES	115
9.1 Tabelas de Infraestrutura física por campi	116
9.2 Infraestrutura acadêmica	127
9.2.1 Relação equipamento/aluno/curso	128
9.2.2 Sistemas de Informação e informatização	128
9.2.3 Dos sistemas acadêmicos e administrativos	129
9.2.4 Integração dos Campi	130
9.2.5 Internet	130
9.2.6 Biblioteca	131
9.2.6.1 Acervo por área do conhecimento	132
9.2.6.2 - Cronograma de Expansão do Acervo Bibliográfico (Livros) para o Quinquênio	133
9.2.6.3 Aquisição de Acervo diverso para o Quinquênio	131
9.2.6.4 Formas de acesso, atualização e expansão do acervo	131
9.2.6.5 Horário de funcionamento	132

9.2.6.6 Serviços oferecidos	132
10 ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA	137
10.1 Plano de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário, imediato e diferenciado para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços e tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	138
10.2 Acessibilidade nas edificações	138
10.3 Acessibilidade no Processo Seletivo	139
10.4 Sinalização tátil	139
10.5 Programa de Difusão de LIBRAS	139
10.6 Programas para os universitários	140
11 DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	140
12 PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO	141
REFERÊNCIAS	142

1. IDENTIFICAÇÃO

Da Instituição Mantenedora

Nome: Instituto Metodista Izabela Hendrix

CNPJ: 17.217.191/0001-40

Endereço: Rua da Bahia, 2020, Bairro Lourdes, Belo Horizonte – Minas Gerais. CEP: 30160-012

Registro no Cartório: Estatuto inscrito no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte, nº79, registro 59448, livro A, em 04 de junho de 2009;

Atos legais: Decreto Federal nº70.880 em 26 de julho de 1972.

Credenciamento como Centro Universitário – Portaria Ministerial nº 88, de 16 de janeiro de 2002, publicação no Diário Oficial da União em 18 de janeiro de 2002.

Ato autorizativo de qualificação como Instituição de Educação Superior Comunitária – Portaria MEC nº 344, de 07/05/2015, publicada no DOU de 08/05/2015.

Telefone/Telefax: (31) 3244-7200

E-mail: reitoria@izabelahendrix.edu.br

Home page: <http://www.izabelahendrix.edu.br/>

Da Instituição Mantida

Nome: Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix

Endereços: Rua da Bahia, 2020 – Bairro Lourdes - Belo Horizonte – MG. CEP: 30160-012

Tel.: (31) 3244-7200

Fax: (31) 3244-7250

E-mail: reitoria@izabelahendrix.edu.br

delizia.gusmao@izabelahendrix.metodista.br

Atos legais: Recredenciamento. Portaria nº549, 03 de junho de 2015; Data de publicação no DOU: 05 de junho de 2015.

Home Page: <http://www.izabelahendrix.edu.br/>

Dos Dirigentes

Diretor Geral: Isamel Forte Valentim

Reitor: Luciano Sathler Rosa Guimaraes

Gerente Administrativo: Marco Cesar Lemos Forte

1.1 PERFIL INSTITUCIONAL

O Instituto Metodista Izabela Hendrix (IMIHI) é o mantenedor do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (CEUNIH). Faz parte do universo das instituições educacionais metodistas e integra um sistema de mais de 700 universidades e *colleges* metodistas em todos os continentes. No Brasil, integra uma rede de mais de 40 instituições de Educação Básica e Ensino Superior da Igreja Metodista, espalhadas de norte a sul do país.

O Instituto Metodista Izabela Hendrix é uma instituição privada, confessional, comunitária. Sua natureza confessional reside em sua vinculação à Igreja Metodista, que entende a educação como “o processo que visa a oferecer à pessoa e à comunidade uma compreensão da vida e da sociedade, comprometida com uma prática libertadora, recriando a vida e a sociedade, segundo o modelo de Jesus Cristo, questionando os sistemas de dominação e morte, à luz do Reino de Deus”.¹

A atuação educacional da Igreja Metodista é confessional e filantrópica e por isso não visa o lucro. Todo investimento feito pela comunidade na instituição é revertido para a melhoria da qualidade estrutural e dos processos da própria instituição. Com forte inserção social em áreas mais carentes da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o Instituto Metodista Izabela Hendrix tem a tradição de colaborar há mais de um século com o desenvolvimento da educação em Minas Gerais garantindo alta qualidade de ensino a todos, indistintamente.

Com vocação missionária histórica, o Izabela prima por uma visão ecumênica, abrindo suas portas para docentes e estudantes de outras religiões sem interesse proselitista. A partir desse princípio fica claro que a natureza comunitária do Instituto Metodista Izabela Hendrix se origina de sua confessionalidade e sua ação educativa buscará sempre a melhoria das condições de vida no mundo e um posicionamento contra quaisquer tipos de preconceitos e ações de discriminação e exclusão.

1.1 Missão

A partir dos elementos históricos da vocação educativa institucional, o Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (CEUNIH) define sua missão como: Educar e qualificar pessoas, a partir de valores fundados no cristianismo para serem cidadãos(ãs) críticos(as), criativos(as), responsáveis e capazes de atuar como profissionais capacitados na transformação da sociedade.

¹ Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista, Cânones da Igreja Metodista, 2002.

1.2 Histórico de implantação e desenvolvimento da instituição

O Instituto Metodista Izabela Hendrix (IMIHI) é o mantenedor do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Faz parte do universo das instituições educacionais metodistas e integra um sistema de mais de 700 universidades e *colleges* metodistas em todos os continentes.

No Brasil, o processo de constituição de um sistema próprio de educação metodista teve origem no processo de inserção do protestantismo histórico no país; no contexto da abertura dos portos e substituição da mão de obra escrava pela mão de obra remunerada artesanal, manufatureira e laboral da imigração europeia. O trabalho educacional era estratégia para o estabelecimento da Igreja no país, convicta de que a educação metodista ajudaria a libertação da ignorância, do analfabetismo e promoveria a modernização da sociedade, objetivando preparar as novas gerações para tornarem-se lideranças nacionais. As primeiras escolas metodistas se localizaram nos focos de presença da Igreja, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

A atuação educacional da Igreja Metodista é confessional, por isso não visa o lucro. Todo investimento feito pela comunidade na instituição é revertido para a melhoria da qualidade estrutural e dos processos da própria instituição. Com forte inserção social em áreas mais carentes da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o Instituto Metodista Izabela Hendrix tem a tradição de colaborar há mais de um século com o desenvolvimento da educação em Minas Gerais.

Em 1972, a Instituição ingressou no ensino superior com o curso de Letras (Licenciatura Plena) e Ciências (Licenciatura de 1º Grau). Depois vieram os cursos de Biologia (1979), Arquitetura e Urbanismo (1979) e Fonoaudiologia (1990). Em 1999, o Instituto Metodista Izabela Hendrix incorporou o Instituto Champagnat, passando a responder pelo Curso de Administração desta instituição.

No mesmo ano, um grande passo foi dado para a expansão institucional fora da região central de Belo Horizonte. Foi criado, no bairro Vale do Sereno, em Nova Lima, um novo campus do Centro Universitário.

Em 2002, a Instituição recebeu o credenciamento como Centro Universitário. Foram então criados os cursos de Fisioterapia (2002), Nutrição (2003), Enfermagem (2003) e Design de Interiores e Decoração (2004). Ainda no ano de 2004, a instituição passou a oferecer cursos sequenciais na área de Gestão (Gestão Empreendedora de Negócios e Gestão de Serviços de Saúde). Os cursos

sequenciais, em 2003, foram transformados em cursos Superiores de Tecnologia. Ampliando o catálogo dos cursos de gestão, foram introduzidos no mesmo ano os Cursos de Gestão de Marketing e Vendas, e Gestão do Meio Ambiente e Saneamento.

Ampliando o catálogo dos cursos de gestão, foram introduzidos no mesmo ano os Cursos de Gestão de Marketing e Vendas, e Gestão do Meio Ambiente e Saneamento. Continuando a expansão passamos a oferecer os cursos de Biomedicina (2007), Educação Física (Licenciatura) (2007), Pedagogia (Licenciatura) (2007), Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tecnólogo) (2008), Ciências Contábeis (2008), Comunicação Social – Jornalismo (2008), Comunicação Social Publicidade e Propaganda (2008), Música (Licenciatura) (2008), Serviço Social (2008), Agronomia (2009), Engenharia Ambiental e Sanitária (2009), Engenharia Civil (2009), Engenharia de Produção (2009) e Teologia (2009).

Em 2009, foi criado um campus na região de Venda Nova, seguindo a tendência de crescimento da região com a implantação da Cidade Administrativa, sede do governo estadual, e os investimentos na linha verde que liga o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, à Capital mineira. Numa área de mais de 7 mil metros quadrados, foram implantados os cursos de Administração, Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tecnólogo), Direito, Gestão Ambiental (Tecnólogo), Pedagogia (Licenciatura) e Serviço Social, todos no horário noturno. Atendendo as mudanças no cenário profissional, em 2012 passou a ser oferecida a modalidade Bacharelado dos cursos de Ciências Biológicas e Educação Física.

Em 2018, buscando atualizar seu catálogo de cursos alinhada às tendências e demandas do mercado, foram ofertados dois cursos experimentais: Curso Superior de Tecnologia em Bioinformática e o Curso Superior de Tecnologia em Ciências de Dados. Em 2019, iniciou-se o curso de Bacharelado em Psicologia, e em 2020, o curso de Medicina Veterinária.

Em 2002, a Instituição recebeu o credenciamento como Centro Universitário, conforme a Portaria Ministerial nº 88, de 16 de janeiro de 2002, com publicação no Diário Oficial da União em 18 de janeiro de 2002.

A Instituição obteve seu ato autorizativo de qualificação como Instituição de Educação Superior Comunitária na Portaria MEC nº 344, de 07/05/2015, publicada no DOU de 08/05/2015.

O Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix deu entrada com seu pedido de credenciamento institucional para oferta de educação superior na modalidade a distância em 2015,

Processo e-MEC 201405729/15, que já teve parecer favorável por parte da SERES/MEC e aguarda homologação pelo Ministério da Educação.

Foi constatado que a IES atendeu, no âmbito sistêmico e global, suficientemente os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente para credenciamento institucional na modalidade a distância, obtendo média satisfatória nos conceitos avaliados. Os requisitos legais e normativos foram atendidos.

Um dos objetivos em atuar com a EAD é a articulação com outras IES metodistas, especialmente a Universidade Metodista de São Paulo, que já mantém um polo EAD em parceria com o Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix.

Há mais de um século em Belo Horizonte, a instituição conta hoje com uma comunidade de 1.149 estudantes em seus cursos, todos presenciais, dos quais 1036 no Ensino Superior e 113 na Educação Básica. Tem ainda em sua comunidade interna cerca de 110 docentes e 98 colaboradores(as) no setor administrativo. Em seu quadro funcional, a instituição procura corrigir as distorções sociais, abrindo oportunidade para classes que geralmente vivem à margem da sociedade como negros (as), índios (as), pessoas com necessidades especiais e reconhecimento do trabalho feminino, por meio de bolsas sociais.

Em 2017, o Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix foi eleito pelo Guia do Estudante, da Editora Abril, como o **melhor Centro Universitário particular** e a **segunda melhor Instituição de Ensino Superior particular de Minas Gerais**.

1.3 Objetivos e metas da Instituição

O planejamento institucional é um dos alicerces para que uma instituição de ensino conAVA traçar metas e alcançar seus objetivos. Com esta visão, o Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix tem realizado reuniões em diferentes instâncias para colher opiniões e sugestões para que a sistematização das propostas contidas no PDI seja cada vez mais horizontal. A partir das reflexões em grupo, do caminhar institucional nos últimos anos, do replanejamento e do aperfeiçoamento do planejamento 2019 - 2023 e baseado nos resultados da autoavaliação institucional sistemática foi possível delinear o caminho a ser percorrido nos próximos anos, conforme explanado nos itens a seguir.

1.3.1 Descrição dos objetivos

O Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (CEUNIH), como instituição educacional da Igreja Metodista, tem por objetivos:

- ministrar o ensino em todos os seus graus, níveis e modalidades, proporcionando ao seu alunado preparo intelectual, profissional, físico, espiritual, social e cívico, sob influência cristã;
- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar nas diferentes áreas do conhecimento humano cidadãos(ãs) aptos(as) para sua inserção em setores profissionais, e para sua participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- proporcionar formação inicial e continuada, presencial e a distância, de profissionais aptos(as) para atuação no mercado de trabalho, com domínio das tecnologias que irão influenciar o século XXI;
- viabilizar a extensão do ensino e da pesquisa à comunidade, mediante a realização de projetos, cursos, programas e prestação de serviços nas áreas de sua atuação, disseminando conhecimentos que possibilitem o pleno desenvolvimento do potencial humano;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- estimular o conhecimento e a discussão da problemática atual do mundo, em particular as questões nacionais e regionais, capacitando os(as) discentes para interferências na sociedade;
- prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer relações de reciprocidade;
- desenvolver as ciências, as letras, as artes, o esporte e a cultura, visando a preservação e a melhoria da qualidade de vida da população local, regional e nacional;
- fortalecer a identidade confessional metodista na área da educação;
- garantir a efetividade da Comissão Própria de Avaliação (CPA) para que os processos por ela desencadeados sejam vistos na comunidade como de superação de problemas concretos e de fixação de padrões de qualidade;
- estabelecer as Linhas Curriculares Institucionais, que nortearão as ações do Centro Universitário no ensino, na pesquisa e na extensão;

1.3.2 Metas institucionais

O Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, sensível à realidade interna e externa atual, ao princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, bem como, aos pressupostos históricos, sociais, políticos e econômicos, tem como metas:

- contribuir enquanto comunidade aprendente para o desenvolvimento regional sustentável;
- colaborar com a ampliação do acesso ao ensino superior por meio da EAD;
- favorecer a socialização do conhecimento para melhoria da qualidade de vida em sociedade;
- consolidar políticas de relacionamento com a comunidade interna e externa;
- ampliar processos de gestão, inovação e empreendedorismo que otimizem a realização das atividades com eficiência e qualidade;
- alcançar uma presença nacional e internacional;
- fortalecer a identidade educacional Metodista;
- incrementar ações de aperfeiçoamento constante do corpo docente e técnico-administrativo, disponibilizando espaços e tempos adequados para o desenvolvimento pessoal e coletivo em práticas de educação continuada em serviço;
- otimizar as práticas de gestão acadêmica colegiada dos cursos, desenvolvendo estratégias inovadoras na racionalização do uso de recursos e para a ampliação da efetividade em todas as instâncias;
- ampliar ações da dinâmica institucional de modernização no uso das tecnologias inovadoras de informações, na perspectiva de manter atualizada a qualidade das práticas acadêmicas e de gestão, incluída a manutenção, o aumento, o acesso e o uso do acervo físico, virtual e de serviços da biblioteca;
- ampliar as possibilidades de acesso qualificado aos ambientes virtuais, oportunizando capacitação, aperfeiçoamento e incremento na disponibilização de equipamentos e espaços institucionais e orientação ao seu uso;
- otimizar o desenvolvimento de ações inovadoras na dinâmica da relação de ensino e de aprendizagem;
- desenvolver programas de capacitação teórico e prática, para atuação docente e de apoio no processo de ensino e de aprendizagem na modalidade da Educação a Distância (EAD);

- promover condições para a construção de recursos didático-pedagógicos para o ensino e a aprendizagem na modalidade EAD, no contexto das mídias e das atuais tecnologias de informação que favorecem a inovação metodológica;
- ampliar as parcerias, convênios e intercâmbios locais, regionais, nacionais e internacionais;
- ampliar as estratégias de comunicação com a sociedade, de modo a manter o reconhecimento como instituição confessional, comunitária e privada, promotora de educação universitária de qualidade pautada por princípios ético-humanísticos;
- garantir condições para o desenvolvimento de um processo de ensino e de aprendizagem de natureza inclusiva;
- ampliar estratégias e inovar na efetividade das formas institucionais de relacionamento e de comunicação com as comunidades interna e externa, com vistas a maior visibilidade dos processos de ensino, pesquisa e extensão;
- manter e otimizar a política de presença institucional, física e acadêmica, mantendo unidades de ensino distribuídas na cidade, promovendo, assim, melhor acessibilidade da região metropolitana à educação universitária;
- ampliar a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, nas modalidades presencial e semipresencial.
- oportunizar a construção de parcerias, convênios e intercâmbios, para o desenvolvimento de cursos por demandas localizadas;
- implantar e consolidar a curricularização da Extensão;
- otimizar o desenvolvimento de programas e projetos de extensão e a ação comunitária interna e externa, priorizando iniciativas interdisciplinares e sua interrelação com o ensino e a pesquisa;
- oferecer cursos de curta e de média duração, por demandas localizadas, no interesse do aperfeiçoamento e da educação continuada;
- ampliar a divulgação das práticas extensionistas institucionais, incentivando uma maior motivação estudantil para inserção neste âmbito universitário;
- sensibilizar docentes e discentes para questões comunitárias de inclusão social, de modo a integrarem iniciativas da extensão e da ação comunitária;
- manter e otimizar parcerias com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP);
- manter e otimizar o apoio institucional, de recursos humanos e materiais, para funcionamento do CEP;

- proporcionar condições para o desenvolvimento de habilidades acadêmicas necessárias à escrita para a comunicação científica, como artigos, capítulos de livros, livros e materiais de apresentação em eventos científicos;
- ampliar o número de publicações on-line na Graduação, como forma de divulgar o conhecimento científico construído.
- desenvolver visão sistêmica e postura solidária, eticamente engajada com a missão, a visão e os valores da Instituição em todos os níveis dos processos de gestão;
- desenvolver práticas de capacitação em gestão necessárias e adequadas às especificidades de um contexto educacional universitário;
- manter as práticas institucionais de gestão colegiada de sucesso e proporcionar condições para sua otimização;
- desenvolver e implantar estratégias de gestão acadêmica e administrativa, visando a otimização dos processos e dos recursos disponíveis;
- definir investimentos em infraestrutura predial e de equipamentos, necessários a constante atualização dos ambientes para as práticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- otimizar os processos de comunicação interna, aprimorando práticas de efetiva e dinâmica relação entre os âmbitos administrativo e acadêmico;
- aprimorar os canais institucionais de interação com a sociedade e a comunidade universitária interna, tais como redes sociais, ouvidoria e práticas de atendimento à demandas pontuais individuais;
- incrementar o uso de redes sociais e da mídia de marketing institucional externo e interno, para divulgação ágil de cursos, eventos e atividades;
- manter e otimizar o Programa de Avaliação Institucional interno;
- assegurar condições para o desenvolvimento de um programa institucional de acompanhamento de egressos, para oferta de educação continuada;
- otimizar os processos seletivos na graduação e na pós-graduação;
- ampliar a prestação de serviços oferecidos pelas Clínicas Integradas em Saúde para as prefeituras da região metropolitana de Belo Horizonte;
- Ampliação da prestação de serviços pelo Setor de Estágio visando a inserção dos alunos em estágios remunerados e em iniciação de carreira.

1.4 Áreas de Atuação Acadêmica

Na graduação e na pós-graduação *lato sensu* as áreas de atuação acadêmica da instituição podem ser identificadas, a princípio, nas seguintes grandes áreas²:

- Arte e Tecnologia
- Biociências
- Formação Docente
- Gestão Social & Humanidades

Desde que inovou a educação em Belo Horizonte, abrindo suas portas para educar meninas da capital e do interior, em regime de internato, o Izabela Hendrix deixou clara sua vocação multidisciplinar. Para fortalecê-la, criou na década de 1970 seus primeiros cursos superiores e, em 16 de janeiro de 2002, recebeu do Ministério da Educação (MEC) o aval para se tornar Centro Universitário – deixando de ser uma faculdade isolada.

As mudanças mais significativas já começaram. A partir do 1º semestre de 2019, o Conselho Universitário (CONSUN) aprovou a reformulação de todos os projetos pedagógicos dos cursos. Além de modernizados, os projetos passam a ter uma maior interlocução com o mercado, aproximando os(as) estudantes das novas tendências que permeiam o cotidiano de Minas Gerais. Outro foco dos novos projetos foi analisar as necessidades sociais, apresentando propostas alternativas consoantes com as necessidades de desenvolvimento do Estado.

Este trabalho de intervenção social começou em 1972, quando foi criado o primeiro curso superior do Izabela Hendrix: Ciências Biológicas. Em 2017, o curso reformulou seu Projeto Pedagógico, enfatizando o meio ambiente, conforme necessidade contatada pelos (as) docentes e pesquisadores (as) do curso. Além disso, ampliou sua atuação oferecendo os cursos de bacharelado em Biomedicina (2006) e Biologia (2012).

Em 1990, ao criar o curso de Fonoaudiologia, o Izabela inicia sua atuação na área da Saúde. A partir da transição para Centro Universitário, a instituição ampliou a sua oferta de cursos da área

² Áreas de conhecimento definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): <http://www.cnpq.br>.

da saúde abrindo os cursos de Nutrição, Fisioterapia e Enfermagem. Em 2012, o curso de bacharelado em Educação Física foi criado com foco na área de saúde esportiva.

Na área de Ciências Humanas e Educação foram criados, em 2007, os cursos de Pedagogia (licenciatura), Educação Física (licenciatura) e Teologia³ (bacharelado). Todas as licenciaturas são integralizadas em três anos, atendendo as necessidades do mercado da capital mineira.

O Curso de Arquitetura e Urbanismo, criado em 1979, se consolidou entre os melhores do Estado e foi o pioneiro na área de Ciências Sociais Aplicadas no Izabela Hendrix. Ao incorporar o Instituto Champagnat de Ensino Superior, em 1999, o Izabela passa a responder pelo curso de Administração daquela instituição. No mesmo ano, recebeu a autorização do MEC para oferecer o Curso de Direito. Somaram-se a esta área os cursos de Comunicação Social – (Jornalismo-Publicidade e Propaganda), Ciências Contábeis e Serviço Social.

Em 2006, partindo da experiência no ensino das questões que envolvem espaço, arte, tecnologia e projeto, é criado o curso superior de Tecnologia em Design de Interiores, com dois anos de duração, como uma alternativa voltada para aqueles que têm interesse em se inserir rapidamente no mercado de trabalho.

Todos os cursos estão em constante avaliação, não só de sua sustentabilidade financeira, mas também em sua contribuição para o aperfeiçoamento da instituição como formadora de profissionais cidadãos atuantes e como representantes da Igreja Metodista na educação brasileira.

Todos os cursos são organizados tomando por base as áreas de conhecimento, em Núcleos de Cursos. Desta forma, este documento explicita um esforço conjunto dos cursos de assumirem de forma conjunta a responsabilidade de promover a formação a partir de uma visão mais dialógica e menos compartimentada entre as áreas de formação.

A circularidade e a horizontalidade são princípios inspiradores deste projeto e impeliram ao exercício de ações que aqui se delineiam de compartilhamento de experiências, saberes, espaços e atividades integradoras. Espera-se com essa prática que docentes e discentes conAVAm compreender, a partir das vivências durante a formação, a importância do diálogo permanente entre todas as áreas do conhecimento.

³[4] O curso de Bacharelado em Teologia presencial foi criado a partir da incorporação do Curso de Teologia da FATE BH em 2008. Com a Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) temos parceria para sermos um polo em Belo Horizonte que oferece o Curso de Teologia à distância. No Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix o curso de Teologia acontece nas modalidades de Educação a Distância e Presencial.

O quadro a seguir mostra as áreas de conhecimento, abrangidas pelos cursos ministrados no Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix:

Quadro 2 – Área do conhecimento dos cursos

ÁREA DO CONHECIMENTO	CURSOS DE GRADUAÇÃO
Biociências	<p>Biomedicina Fisioterapia Farmácia Ciências Biológicas (bacharelado) Educação Física (bacharelado) Medicina Veterinária Psicologia</p>
Gestão Social e Humanidades	<p>Direito</p>
Arte e Tecnologia	<p>Arquitetura e Urbanismo Design de Interiores</p>

Na Pós-graduação *lato sensu*, o Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix está ampliando a sua área de atuação. Projetos de Pós-graduação que possibilitam fortalecimento do conhecimento a partir das necessidades da sociedade têm sido propostos. A cada semestre as coordenações de curso de graduação são desafiadas a analisar o mercado e criar projetos de cursos de Pós-graduação, a partir do desenvolvimento de cada área.

2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1 Introdução

A reflexão sobre o dia a dia institucional perpassa todos os ambientes do Centro Universitário. A definição estrutural e a filosofia explicitada nos documentos são compartilhadas entre os (as) colaboradores (as). Com esta dinâmica, o conhecimento de documentos importantes como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) torna-se horizontal, pois estes documentos estão em constante atualização. Parte integrante deste documento, o PPI é

espaço da reflexão, da materialização e do acompanhamento das ações acadêmicas. Ciente da dinâmica empreendida pela educação, o documento constitui-se como diretriz das ações acadêmicas, e ao mesmo tempo, fomenta a constante reflexão sobre os processos institucionais, de forma a permitir os ajustes que porventura se tornarem necessários.

O novo PDI do CEUNIH foi construído coletivamente, a partir de dois momentos: de discussão da reforma curricular abrangendo todos os cursos do Centro Universitário, e do Fórum de Discussão com cada um dos Núcleos de cursos e a equipe constituída pela Pró-Reitoria Acadêmica com representantes de diferentes setores das atividades acadêmicas.

O primeiro momento foi marcado por reflexões locais nos colegiados de Núcleos, a partir dos desafios educacionais elencados, visão e missão institucional, provocados pela Pró-Reitoria Acadêmica. Nesses encontros-seminários, os projetos pedagógicos foram discutidos e as estratégias de cada curso e Núcleos foram compartilhadas. Cada área teve a oportunidade de contribuir e ajudar nos direcionamentos que mais surtiriam efeito na sociedade.

Já o segundo momento foi marcado por fóruns com cada Núcleo, reunindo seus colegiados. Foram realizados diversos fóruns, e todos com a participação direta da equipe da Reitoria Acadêmica. Nesses fóruns procurou-se ouvir os professores e provocar um debate a partir de 3 questionamentos:

- Como vejo o que está acontecendo hoje no curso, relacionado ao ensino, à pesquisa e à extensão?
- Nessas áreas citadas, o que eu gostaria que estivesse acontecendo no curso e no Centro Universitário?
- Quais os Eixos Pedagógicos que você propõe para a instituição, nos quais percebe que seu curso ou sua área de conhecimento estaria contemplado?

As reuniões trouxeram os subsídios necessários para o processo de construção do PPI e retrataram a instituição, delineando os anseios e expectativas dos corpos administrativo e docente. Com este trabalho foi possível ter pontos de partida para a consolidação dos Eixos Pedagógicos Institucionais, a avaliação de projetos e políticas institucionais, bem como a avaliação das propostas dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's), que se reestruturaram e foram aprovados pelo CONSUN.

2.2 Eixos Pedagógicos

Os Eixos Pedagógicos Institucionais não se confundem com as Áreas de Concentração. Entende-se as Áreas de Concentração como campos temáticos definidos em cada Núcleo que abrangem ensino, pesquisa e extensão. Os Eixos Pedagógicos Institucionais são:

- Humanidades
- Saúde Integral e Coletiva;
- Modos de Vida Criativos e Sustentáveis;
- Processos Educativo-Culturais socialmente responsáveis.

2.3 Inserção regional

A crise em Minas Gerais

Belo Horizonte é o maior núcleo urbano do Estado, principal centro administrativo, cultural e prestador de uma ampla gama de comércio e serviços, incluindo, de forma crescente, aqueles de maior sofisticação e complexidade técnica. Apresenta todas as condições para absorver novos investimentos e articular diferentes agentes que potencializem sua funcionalidade no contexto metropolitano. A dinâmica econômica da Cidade começa a se vincular ao desenvolvimento de setores intensivos em conhecimento e tecnologia, nos diferentes segmentos de atividade. Além de grandes avanços na área das tecnologias da informação e comunicação (TIC), Belo Horizonte vem sendo considerada como uma das mais relevantes aglomerações de empresas de biotecnologia da América Latina. Acrescentam-se as atividades de turismo, da indústria, da mineração, da saúde, dos serviços e da economia criativa, cujo desempenho e competitividade dependem cada vez mais das inovações tecnológicas para fortalecer o crescimento inclusivo e sustentável na capital.

Após três anos de resultados negativos, o PIB de Minas Gerais cresceu 0,6% em 2017, impulsionado pelas atividades do comércio, das indústrias extrativas e de transformação, e dos setores de transportes e outros serviços, segundo dados da Fundação João Pinheiro (FJP). Porém, as estimativas do PIB de Minas Gerais relativo ao ano de 2016 apurou uma queda de 2,6% nesse importante indicador de desempenho da produção estadual. Foi o terceiro ano seguido em que a economia mineira apresentou declínio.

Tabela 1. Minas Gerais X Brasil X Mundo – Taxa anual % de crescimento do PIB – Produto Interno Bruto 2001/2016

Ano	Minas Gerais	Brasil	Mundo
2001	-0,12	1,39	2,52
2002	3,73	3,05	2,96
2003	1,39	1,14	4,06
2004	5,87	5,76	5,19
2005	3,89	3,20	4,87
2006	3,96	3,96	5,54
2007	5,61	6,07	5,70
2008	5,18	5,09	3,06
2009	-3,97	-0,13	0,03
2010	8,92	7,53	5,45
2011	2,40	3,97	4,19
2012	3,32	1,93	3,49
2013	0,47	3,00	3,34
2014	-0,75	0,50	3,42
2015+	-4,30	-3,77	3,20
2016+	-2,60	-3,60	3,08

+Estimativas da FJP-Fundação João Pinheiro | Fonte: FMI-World Economic Outlook-Jan 2017/IBGE/FJP/MinasPart Desenvolvimento

A situação torna-se mais preocupante ainda em função da gravíssima crise fiscal que atravessa o estado. Recente estudo intitulado Ranking de Competitividade dos Estados de 2016 – divulgado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), em parceria com a *Economist Intelligence Unit* e Consultoria Tendências – destaca que Minas Gerais classificou-se em 7º lugar no ranking global nacional – merecendo considerações especiais as posições por ele alcançadas nos seguintes itens: último lugar em “Solidez Fiscal” e, penúltimo lugar, em “Potencial de Mercado”.

Trata-se de uma crise estrutural e decorre de um processo de perda de importância relativa da economia local em relação à nacional. Cabe salientar o fato de que, em 1990, o estado ocupava a vice-liderança entre as maiores economias estaduais do país, posição esta perdida nos anos subsequentes.

No momento ainda não se vislumbra, pelo menos no horizonte de curto prazo, possibilidade de Minas Gerais reverter o quadro crítico atual de dificuldades com que atravessa e vem caracterizando a sua economia. Em primeiro lugar, devido à queda do dinamismo da atividade produtiva nacional, com a forte retração do PIB em 2015 e 2016, período caracterizado como um dos graves de nossa história econômica.

Em segundo, pelo fato de que Minas não pode se considerar uma ilha isolada em relação ao resto do país e, por não dispor de políticas macroeconômicas próprias ou autônomas capazes de alterar de forma significativa e de se diferenciar, também, em relação ao país como um todo. A economia mineira é, em boa medida, dependente das variáveis da dimensão econômica nacional.

Para reverter a presente situação não poderá ser exigida tarefa exclusiva de um único governo. Haverá de ser um conjunto de medidas avançadas e ousadas incluídas em prazos de execução mais amplos.

O reduzido valor agregado e pouca diversificação da produção são algumas das razões desse declínio. Segundo dados do Banco Mundial, o Brasil é considerado uma das economias mais fechadas de todo o mundo quando analisado em relação ao desempenho do seu comércio exterior e o PIB nacional. Minas reproduz essa mesma condição e, quando analisado o comércio exterior estadual com o seu próprio PIB local, essa relação muitas vezes é ainda pior.

Vale citar que o declínio da atividade econômica de Minas não pode ser considerado um elemento predominante apenas dos últimos governos. Ele precisa ser compreendido como um processo e tem sido frequente, desde a introdução do Plano Real, a ocorrência de ciclos de contínua contração da atividade econômica quando comparada, principalmente, à média nacional.

E essas circunstâncias têm sido, também, evidenciadas e provocadas por alguns fatores nitidamente endógenos, como a reprimarização, desindustrialização e desmineirização da economia apresentando, como pano de fundo, uma notável perda de poder decisório por parte das maiores empresas aqui estabelecidas. A isso há, ainda, de se acrescentar outros elementos, como aqueles decorrentes dos processos de globalização e de conglomeração empresarial.

A reversão do quadro de dificuldades da economia de Minas Gerais exigirá foco e ação em diferentes áreas e atuações, entre as quais cabe questionamento o próprio modelo e concepções relacionadas ao papel e funções do setor público tanto em nível nacional quanto estadual.

Isso, porém, não reduziria a importância em se dedicar atenção especial a outras questões, entre várias, como o planejamento de médio e longo prazos centrados no crescimento econômico vigoroso, contínuo, consistente, sustentado e juntamente ao exercício de outras relevantes ações, tais como a educação para Ciência, tecnologia e Inovação; melhoria das condições gerais do ambiente de negócios, com destaque para a indústria e serviços; diversificação da produção industrial com maior agregação de valor e internacionalização da economia local; modernização e readequação do aparato institucional de apoio ao desenvolvimento estadual.

A economia mineira está presa em uma “armadilha de baixa complexidade”, o que demanda uma intensa colaboração entre os setores público e privado para a descoberta e investimento em atividades que contribuam para a sofisticação econômica.

A história da economia mineira é uma história de busca continuada pela sofisticação econômica. Durante praticamente todo o século XX, Minas Gerais manteve-se em posição desvantajosa em relação aos demais estados brasileiros, tendo dificuldade para acompanhar o ritmo de crescimento industrial, financeiro e comercial dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Com vocação natural para mineração e metalurgia, a economia mineira desempenhou, por muitas décadas, papel secundário no centro dinâmico do país.

Os anos 2000 pareciam apontar para uma reversão dessa história. A expansão da demanda mundial por minério e o significativo aumento dos preços destes produtos no mercado internacional conferiram a Minas Gerais posição de destaque no contexto nacional. O novo ciclo de crescimento, impulsionado pelas exportações, foi acompanhado pela expansão e atração de novos investimentos, contribuindo positivamente para o crescimento do emprego, da geração de renda e da arrecadação para os cofres estaduais e municipais. Contudo, bastou esse ciclo apontar sinais de esgotamento para a economia mineira voltar a conviver com estagnação econômica.

A dificuldade de manter trajetória estável de crescimento é apenas um dos efeitos perversos decorrentes da especialização produtiva em recursos naturais. Há décadas, a literatura econômica discute se a maior concentração da estrutura produtiva na extração de recursos naturais seria uma “maldição” para as economias que se especializam nesses setores, por impedir o desenvolvimento de indústrias dinâmicas.

A tese de que a sofisticação da estrutura produtiva é central para a superação do subdesenvolvimento tem ganhado espaço na literatura econômica recente. Em contraponto à visão neoclássica que, em geral, desconsidera a importância de diferenças setoriais, a visão econômica estruturalista propõe que o processo de desenvolvimento econômico está associado à reorientação da produção de setores de baixa produtividade para setores dinâmicos, com retornos crescentes de escala.⁴

A teoria da complexidade econômica conecta-se ao argumento estruturalista ao sugerir que a especialização na produção de determinados produtos traz diferentes implicações em termos de performance econômica. As vantagens comparativas das nações são reveladoras do grau de especialização econômica. Nessa perspectiva, a mudança estrutural deve ser orientada pelo aumento da participação de produtos sofisticados (embarcados com tecnologia e serviços avançados) no total produzido e exportado pelos países.

As exportações de Produtos Intensivos em Informação (PII&C) em Minas Gerais corresponderam a US\$2.420 milhões em 2017 e equivaleram 11,2% do valor total exportado pelo estado. Em 2016, as exportações mineiras de PII&C (US\$2,420 milhões) equivaleram a 11,0% do total.

⁴ SALLES, F. C.; ROCHA, E. P.; PORTO, I. V. B. A armadilha da baixa complexidade em Minas Gerais: o desafio da sofisticação econômica em um estado exportador de commodities. In **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas (SP), 17 (1), p. 33-62, janeiro/junho 2018.

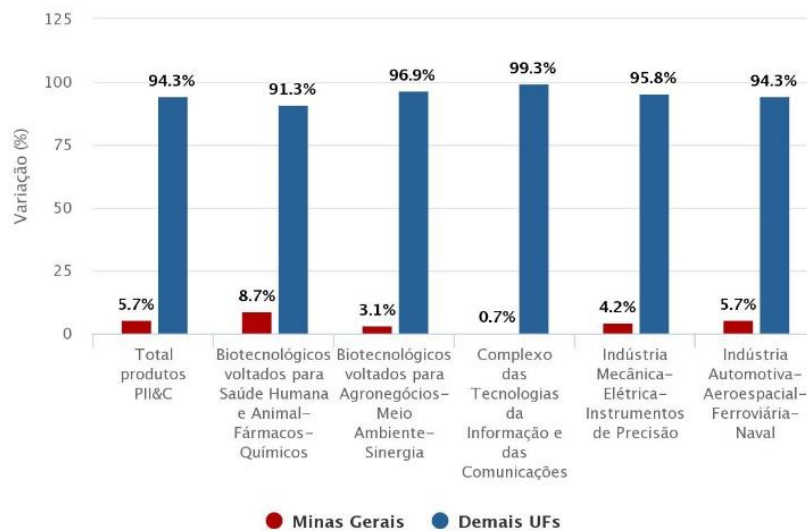


Gráfico 1. Participação de Minas Gerais na pauta brasileira de exportações de PII&C por modalidade (%). Fonte: Fundação João Pinheiro, 2018.

Entre as cinco modalidades de PII&C, a de Produtos Biotechológicos para Saúde Humana e Animal gerou a maior receita de exportações em 2017 (US\$1.138 milhões), 40,1% do total, com acréscimo de 22,2% em relação a 2016. Também se destacaram as modalidades de produtos biotechológicos para agronegócio-meio ambiente (32,5%) e de produtos de tecnologias da informação e comunicações (26%).

Exportações de PII&C Modalidade; (US\$mihões FOB);(%)
Minas Gerais-2017

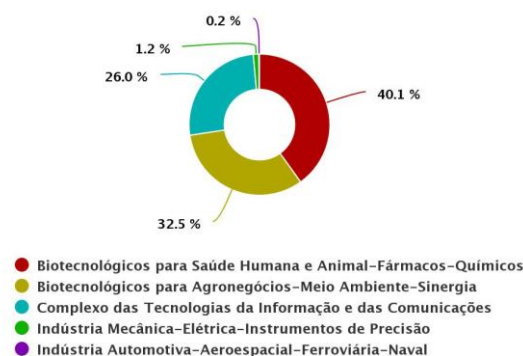


Gráfico 2. Composição da pauta de Produtos Intensivos em Informação & Conhecimento (PII&C) de Minas Gerais por modalidade (US\$ milhões FOB); (%). Fonte: Fundação João Pinheiro, 2018.

Ao comparar os estados brasileiros quanto ao grau de complexidade econômica e o tamanho de suas economias, constatou-se a singularidade do caso de Minas Gerais: terceira maior economia do país com um dos piores resultados em sofisticação econômica. Minas Gerais obteve desempenho ruim tanto nos indicadores de complexidade econômica atual quanto nos de prognóstico de complexidade futura, quadro agravado a partir de 2008, quando se observa tendência de concentração da cesta de exportação em produtos de baixa complexidade econômica.

Esse quadro poderia ser atenuado se Minas Gerais estivesse apresentando taxas satisfatórias de crescimento econômico. Contudo, esse não é o caso. No período recente (2010-2014), Minas Gerais obteve o pior desempenho entre os estados brasileiros na variação acumulada do PIB real. Esse resultado sugere que Minas Gerais terá mais dificuldade do que os demais estados brasileiros, que possuem similar nível de renda, para sofisticar sua economia.

Diante disso, o estado de Minas Gerais encontra-se preso em uma armadilha de baixa complexidade e o boom do preço dos recursos minerais teria contribuído para reforçar essa armadilha. Quanto mais a estrutura produtiva beneficiava-se dos ganhos oriundos da exportação, menores eram os incentivos para investimento em novas áreas. Assim, ao mesmo tempo que Minas Gerais vivenciava o boom de suas exportações em produtos de baixa complexidade econômica, suas oportunidades para sofisticação foram progressivamente reduzidas, alimentando o ciclo vicioso da baixa complexidade.

O fim do ciclo das commodities pode significar uma janela de oportunidade no sentido de incentivar a busca por diversificação econômica. No entanto, o desafio da economia mineira não é apenas diversificar-se, mas também tornar-se competitiva na produção de produtos mais complexos, que atualmente encontram-se distantes dos produtos em que Minas possui vantagem comparativa. O encurtamento dessas distâncias requer incentivos para que os agentes econômicos invistam em novas capacidades e, mais importante, desenvolvam formas criativas para conectá-las às capacidades existentes. Ademais, Minas Gerais enfrenta um desafio adicional: a competição com os demais estados brasileiros num contexto em que a fronteira tecnológica move-se a passos largos.

Por isso, o sucesso da sofisticação depende de uma estratégia que permita a formação de novas capacidades e o enfrentamento à competição com as regiões que já se encontram mais avançadas. A lição ensinada pela abordagem da complexidade aponta para a necessidade de políticas que priorizem atividades econômicas que, simultaneamente, estejam próximas da atual estrutura produtiva e contribuam para maior sofisticação. Essa priorização demanda um exercício, a ser levado a cabo tanto pelo setor público quanto pelo privado de “autodescoberta” das atuais potencialidades econômicas do estado, de diagnóstico dos principais gargalos e de definição de metas que tornem possível o ganho de vantagem comparativa em produtos mais complexos.

Região Metropolitana de Belo Horizonte

O PIB (total de riquezas produzidas no município) foi R\$ 87,657 bilhões em 2014, data do último resultado divulgado pelo IBGE. A economia de Belo Horizonte é predominantemente de serviços (inclui comércio). Os serviços representam 74,5% da economia da capital mineira e a indústria tem os outros 25,5% do PIB municipal.

A Capital Mineira tem 1,216 milhão de trabalhadores de carteira assinada, de acordo com dados da RAIS. O que chama a atenção em relação a Minas Gerais é a maior presença das mulheres no mercado de trabalho de Belo Horizonte. No Estado, elas são 43% do mercado de trabalho e, em Belo Horizonte, o percentual chega a 46%, devido, sobretudo, ao peso do setor de serviços, que tem grande presença da mão-de-obra feminina. Os setores que mais empregam são os de serviços, com 569.807 postos de trabalho; a administração pública, com 262.167 servidores; a seguir vem o comércio com 182.945 vagas; a construção civil, que emprega 109.341 trabalhadores e a indústria de transformação com 63.187 trabalhadores formais.

A remuneração média dos trabalhadores e trabalhadoras de Belo Horizonte é de R\$ 3.310,48, sendo que os homens recebem, em média, R\$ 3.674,80, o que representa quase 27,40% a mais do que recebem, em média, as mulheres: R\$ 2.885,35. O melhor salário médio, dentre os grandes setores da economia, é praticado no setor público (R\$ 6.367,72), seguido da indústria (R\$ 2.684,28); serviços (R\$ 2.546,58) construção civil (R\$ 2.227,36); e comércio (1.668,82).

Belo Horizonte tem população estimada em 2.513.451 pessoas. Os dados do Censo Escolar 2016 de Belo Horizonte indicam: a) as creches municipais têm 16.789 crianças matriculadas; b) na pré-escola são 20.489 matrículas; c) no ensino fundamental anos iniciais e finais, o maior destaque é o município, com 63.936 e 47.101 matrículas, respectivamente, o que perfaz um 111.037 no total; já o Estado oferece, respectivamente, 42.177 e 48.759 matrículas; d) no ensino médio a responsabilidade completa do Estado com 75.457 matrículas; e) no EJA, o município se destaca no ensino fundamental, com 15.082 matrículas e tem apenas 558 no ensino médio; já o Estado, inversamente, tem 16.710 matrículas no ensino médio e apenas 778 no ensino fundamental.

O que chama a atenção é o peso das redes municipais nas três grandes cidades da região metropolitana: Belo Horizonte, Contagem e Betim. Neste caso, os dados são de 2014. A rede que tem menos alunos, enquanto percentual do total das matrículas, é a de Belo Horizonte. Na pré-escola, BH tem 34,6% das matrículas, Betim tem 29,8% e Contagem lidera com 49,8%. Nos anos iniciais do ensino fundamental, BH tem 41,9% das matrículas, Contagem, 57,5% e Betim, 73,5%. E, nos anos finais do ensino fundamental, BH tem 39,2% das matrículas; Contagem, 52,5% e Betim lidera novamente com 70,8%. Belo Horizonte tem a rede municipal de educação menor, em termos proporcionais, devido a maior presença do Estado no ensino fundamental e pela maior presença da escola privada, devido a existência de uma classe média mais consolidada.

Belo Horizonte ocupa a 25ª posição no saneamento no ranking das 100 maiores cidades brasileiras. A ONG Trata Brasil, com base em informações governamentais, publica anualmente o ranking do saneamento das 100 maiores cidades brasileiras. No ranking de 2016, referente a 2014, Belo Horizonte aparece 100% de atendimento de água e esgoto; tem 68,49% de tratamento de esgoto

e, levando-se em conta outros indicadores, a cidade está posicionada no 25º lugar nacional entre os 100 maiores municípios brasileiros.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O índice tem as seguintes faixas de classificação: muito alto, de 0,800 a 1,000; alto, de 0,700 a 0,799; médio, de 0,600 a 0,699; baixo, de 0,500 a 0,599; muito baixo, de 0 a 0,499. Belo Horizonte evoluiu positivamente nas últimas décadas: o IDHM era de 0,602, em 1991 (médio desenvolvimento humano); subiu para 0,726 em 2000 (alto desenvolvimento humano) e avançou para 0,810 em 2010 (muito alto desenvolvimento humano). A cidade ocupa a 2ª colocação no IDHM do estado de Minas Gerais, atrás apenas de Nova Lima.

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), é um estudo anual do Sistema Firjan que acompanha o desenvolvimento de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Mesmo com um recorte municipal, foi possível gerar um resultado nacional discriminado por unidades da Federação, graças à divulgação oficial das variáveis componentes do índice por estados e para o país. De leitura simples, o índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. São os seguintes os índices do IFDM: alto desenvolvimento (superiores a 0.8 pontos); desenvolvimento moderado (entre 0.6 e 0.8 pontos); desenvolvimento regular (0.4 a 0.6 pontos) e baixo desenvolvimento (inferiores a 0.4 pontos). Além disso, sua metodologia possibilita determinar, com precisão, se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios.

Os números do IFDM mostram a evolução de Belo Horizonte nos últimos dez anos. Este indicador, em 2005, era de 0.7211 (desenvolvimento moderado) passou, em 2013, para 0.8135 (alto desenvolvimento), com avanços expressivos em todos os três componentes: saúde, educação e emprego e renda. Belo Horizonte ocupa no IFDM a 28ª posição no ranking estadual e a 318ª no ranking nacional.

O Ambiente de Inovação no Estado e na Capital

Minas Gerais conta com 10 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), que em conjunto com os centros de pesquisa públicos (Fiocruz, Funed), parques tecnológicos e centros de pesquisas privados ligados a empresas, conferem a Minas Gerais uma consistente posição em Pesquisa e Desenvolvimento.

Minas Gerais tem sua agência dedicada a financiar projetos de pesquisa científica e tecnológica, a FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Projetos propostos por pesquisadores, universidades e instituições outras de pesquisa são julgados pelo mérito e relevância para o desenvolvimento da Ciência mineira.

A FAPEMIG promove a inovação tecnológica e coordena importantes iniciativas:

SIMI – Sistema Mineiro de Inovação. Iniciativa pioneira no país promovida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SEDECTES e a FAPEMIG. O SIMI atua em três frentes: na promoção da cultura da inovação e do empreendedorismo de base tecnológica, na promoção da transferência tecnológica e na criação de novas empresas de alto impacto. O SIMI articula os atores do ecossistema da inovação, envolvendo governo, empresas e instituições científicas e tecnológicas (ICTs).

Minas Gerais Empreendedora e Digital. A comunidade de startups mineira, que compreende 591 empresas (Associação Brasileira de Startups, ABS, 2017) vem sendo reconhecida por inúmeros projetos que consolidam a posição importante do setor.

SEED (*Startups and Entrepreneurship Ecosystem Development*), é o programa do Governo de Minas Gerais de incentivo à criação e ao desenvolvimento do ecossistema de startups, para empreendedores nacionais ou estrangeiros, com projetos de base tecnológica.

San Pedro Valley em Belo Horizonte. O importante cluster localizado no bairro de São Pedro na capital mineira – denominado San Pedro Valley – é constituído por mais de 250 empresas de base tecnológica (startups), 8 aceleradoras, 2 incubadoras de empresas, 10 espaços de trabalho compartilhado (coworking) e 5 empresas de venture capital.

Destacam-se, ainda, neste cenário, projetos e eventos tais como o Projeto Hub Digital, as startups da região do Raja Valley, Fiemg Lab e Café Atmosfera e a realização do grande encontro de inovação – a Feira Internacional de Inovação e Tecnologia – FINIT .

A economia criativa e do conhecimento consolida-se em Minas Gerais nas várias formas da produção artística, na moda, na indústria do audiovisual, na gastronomia, arquitetura, pedras preciosas e design – entre outras.

P7 Criativo. Dentre algumas importantes iniciativas, destaca-se a Agência P7 Criativo, com 1ª fase instalada na Avenida Afonso Pena e com projeto definitivo, ambicioso no centro de Belo Horizonte. O P7 será o maior polo vertical da economia criativa do Brasil.

Minas Gerais possui mais de 1000 empresas de base tecnológica, distribuídas em 4 parques tecnológicos, 21 incubadoras de empresas, 13 aceleradoras, 31 comunidades e dezenas de espaços de coworking e outros ambientes. Esses números demonstram a importância do Estado como celeiro de fomento ao empreendedorismo inovador de base tecnológico e o grande potencial de desenvolvimento econômico na era do conhecimento.

De acordo com pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Startups (ABStartups) em parceria com a Accenture, Minas Gerais é o terceiro maior polo de startups do Brasil, superando o Rio de Janeiro, ficando atrás apenas de São Paulo e Santa Catarina. Na lista das cidades com o maior número de startups no Brasil, Belo Horizonte, a capital mineira aparece em 3ª posição e o município de Uberlândia, localizado no Triângulo Mineiro, aparece em 6ª colocação.

O movimento de empreendedorismo inovador do Estado é bastante relevante e se destaca no país por apresentar um contingente considerável de empresas de bases tecnológicas, bem como de ambientes de inovação que atuam na criação, no apoio e na consolidação desses empreendimentos.

De acordo com o Censo Mineiro de Startups e demais Empresas de Base Tecnológica 2017, a mesorregião do Estado de Minas Gerais que aparece com maior concentração de startups e empresas

consolidadas é a Metropolitana de Belo Horizonte (44% e 28%, respectivamente), seguida da Sul e Sudoeste de Minas (15% e 26%) e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (14% e 23%).

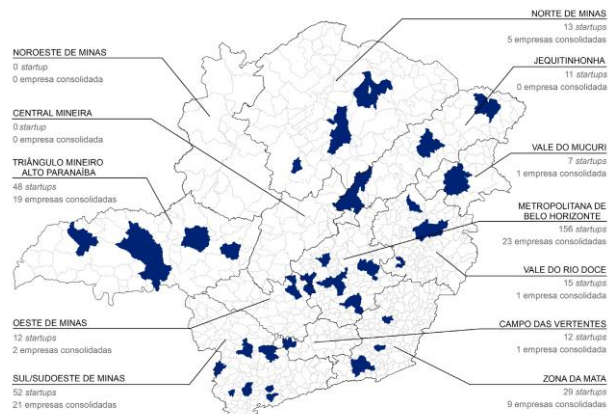


Figura 1. Mapa das regiões de Minas Gerais com empresas que responderam ao Censo Mineiro de Startups e demais Empresas de Base Tecnológica 2017

Minas Gerais desponta como um dos líderes nacionais na área de microeletrônica e TICs. Na área de TI, conta com 5 mil empresas, com faturamento anual da ordem de R\$2,4 bilhões e geração de 33 mil empregos diretos em 2017.

Belo Horizonte é um importante hub de software e o Estado é sede de importantes empresas de Tecnologia da informação, tais como Google (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento), Operações da SAP e Microsoft, assim como Algar Tech, Avenue Code, Infosys, Sankhya e Totvs.

Minas Gerais também concentra um dos principais polos de desenvolvimento de nanotecnologia e de indústrias eletrônicas de comunicação, automação e produção de semicondutores – “wafers”. O Estado também sedia o segundo maior polo industrial de fornecedores para o setor de energia elétrica nas áreas de geração, transmissão e distribuição.

Na área da pesquisa de eletrônica orgânica, especialmente de energia solar, desponta o CSEM Brasil, um centro de pesquisa aplicada privado e sem fins lucrativos – e a sua controlada – a empresa SUNEW, focada na produção de painéis solares orgânicos, ambas sediadas em Belo Horizonte.

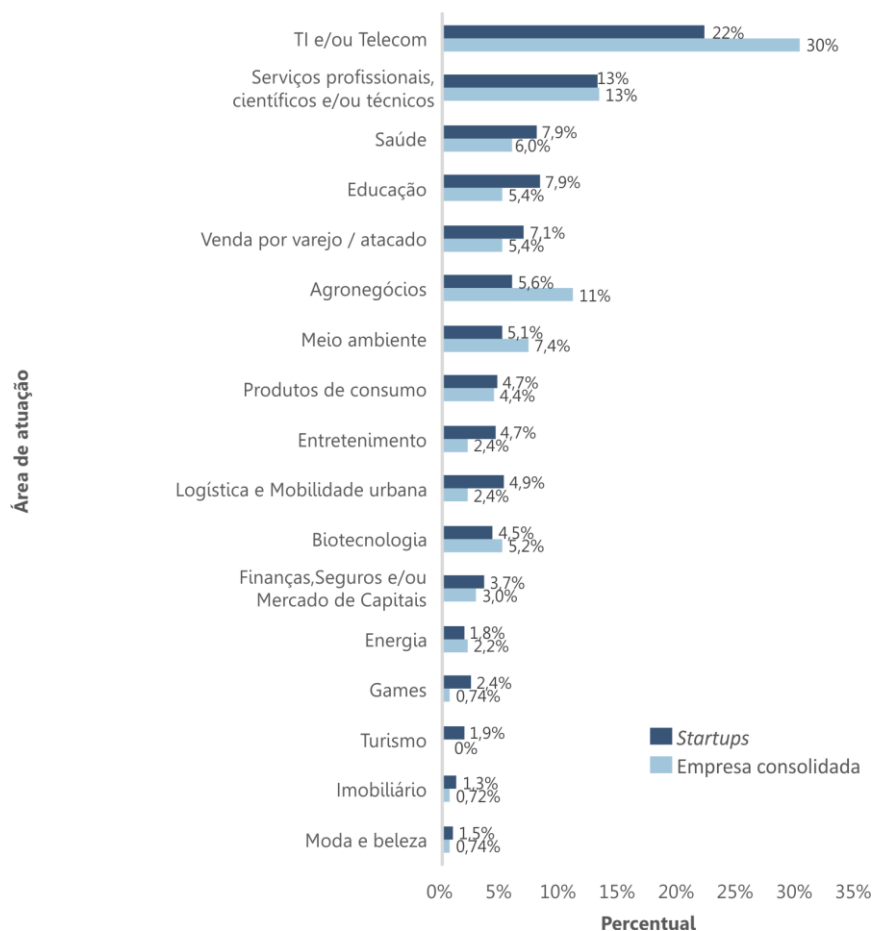


Figura 2. Principais áreas de atuação das empresas de base tecnológica respondentes ao Censo Mineiro de Startups e demais Empresas de Base Tecnológica 2017

Biotecnologia e Ciências da Vida – Vocação por Saúde

A vocação econômica de Minas Gerais se diversifica, sobretudo nos segmentos de saúde e ciências da vida. O Estado abriga hospitais, laboratórios e clínicas de excelência em atendimento e procedimentos. Outra referência, cada vez mais evidente, a ponto de assegurar ao Estado a vanguarda na pauta de exportações brasileiras, é o setor de biotecnologia.

Esse segmento, com itens de tecnologia avançada e alto valor agregado, é responsável pelo aumento da produtividade agrícola, pelo desenvolvimento de novos medicamentos, vacinas, dispositivos médicos, sistemas de diagnósticos e de inovações na área de biocombustíveis.

Sêmen e embriões de animais, lentes intraoculares, válvulas cardíacas e medicamentos com insulina estão listados na balança comercial de Minas sendo que, nestes três últimos, o Estado é o maior exportador mundial.

O setor tornou-se prioritário na estratégia de desenvolvimento do Estado e conta com entidades como BDMG, BNDES, Sebrae, CNPQ, Finep, Fapemig, universidades, instituições

científicas e centros de pesquisa como seus apoiadores e incentivadores. Estes e outros fatores fazem com que investidores e empreendedores encontrem no Estado, onde já estão instaladas cerca de 400 empresas deste segmento, um ambiente propício de negócios.

A performance da cadeia produtiva do setor encontra colaboração para o seu crescimento em dois aliados: a Biominas Brasil, entidade que atua nacional e internacionalmente para promover negócios de impacto em ciências da vida. Com core business e iniciativas focadas no empreendedorismo e na inovação, apoia projetos de biotecnologia da idealização à expansão. A Associação Nacional de Empresas de Biotecnologia e Ciências da Vida (Anbiotec) entidade privada sem fins lucrativos, auxilia o setor estimulando a cooperação entre empresas e incentivando o empreendedorismo e a competitividade das micro e pequenas empresas e startups.

As regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Zona da Mata, Campo das Vertentes e a Região Metropolitana de Belo Horizonte estão na rota da biotecnologia. A capital do Estado é considerada o maior cluster biotecnológico do Brasil. Ganha destaque também nos mercados internacionais, sobretudo na América Latina, pelos contratos gerados nas áreas de saúde humana, animal, meio ambiente e agronegócios. Nestes locais estão também os principais centros universitários com graduação e especializações em biotecnologia. Baseado numa vocação pré-existente, o município de Nova Lima criou, em julho de 2017, uma Zona Limpa de Desenvolvimento (ZLD) para atrair negócios, entre eles os de biotecnologia.

Setor de Transporte e Automotivo

Minas Gerais destaca-se como o segundo principal polo automotivo do País, sendo responsável pela montagem de cerca de 15.4% dos veículos produzidos nacionalmente (veículos, peças, caminhões, tanques, veículos comerciais e tratores).

A unidade industrial da Fiat Chrysler Automobiles (FCA), instalada em Betim, é a maior planta fabril deste Grupo no mundo sendo com capacidade de produção de 800 mil veículos por ano.

Minas Gerais também é sede de muitas empresas do Grupo Fiat no país, que ocupam posição de liderança em quase todos os setores em que atuam. As principais atividades do grupo concentram-se na produção e venda de automóveis e caminhões (FCA e Iveco); desenvolvimento e produção de motores e transmissões (FPT – Powertrain Technologies); produção de peças em ferro e alumínio para a indústria automobilística nacional e internacional (Teksid do Brasil); fabricação de máquinas agrícolas e de construção (CNH); produção e comercialização de componentes automotivos (Magneti Marelli); fornecimento de equipamentos de automação industrial (Comau); além das empresas de consultoria, finanças e seguros.

O Estado também é o principal produtor de locomotivas do Brasil. Os principais fabricantes estão localizados em Contagem, GE Transportation, e em Sete Lagoas, EMD Equipamentos e Serviços Ferroviários, subsidiária da americana Caterpillar.

Setor de Mineração e Metalurgia

Historicamente – e, também, nos dias de hoje -, Minas Gerais lidera as Indústrias Mineral e Metalúrgica no Brasil. O nome “Minas Gerais” se refere a “mina”, em face das grandes reservas minerais, justificando o nome do Estado, mais de 300 minas operam em Minas Gerais (40% das grandes minas do Brasil).

O Estado de Minas Gerais é responsável por quase metade de todo o valor gerado pela Indústria Mineral (sem petróleo e gás natural) brasileira, sendo estimado que a mesma gera impactos diretos e indiretos da ordem de 1,31% no total do PIB brasileiro.

Por produto, há uma concentração em minerais metálicos (90%) – especialmente o minério de ferro – sendo os 10% restantes representados pelos minerais não metálicos.

Minas Gerais tem expressivo protagonismo no Brasil na produção de minério de ferro (66%), bem como na produção de nióbio, zinco, lítio, fosfato e calcário, entre outros – destaque, também, para rochas ornamentais, gemas e pedras preciosas.

É importante ressaltar que o estado é o mais importante produtor de nióbio do mundo, com destaque para a empresa CBMM – situada em Araxá, MG.

O Estado de Minas Gerais é o mais importante em produção de aço dentre os estados brasileiros (32.1% em 2015). Algumas das principais unidades de produção de Minas Gerais, pertencentes aos maiores grupos mundiais do setor, como Arcelor Mittal, Gerdau, Usiminas, Vallourec e VSB (Vallourec e Sumitomo).

A baixa performance na complexidade econômica de Minas Gerais é acompanhada pelo baixo crescimento econômico. Entre 2010 e 2014, Minas Gerais obteve o pior desempenho na variação do PIB real entre os estados brasileiros, registrando crescimento acumulado de 5,6% (IBGE, 2016). Cabe ressaltar que a participação do PIB do estado de Minas Gerais no total nacional corresponde a 8,9%, 10 posicionando-o como a terceira maior economia do país (FJP, 2016). O estado também ocupa lugar de destaque nas exportações brasileiras, respondendo por 11,8% do total exportado. No entanto, o tamanho da economia mineira não guarda relação com o seu nível atual de sofisticação econômica, dado o padrão de especialização da sua pauta exportadora: os dois principais produtos com vantagem comparativa revelada – minério de ferro e café – respondem por mais de 50% do valor exportado.

Educação

A história traz evidências de que o ganho de complexidade se dá por meio de uma trajetória cumulativa de construção de capacidades. Em economias avançadas, o desenvolvimento de capacidades foi iniciado concomitantemente com o processo de industrialização. Aqueles países que historicamente iniciaram mais cedo tiveram como vantagem a acumulação e a expansão gradual do conhecimento produtivo.

Como consequência, foi mais fácil para esses países produzir e exportar produtos complexos, já que eles detinham um montante substantivo de conhecimento produtivo acumulado. Em contraste, nos países cujo processo de industrialização deu-se tardiamente, o esforço de construção e acúmulo de capacidades mostrou-se bem mais dramático. Além da necessidade de construir capacidades para percorrer o caminho da industrialização, os países de industrialização tardia ainda precisaram enfrentar a intensa competição internacional com aqueles que já dispunham de um estoque maior de capacidades. Não é de se espantar que a grande maioria falhou no processo de *catch-up*.

Em Minas Gerais, no ano de 2017, 13,7% da população de 25 anos ou mais tinham alcançado a educação superior. Para a população preta e parda, esse percentual é menor, 9,1%. Em Belo Horizonte, o percentual da população adulta com ensino superior é maior que a média de Minas Gerais, de 26,3%. Porém, permanecem os diferenciais por cor ou raça. Enquanto 37,9% da população branca de 25 anos ou mais de idade possui nível superior, para os pretos e pardos esse percentual é de 17,7%.

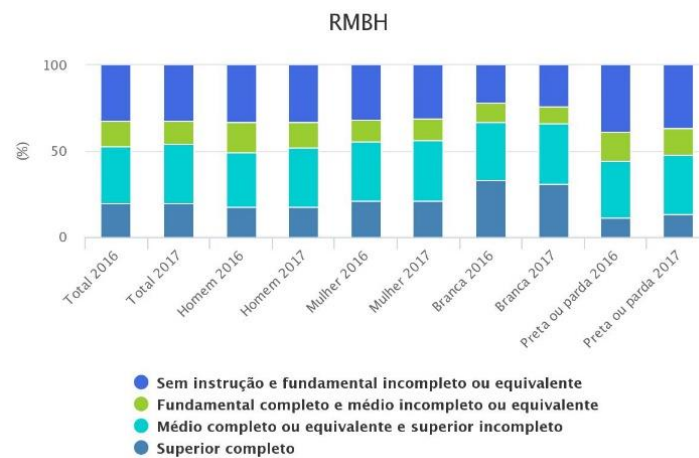


Gráfico 3. Nível de instrução das pessoas de 25 anos ou mais segundo sexo e cor ou raça (%)

A taxa ajustada de frequência líquida é a razão entre as matrículas das pessoas em idade adequada para estar cursando um determinado nível de ensino e a população total da mesma faixa etária. Ela capta, além do acesso ao sistema de ensino, o atraso escolar de determinado grupo etário em relação ao nível de ensino adequado. Desta forma, percebe-se que em Minas Gerais, a retenção dos jovens e adolescentes começa já no ensino fundamental. Da população de 11 a 14 anos que deveria estar cursando os anos finais do ensino fundamental, apenas 90% frequentavam este nível de ensino em 2017. No caso da população de 15 a 17 anos, idade adequada para cursar o nível médio, apenas 75,1% o cursam.

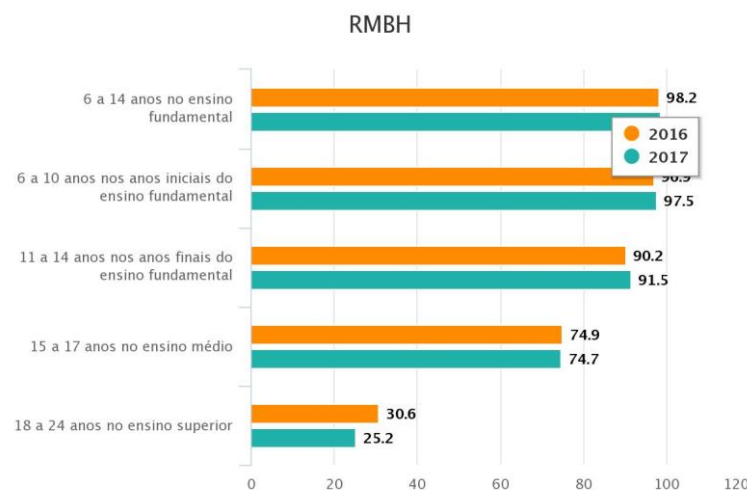


Gráfico 4. Taxa ajustada de frequência escolar líquida por grupo etário (%)

2.4 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos

O Projeto Pedagógico da instituição está sustentado em princípios constantes da legislação educacional vigente, bem como na concepção sócio-histórica metodista de educação construída pela sua *práxis* e expressa em seus documentos norteadores.

A educação metodista, expressa pela indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, faz parte do compromisso social assumido pela Igreja em participar na (re)construção da pessoa, da ciência, da tecnologia, da informação e da comunicação, fortalecendo as relações sociais e as diversas formas de convivência humana, comprometendo-se com o enfrentamento das desigualdades e de toda forma de injustiças presentes nas estruturas sociais. Este é o estímulo permanente dado aos alunos.

Estas bases de ação são orientadas pelo documento Diretrizes para Educação da Igreja Metodista,⁵ o qual afirma que o ensino formal praticado na instituição não deve se limitar a preparar para o mercado de trabalho; deverá despertar uma percepção crítica dos problemas da sociedade, superando a simples transmissão repetitiva de conhecimentos, buscando a criação de novas expressões do saber, a partir da realidade e expectativa da sociedade.

2.4.1 Práxis e produção do conhecimento como componentes pedagógicos

O Ensino Superior tem no centro da sua ação a construção do conhecimento e a produção científica, que se desdobram no ensino, pesquisa e extensão, mas que devem estar a serviço do bem-estar da sociedade e seus sujeitos criativos e reativos.

Com esse objetivo é necessário identificar a cumplicidade social da ciência constituída pela aplicação de regras, métodos e técnicas. A ciência está sujeita às racionalidades convencionalmente aceitas por uma pequena comunidade constituída de cientistas que, por serem humanos, estão sujeitos a motivações, interesses, crenças, superstições, emoções e interpretações do desenvolvimento social, cultural e individual.

Neste contexto, as situações pedagógicas do ensino devem ser provocadoras de valores que intensifiquem e qualifiquem a interação entre as pessoas tidas como corresponsáveis pela formação na preparação acadêmica. Um processo constante de construção, descobrindo, desvendando, construindo propostas e respostas para a identidade vocacional da instituição. Isto integra o compromisso educacional do CEUNIH.

⁵ As Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista (DEIM) encontram-se disponíveis na íntegra no site do COGEIME – Conselho Geral das Instituições Metodistas de Educação. O endereço eletrônico é <http://www.cogeime.org.br/documento.html>.

2.4.2 Amplitude e abrangência do conhecer: corresponsabilidades

A partir da postura diferenciada do CEUNIH reforça-se a compreensão da cumplicidade da ciência com interesses sociais. Dados e informações científicas são articulados com interesses de classes sociais que se colocam na luta pelo poder no plano social, político e econômico. Daí a necessidade de discutir uma ciência emergente, alicerçada no paradigma da humanização do ser humano. Uma ciência identificada com o conhecer dialético, com a relação interativa sujeito-objeto em oposição ao pensamento especulativo, idealista.

A visão de mundo do profissional formado pelo Izabela deve ser crítica, produto da *práxis* humanizadora do sujeito. É neste processo que se estabelece a relação da ciência com o conhecimento popular, socialmente identificado. Os espaços acadêmicos significam para o(a) estudante não somente a simples progressão em conteúdos dos projetos pedagógicos dos cursos, mas também a construção de uma visão de conjunto da cultura, visto que o conhecimento é concebido como uma atividade social, uma relação; o ser humano e a realidade interagem e transformam-se.

Por isso, cabe à vivência universitária estabelecer diálogos com outros campos de saberes, rompendo com a prevalência do olhar da racionalidade científica, como única forma de interpretação da realidade. Os conhecimentos científico, tecnológico e artístico gerados na universidade não são únicos. Existem outras formas de conhecimento e que são atividades orgânicas, oriundas da sabedoria cotidiana e de circularidade entre a população, constituindo outros estatutos epistêmicos necessários à produção do conhecimento.

2.4.3 A interdisciplinaridade como estratégia educacional

O conhecimento em uma rede fechada implica em conhecimento transmitido, transferido, copiado, fragmentado, dissociado da vida. Essa abertura significa trocas, diálogos, interações, transformações, enriquecimentos mútuos, pois as ideias, pensamentos e conhecimentos não surgem prontos. Tudo é vivenciado.

Daí a importância de o espaço da academia ser um ambiente de aprendizagem, no qual as atenções estejam voltadas para o resgate do ser humano e para a busca de novas formas de pensar, de conviver, compreender o mundo e de valorar as questões ético-pedagógicas. A criação de estratégias constitui caminhos de exercícios interdisciplinares: núcleos de disciplinas, práticas supervisionadas,

aulas-conferência, educação à distância. São caminhos de fomento, motivação e estímulo à produção de conhecimentos que propõem, além dos limites postos pelo cotidiano, reflexão sobre situações costumeiras, vislumbrando outras formas de abarcar a diferença e a alteridade.

2.5 Políticas de ensino

O ensino é uma das dimensões que possibilita a democratização e o acesso ao conhecimento elaborado, transformando-o em ações práticas de intervenção no meio social e no mundo do trabalho. Nesse contexto, o conhecimento aparece como mediação do poder e como ferramenta da criação de símbolos através de um processo de intencionalização técnica e política, deixando de ser mecânica, projetando o trabalho como sentido. Para garantir que a educação se constitua em sua efetividade prática, um decidido investimento na consolidação das forças construtivas dessas mediações, impõe-se que a mesma seja mediação da percepção das relações situacionais e que possibilite a apreensão das intrincadas redes políticas da realidade social. Propõe-se nortear as políticas de ensino do CEUNIH pelos seguintes conceitos:

2.5.1 Práticas de ensino inclusivas

Conscientes de que o acesso à educação superior no Brasil ainda é privilégio de uma pequena parcela da população brasileira com idade entre 18 e 24 anos e condições financeiras privilegiadas, o Izabela Hendrix lida com um dado de realidade que se torna ponto chave na releitura dos seus princípios vocacionais. Sendo uma instituição confessional e filantrópica, parte desta vocação, em princípio, está estruturada, como demonstrado neste PDI, pela própria natureza da instituição, ou seja, destinar a filantropia à distribuição de bolsas de estudo e o cuidado com abordagens pedagógicas postas em prática: nas diversas formas de aula; nos princípios que norteiam a organização e implementação curricular, expressos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, nas muitas atividades, projetos e programas que interligam o ensino, a pesquisa e a extensão; nas dinâmicas que entrelaçam o acadêmico ao administrativo, numa vivência colegiada e democrática que exercita a vida comunitária-cidadã; nas parcerias estabelecidas para a concretização de nossos ideais acadêmicos; na cordialidade no trato e na vivência cotidiana da experiência de se trabalhar num Centro Universitário; no respeito às diferenças; na integração entre os níveis de ensino (educação básica e superior); entre outras.

Exemplos dessas concepções e de suas práticas podem ser percebidos na:

- Organização de um currículo de qualidade que contemple o que é essencial e sólido na formação do profissional das diversas áreas; generalista, porque possibilita uma formação abrangente da problemática que envolve os contextos micros e a permanência e conclusão de sua educação superior.
- Viabilização de horários flexíveis e adequados ao ritmo e empenho pessoal de cada aluno(a). Ao incluir disciplinas semipresenciais, bem como atividades de trabalho independente em locais e tempos diferenciados, o Izabela Hendrix tem em vista que está lidando com instrumentos pedagógicos capazes de flexibilizar o curso e garantir que os momentos de formação não sejam medidos apenas pela organização rígida de horários semanais de aula, nem pelo espaço propiciado apenas pela escola para que dê conta de suas atividades e estudos, bem como de suas aplicações práticas.

2.5.2 Práticas pedagógicas expandidas e conseqüente formação de outros espaços de aprendizado

No Izabela Hendrix está claro que o ensino não está dissociado da pesquisa e da extensão. Desta forma, não se pode ter a pesquisa e a extensão dos cursos como práticas diversas do cotidiano de aprendizagem. Neste sentido, é preciso pensar em renovar, expandir e repensar constantemente as práticas pedagógicas e constantemente recriar os espaços de aprendizado.

O incentivo às práticas pedagógicas expandidas e a formação de outros espaços de aprendizado depende da concepção dos sujeitos da pesquisa, dos sujeitos da extensão, dos sujeitos do ensino, estes sujeitos que fazem parte da vida acadêmica, sujeitos do saber, alunos(as) e professores(as) são os(as) que não dissociam as práticas ensino-pesquisa-extensão.

A instituição, por mais que seja estruturada como tal, não deseja ser uma linha de reprodução funcionalista, ou fordista. As Linhas Curriculares, os Projetos e as Políticas Institucionais são um foco comum, uma diretriz de ação que permite uma identidade/autônoma aos sujeitos do saber paralelo às organizações funcionais inerentes e necessárias a uma instituição. A organização funcional se constitui de rumos, focos e meios para se potencializar numa prática coletiva. É um acordo coletivo para a produção comum.

No Izabela Hendrix a formação não se limita a um grupo de disciplinas, da exposição e consumo de conhecimentos, do aprender de uma técnica e/ou um saber fazer específico. São desenvolvidos espaços de aprendizado capazes de interferir na formação, o que permite ao conhecimento se transformar num procedimento cotidiano, numa prática cada vez mais vinculada à rotina do sujeito do saber. Desta forma, a extensão, a pesquisa e a pós-graduação assumem responsabilidades com cada um dos estudantes em programas de graduação.

2.5.3 Formação de cidadãos críticos, criativos e socialmente responsáveis

Educar e formar cidadãos(ãs) qualificados(as) e críticos(as), com base em valores cristãos, para atuar na transformação da sociedade é parte da missão deste Centro Universitário. Entretanto, a formação crítica não se completa sem uma reação propositiva. A reação à crítica deve ser traduzida numa alternativa, numa solução, numa proposta criativa de superação de uma situação-problema. O(A) cidadão(ã) criativo(a) atua em prol de estilos de vida sustentáveis. São cidadãos(ãs) que buscam soluções e alternativas para problemas comuns ao dia a dia, voltados para um padrão de bem-estar social, baseado em produtos e serviços sustentáveis que viabilizem soluções eficientes e acessíveis para o cotidiano das pessoas. São práticas de inovação social sustentável aplicadas ao cotidiano e propiciando novos modos de vida responsáveis.

2.5.4 Uma comunidade de aprendizado contínuo – educação continuada

Uma comunidade de aprendizado contínuo assume o compromisso de se atualizar e renovar o conhecimento permanentemente. Estas práticas devem promover o contato com o egresso que não apenas retorna para buscar novos conhecimentos, mas também para compartilhar experiências e renovar as perspectivas de formação profissional e humana. Desta forma, os programas de extensão e a pós-graduação *lato sensu* são práticas estratégicas de aprendizado contínuo e de trocas entre alunos(as), egressos e sociedade.

Os Programas de Educação Continuada do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix visam ampliar e atualizar conhecimentos e técnicas de trabalho de profissionais graduados ou não, de acordo com as exigências específicas de cada modalidade, e aprimorar o exercício profissional ou didático-científico.

O projeto de criação ou atualização dos cursos é de responsabilidade do colegiado do Núcleo de Graduação e respectivos cursos e deve seguir estrutura indicada pela Coordenação dos Programas de Educação Continuada. O projeto e respectivo parecer de Núcleo deve ser encaminhado à Coordenação de Educação Continuada para apreciação e posteriormente encaminhado para aprovação na Câmara de Ensino. Depois de aprovado pela Câmara de Ensino, será encaminhado ao CONSUN, acompanhado de um parecer de Núcleo

Os Programas de Educação Continuada serão supervisionados pela Coordenação Geral de Educação Continuada na interação com coordenadores específicos de cada programa da área em que o projeto foi apresentado.

A Coordenação Geral da Educação Continuada é parte integrante das atividades regulares da Assessoria Acadêmica e, portanto, do processo de ensino, pesquisa e extensão do Centro Universitário, sendo o seu titular nomeado pela Reitoria.

2.6 Políticas de extensão

A Extensão Universitária, no contexto da tríade ensino, pesquisa e extensão, é compreendida numa IMES a partir do envolvimento da Instituição com a comunidade próxima ou mais distante. Esse envolvimento, crítico e sensível, pode proporcionar momentos e movimentos apropriados para a construção e desenvolvimento de ações capazes de alterar qualitativamente a vida das comunidades e da academia.

A Resolução MEC/CNE/CES nº 7/2018, em seu artigo 3º, firma: “a Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”. As IMES, em alinhamento à legislação e fiel à sua tradição comunitária e confessional, têm suas atividades planejadas na perspectiva desse dispositivo, e explicitam seu referencial no presente texto em que apresenta sua Política de Extensão.

Os princípios básicos da Política de Extensão de uma Instituição Metodista de Educação Superior (IMES) emanam da sua dupla condição: comunitária e confessional. Condição que, ao

conferir a sua identidade, remete ao compromisso com a qualidade acadêmica interna, com as realidades regionais, nacionais e internacionais.

Articulada com as políticas de Ensino e de Pesquisa, a Política de Extensão sinaliza, portanto, o compromisso da Instituição com a construção de condições dialógicas de relação com a sociedade, em suas dimensões de inserção social e de possibilidade pedagógica de ensino e aprendizagem. No que tange à inserção, ao se instituir a Extensão como espaço de diálogo por excelência da Instituição com a sociedade, a ela é confiado o trabalho de ampliar a democratização da relação interacional dialógica entre elas, ao mesmo tempo em que se torna um espaço de convivência entre o saber científico e técnico e o saber popular.

Na perspectiva do processo de ensino e aprendizagem, à necessária reflexão acadêmica sobre a relevância social do conhecimento que a Instituição constrói, a Extensão contribui para que esse processo se torne mais do que significativo: para que tenha sentido.

Assim considerada, a Extensão Universitária será entendida numa IMES como um processo contínuo de aperfeiçoamento do compromisso social institucional. Como processo, estará sendo sempre construída e reconstruída, porém, fortemente amparada em princípios e diretrizes que não a deixarão cair num relativismo e evitarão o dogmatismo.

A Política da Extensão está elaborada de modo a apresentar: (1) Princípios da Extensão Universitária; (2) Objetivos da Extensão Universitária; (3) A Extensão em sua relação com o Ensino e a Pesquisa; (4) A Extensão no relacionamento academia e sociedade; (5) O sentido nas ações da Extensão; (6) A curricularização da Extensão; (7) A avaliação da Extensão; (8) Política institucional de apoio à Extensão; (9) Diretrizes para Extensão nas Instituições Metodistas de Ensino Superior.

2.6.1 Princípios da Extensão Universitária

Em alinhamento à Resolução MEC/CNE/CES nº 7/2018, a Extensão Universitária desenvolvida pela Instituição observará os estruturantes da concepção e da prática dos Princípios da Extensão, como consta no artigo 6º, a saber:

I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

- II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;
- III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
- IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;
- V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;
- VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;
- VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

2.6.2 Objetivos da Extensão Universitária

Perspectivada num paradigma ético-humanista amplamente explicitado em seus documentos referenciais norteadores, a Instituição apresenta seus objetivos de Extensão, de modo reflexivo, para que possam inspirar o aperfeiçoamento de diretrizes destes decorrentes e as práticas extensionistas delas construídas.

A Extensão, trabalha para alcançar três objetivos. Tais objetivos dialogam entre si, reciprocamente um contribuindo para a realização do outro. O primeiro diz respeito à titulação acadêmica para o exercício da profissão, o que implica formação pessoal, crítica, científica e técnica dos discentes. Isto é possível, considerando-se a diversidade das relações interpessoais vivenciadas nas práticas da Extensão: a oportunidade de identificar contradições presentes na evolução do conhecimento, pois que este é produto da atividade humana e, portanto, histórico; o enfrentamento da dicotomia teoria/prática, quando docentes e discentes têm de construir respostas a situações reais e não ideais; e o envolvimento em discussões teóricas e metodológicas que lidam com o binômio intervenção/investigação nos âmbitos científico, social e político.

O segundo objetivo requer o envolvimento no avanço da área de conhecimento, prioritariamente por meio da formação dos docentes envolvidos. Isso implica assegurar, na Extensão, a dimensão da investigação, independentemente do tempo necessário para ser trabalhada, muito embora a prioridade imediata seja a da intervenção.

O terceiro objetivo firma a necessidade de garantir que a Extensão materialize parcerias com segmentos da sociedade que buscam subsídios na universidade para melhorar a qualidade de vida e aperfeiçoar e exercitar a democracia; que a universidade contribua para tornar realidade a humanização plena dos indivíduos. Esta postura ético-existencial é fundamental quando se vive uma realidade que desfigura os indivíduos de sua condição humana, negando-lhes a historicidade de representantes da cultura e do exercício pleno da democracia.

Considerando a possibilidade do alcance desses três objetivos, na perspectiva de uma prática acadêmica em uma instituição comunitária e confessional, os programas, projetos e outras modalidades de ações extensionistas precisam trabalhar, necessariamente, duas dimensões de intervenção: por meio de ações de influências reais, em diálogo com a população, contribuindo no empreendimento de mudanças sociais e políticas relevantes para a sociedade; e por meio de investigação, com o desenvolvimento de pesquisas, a partir de dados registrados nos vários momentos da atividade de extensão e que contemplam temas da área de formação do docente.

Assim, considerando-se (a) os três objetivos dados à Extensão numa IMES: contribuir, na formação profissional cidadã do estudante, no desenvolvimento da área de conhecimento e na emancipação dos indivíduos e populações por ela alcançados isoladamente ou em parcerias; e (b) as duas dimensões de intervenção a serem trabalhadas: influir positivamente, por meio do diálogo, para mudanças de realidades e pesquisar dados que possam ser trabalhados cientificamente; podem ser estabelecidas Diretrizes para a operacionalização desses princípios institucionais extensionistas.

2.6.3 A Extensão em sua relação com o Ensino e a Pesquisa

É necessário, na perspectiva da tríade firmada constitucionalmente, considerar o que implica a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Não se trata de um mesclar ou amalgamar especificidades, perdendo-se a riqueza conceitual de cada uma dessas dimensões. Trata-se, antes, de construir modos de relacionamento institucional que permitam atuarem interrelacionalmente, fecundando-se mutuamente.

Na dimensão universitária da Extensão, esta é o lócus por excelência para o cumprimento do compromisso social da Instituição, por meio da intervenção social positiva que integra, pela ação dialógica, diferentes saberes. Nesse sentido, a Extensão, articulada com o Ensino e a Pesquisa, desenvolve-se por meio de programas, projetos e outras modalidades extensionistas. Em todas essas modalidades o protagonismo é compartilhado: não há quem decida por todos, não há quem aja em detrimento dos demais; todos precisam sentir-se partícipes ativos e não contemplativos, desde o ato construtor da teorização e das ações deste decorrentes até a sua ponderação avaliativa para correção de rumos e aperfeiçoamento de práticas.

O planejamento em Extensão, na perspectiva de contribuir na realização da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, com aquilo que lhe é próprio, envolve ações realizadas sob a forma de: (a) atendimento à comunidade, diretamente ou por meio de instituições públicas e privadas; (b) participação em iniciativas de natureza cultural, artística, técnica e científica; (c) cursos de curta duração nas áreas da saúde, exatas e humanas, destinados aos alunos, egressos e externos, na forma online ou presencial; (d) promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas; (e) celebração de convênios com entidades nacionais e estrangeiras, públicas e privadas, para financiar programas de extensão e sua divulgação; (e) captação de recursos externos à instituição para auxílio a projetos específicos da área; (f) organização, por iniciativa institucional ou em parceria, de eventos científicos e congressos para estudo e debate de temas específicos.

A Extensão, em sua dimensão ético-valorativa, ocorre, portanto, quando a IMES, por meio de sua inserção como componente curricular de seus cursos, ou por outras iniciativas institucionais, cria instrumentos que ajudam a interpretar a situação histórico-cultural da totalidade, na direção de um compromisso com as lutas de transformação social centrado na construção da cidadania como patrimônio coletivo da sociedade. Essa orientação tanto pode se dar em salas de aula ou em estágios, quanto por meio de programas e projetos de intervenção na comunidade. Tais programas e projetos de extensão precisam privilegiar a construção da cidadania aos segmentos da população que, numa dada conjuntura, constituem forças sociais e políticas potencialmente transformadoras da sociedade, devido às tendências contraditórias de seu desenvolvimento histórico-social.

A interface da Extensão com a Pesquisa é ampliada para um Ensino que proporciona a efetivação social de práticas que envolvem os discentes que têm por objetivo contribuir para a sua formação profissional cidadã, no âmbito do enfrentamento da dicotomia teoria/prática, quando docentes e discentes têm que construir respostas à situações reais e não ideais, e no envolvimento em

discussões teóricas e metodológicas que lidam com o binômio intervenção-investigação no contexto científico, social e político.

Essa concepção de Extensão, que, indissociada do Ensino e da Pesquisa, valoriza a dimensão ética, humanista, científica e técnica do processo de ensino e aprendizagem, ancora-se no referencial valorativo da Política Acadêmica em seu conjunto; política esta que postula ser necessário aumentar e qualificar posturas sociais na universidade e na sociedade que priorizem valores para a convivência humana. Pela Extensão, enquanto um espaço privilegiado para discutir e socializar valores e saberes, pode se dar o desvelamento do significado histórico das práticas dos indivíduos nas esferas pública e privada; sendo a compreensão e o resgate desse significado e de seus sentidos para os indivíduos e populações fundamentais, quando se objetiva a formação de profissionais cidadãos críticos e com competência ética, humanista, científica e técnica, a fim de se trabalhar positivamente as demandas apontadas pela sociedade.

Assim considerada em sua relação com o Ensino e a Pesquisa, a Extensão, ao reconhecer as especificidades e potenciais destes, alinha-se, interrelacional e dialogicamente, na tríade, para o fortalecimento do compromisso social da Instituição por meio de ações solidamente construídas porque alicerçadas em fortes referenciais.

2.6.4 A Extensão no relacionamento academia e sociedade

Como uma prática acadêmica curricular, ou outra iniciativa institucional, a Extensão, a partir da qual se interpretam na Instituição demandas que a sociedade apresenta, e em sua condição de interlocutora na definição de rumos em relação ao Ensino e à Pesquisa, constitui-se elemento importante de uma política institucional que objetiva combinar o máximo de qualidade acadêmica com o máximo de compromisso social e, assim, priorizar o estabelecimento de parcerias com segmentos da sociedade que, devido às forças políticas, econômicas e sociais, numa dada conjuntura, possam como sujeitos contribuintes para a transformação da sociedade.

No processo de ensino e aprendizagem, na vertente de socialização do conhecimento (Ensino), a Extensão pode ser materializada ao examinar-se a historicidade do conhecimento produzido pela humanidade, o contexto social de sua produção, sua contemporaneidade e relevância, sob a ótica das transformações estruturais e conjunturais do mundo. A posição do conhecimento precisa explicitar sua configuração na estrutura e conjuntura da sociedade e sua inserção no espaço sócio-econômico-político. Essa concepção contribui para formar um profissional cidadão que supere a visão tecnicista.

A Extensão, ao contribuir para superar-se o tecnicismo, resgata a dimensão técnica do saber, à medida em que esta configura instrumento de diagnóstico, abrindo espaço para eventual intervenção na realidade social.

Na continuidade desse raciocínio, observa-se que, por sua vez, mas não independente da anterior, na vertente da produção do conhecimento (Pesquisa), a Extensão precisa constituir-se em intervenção/investigação por meio de metodologias que contribuam para transformar o conhecimento em um bem social e, como tal, possa ser apropriado pela sociedade, no contexto da construção coletiva da cidadania.

Dentre os diferentes programas e projetos de Extensão desenvolvidos pela IMES, há projetos que exigem da comunidade acadêmica uma atuação interdisciplinar e, até mesmo, transdisciplinar. Programas Interinstitucionais de Extensão, constituem-se paradigmas conceituais e referenciais para as iniciativas extensionistas de todas as Instituições Metodistas de Ensino Superior no Brasil: (a) Educação, Direitos Humanos e Cidadania (PIEx1), e (b) Tecnologias Digitais e Sociedade (PIEx2). Os PIExs são matrizes para a construção e desenvolvimento de programas, projetos e atividades de extensão no âmbito dos cursos de cada Instituição, tendo cinco eixos gerais interinstitucionais: (1) Educação em Direitos Humanos; (2) Saúde, Direito Fundamental Social; (3) Meio Ambiente e Desenvolvimento; (4) Comunicação, Arte e Cultura; (5) Tecnologia, Empreendedorismo e Inovação. Além desses eixos, a Extensão na Instituição reconhece e articula em seus programas e projetos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

Uma organização acadêmica e social da Extensão numa IMES, precisa deixar claro o seu sentido. Para além da sistematização documental por meio de conceitos e referenciais, essa organização precisa ter e proporcionar a construção e reconstrução de seus sentidos existenciais.

2.6.5 O sentido nas ações de Extensão

A construção e a reconstrução de sentidos nas ações extensionistas, quando estas são planejadas, desenvolvidas e avaliadas interrelacionalmente, compreendendo-se a Extensão como um processo e não como um centro institucional monopolístico e isolado de irradiação de ações, se caracterizam por: (a) manter continuamente o diálogo entre a IMES e a sociedade, recebendo as demandas desta e conferindo-lhes um tratamento acadêmico; (b) cultivar a extensão com o aperfeiçoamento da política institucional em processo contínuo e duradouro em conexão com o ensino e a pesquisa; (c) disponibilizar para a sociedade o conhecimento atualizado por meio da pesquisa e

partilhado por meio do ensino; (d) promover maior articulação entre os projetos de extensão da IMES, tendo em vista a interdisciplinaridade e as oportunidades educacionais; (e) priorizar e estimular atividades de extensão em atendimento aos segmentos sociais sistematicamente excluídos ou impedidos de acesso aos benefícios advindos dos processos de produção/aquisição de conhecimento da IMES; (f) desenvolver a avaliação institucional da atividade de extensão como subsídio para estabelecimento de metas que atendam à educação continuada, a criação de mecanismos de formação de opinião pública, desenvolvimento da comunidade; (g) ação cultural e buscar novos parceiros, em organizações públicas e privadas, para o desenvolvimento de Projetos de Extensão bem como ações extensionistas.

2.6.6 A curricularização da Extensão

Em atendimento à Resolução MEC/CNE/CES nº 07, de 18 de dezembro de 2018, que apresenta as diretrizes para a curricularização da extensão no contexto da lei n. 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e, neste, o atendimento à meta n. 12 e sua estratégia n. 7, são incorporadas ao PPI e nos PPCs das IMES brasileiras estas modalidades extensionistas: (a) programas; (b) projetos; (c) cursos e oficinas; (d) eventos e prestação de serviços. Tais modalidades serão oferecidas de forma multidisciplinar e transversal durante o período de formação, de acordo com os eixos gerais interinstitucionais das IMES já mencionados.

O componente curricular Programa de Extensão Universitária constará da matriz curricular e da grade horária semestral de cada curso de graduação, seja presencial ou na modalidade de Ensino a Distância (EaD), integralizando o montante de, no mínimo, 10% da carga horária do curso.

Os cursos de graduação definirão os docentes que farão a mediação e acompanhamento dos programas, projetos e outras atividades extensionistas, em constante diálogo na perspectiva multidisciplinar e de abrangência nos processos de aprendizagens. Para tanto, os discentes escolherão programas e projetos de vários eixos, corroborando com a formação cidadã, integral e em diálogo com as outras áreas do conhecimento, e contarão com acompanhamento e sistematização. O corpo técnico-administrativo da Instituição pode atuar nas atividades de Extensão, garantindo-se o registro de sua participação e a valorização do mesmo.

A Instituição poderá definir um regulamento próprio para atender o desenvolvimento e participação dos discentes, bem como os critérios de avaliação e de registro acadêmico das horas

cumpridas a serem computadas no currículo do discente. Tal regulamento deverá ser aprovado pelo CONSUN em alinhamento às orientações de gestão da Mantenedora.

2.6.7 A avaliação da Extensão

Semestralmente os programas e projetos desenvolvidos de modo curricular na Instituição serão avaliados por instrumento específico constituído de indicadores, objetivando o registro no histórico do aluno como forma de seu reconhecimento formativo. A avaliação se fará no âmbito dos cursos a partir dos programas, projetos e outras ações extensionistas desenvolvidas. Indicadores avaliativos da Extensão compõem o processo de autoavaliação institucional e serão registrados no âmbito dos relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

O processo de avaliação dos programas, projetos e outras ações extensionistas, no âmbito dos cursos, deve observar, ao mínimo, seis indicadores: (1) relevância social do programa e projeto de extensão para as comunidades interna e externa; (2) interação dialógica entre as comunidades interna e externa; (3) indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; (4) interdisciplinaridade e transversalidade de saberes; (5) impacto na formação cidadã e profissional; (6) contribuição para a transformação social e desenvolvimento humano.

2.6.8 Política institucional de apoio à Extensão

O apoio à Extensão considerará a pluralidade da IMES. Nessa perspectiva, dada a conjuntura institucional e a realidade do País, a Instituição precisa definir como prioridade o apoio a programas e projetos extensionistas que busquem o diálogo e parceria com segmentos sociais que, numa dada conjuntura, atuem na perspectiva de transformação social; tanto por evidenciarem as contradições da estrutura e conjuntura da sociedade, como pelas práticas que empreendam contra o cerceamento da liberdade humana e manutenção das desigualdades sociais, econômicas e políticas. Essa opção valorativa, quanto à escolha da população com a qual se deseja trabalhar, concretiza o compromisso com a construção da cidadania como patrimônio coletivo da sociedade civil.

O compromisso de aperfeiçoar o diálogo entre o saber acadêmico e o saber popular é reafirmado pela IMES ao instituir uma política de apoio à Extensão. Essa política preconiza as

condições para que docentes e discentes tenham maior inserção na comunidade e possam desenvolver parcerias com segmentos da sociedade que, dada sua condição social, econômica e política, não têm acesso e permanência ao conhecimento científico e técnico ou qualquer conhecimento transformado em bem cultural. Por outro lado, os docentes e discentes terão acesso ao saber popular referenciado nas estratégias de sobrevivência dessa população. A interlocução entre os saberes acadêmico e popular não é o único requisito para qualificar a relação entre parceiros. Há, também, as dimensões social e política dessa interação que devem, necessariamente, garantir o exercício democrático na definição de objetivos e escolha das estratégias que motivam a parceria, independentemente de sua natureza.

A política de apoio à Extensão precisa, ainda, no universo acadêmico: (a) sustentar o paradigma de universidade que se norteia pela indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão; (b) incentivar a prática da indissociabilidade como tarefa coletiva na materialização dos projetos pedagógicos; e (c) afirmar o caráter acadêmico das atividades extensionistas, de modo que haja nesses fazeres formação ética, política, cidadã, científica e técnica dos discentes e docentes.

Os recursos para o desenvolvimento dos programas, projetos bem como das ações extensionistas, serão providos em planejamento de segmentos acadêmicos e administrativos da Instituição. Os programas e projetos, vinculados diretamente pela curricularização dos cursos e por iniciativa de gestão à Instituição como um todo, terão seus custos operacionais previamente orçados, visando o pleno cumprimento das ações programadas e, conseqüentemente, devidamente registradas e avaliadas. Além dos recursos oriundos do orçamento dos cursos e da Instituição, preconizam-se parcerias e convênios com diferentes segmentos da sociedade, no âmbito público ou privado, que tenham aderência aos fins da Instituição.

2.6.9 Diretrizes para Extensão nas Instituições Metodistas de Ensino Superior

Dadas as condições teóricas referenciais, os dispositivos legais e considerando-se a viabilidade econômico-financeira da Instituição, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes gerais para a Extensão no contexto da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a serem efetivadas em todas as iniciativas institucionais e interinstitucionais das IMES:

A Extensão precisa ser considerada como processo, passível de construção e reconstrução em função da avaliação regular, sistemática e contínua de seus programas, projetos e demais atividades aderentes por meio de instrumentos que considerem aspectos qualitativos e quantitativos.

Toda iniciativa em Extensão precisa estar alinhada, ao menos, a algum dos Programas Interinstitucionais de Extensão (PIEx) nas IMES.

A curricularização da Extensão não conceberá programas ou projetos que não tenham aderência à realidade e que não enxerguem o ambiente histórico, cultural, social, econômico e político das populações alcançadas, mas terá como princípio basilar promover, em parceria com as comunidades, a sua autonomia.

O impacto na formação dos estudantes na perspectiva da cidadania e da humanização deverá ser o eixo principal dos diferentes programas, projetos, ações e atividades de extensão, para que se desenvolva no processo das aprendizagens a autonomia e o protagonismo do estudante.

2.7 Políticas de pesquisa

A pesquisa, indissociável do ensino e da extensão, é um dos pilares centrais da educação superior. É por meio da pesquisa que o ensino desenvolve sua capacidade emancipatória, crítica, transformadora e interventora na realidade social. Tradicionalmente a pesquisa no Centro Universitário Izabela Hendrix é entendida como propulsora do desenvolvimento institucional ao propiciar interfaces com as questões sociais e orientar a intervenção e o exercício da responsabilidade social.

Para o Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (CEUNIH), a pesquisa e o conhecimento científico dela decorrente são marcas fundamentais que se fazem presentes, dialeticamente, na vida e missão de uma instituição confessional que sempre buscou unir conhecimento e piedade vital.

Na pós-modernidade, o desafio em desenvolver uma educação de qualidade perante a tendência mercantilista do ensino que o projeto de globalização neoliberal quer impor, requer a capacidade de trabalhar as informações de forma crítica, com qualidade, de forma a construir conhecimentos e interpretações da realidade emancipadoras. No CEUNIH assume-se que esta é a função da pesquisa numa instituição de ensino superior. Obviamente esta visão vai além do mandato legal expresso no artigo 52 da LDB nº 9394/96 para as instituições de ensino superior brasileiras, pois a pesquisa aparece como um mecanismo central da cultura e missão institucional ao vincular a ética

e a responsabilidade socioambiental à produção e uso do conhecimento, que só se torna legítimo se contribui para a melhoria da existência humana, inserindo-se na realidade histórico-social.

Para tanto, a pesquisa estará sempre ligada ao ensino – pois o conhecimento só é dinâmico na medida em que docentes e discentes se propõem a pensar e enxergar o mundo em suas diferentes instâncias a partir de um saber que se proponha observador/pesquisador da realidade. A pesquisa também estará ligada à extensão – pois é um dos meios pelo qual a instituição pode atender às necessidades e demandas da sociedade. Com ela a produção de conhecimento adquire a dinâmica capaz de não apenas acumular saberes, mas principalmente traduzir estes saberes em progresso da comunidade, bem-estar social e material. Desta forma, docentes e discentes estarão envolvidos em articular o conhecimento produzido pelo ensino e pesquisa com os desafios sociais que reclamam pela intervenção prática do saber acadêmico.

Esta concepção de pesquisa no Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix parte do princípio de que a pesquisa e o saber científico são instrumentos que promovem condições de pertencimento, empoderamento e transformação social. Não se pode conceber, tal como ocorre desde o iluminismo, que o crescente avanço científico e tecnológico concentre sua luz apenas a determinados estratos sociais, em detrimento da enorme maioria da população ainda distante dos benefícios da ciência, mas imersa na escuridão de seus déficits. Ciência e tecnologia, cada vez mais presente na vida das pessoas, deve ser um direito de todos.

É esta visão política e engajada de ciência e tecnologia que docentes e discentes do CEUNIH precisam articular no cotidiano da vida comunitária. Há que se promover, por parte do corpo docente, a missão de inspirar e cativar o corpo discente a enxergar o potencial emancipador que ciência e tecnologia possuem quando produzidos para uma finalidade humanista. Docentes e discentes nesta instituição devem estar conscientes e engajados de sua condição humana e social, de seu papel de vislumbrar o real, analisá-lo de forma crítica e engajada com o objetivo de propor soluções, contribuindo, dessa forma, para que o discente do enfrente os desafios que o mundo moderno. Esta é a ciência e o conhecimento científico e tecnológico que vislumbramos e compartilhamos, tendo como fim e objetivo o ser humano. Até porque, como se dizia no passado: o ser humano é a medida de todas as coisas.

Desde uma intensa articulação entre ensino, pesquisa e extensão e entre as diversas áreas do conhecimento, e dentro de uma proposta inter e transdisciplinar, a pesquisa é entendida no CEUNIH como:

- promoção da consciência crítica;
- produção de novos conhecimentos;
- melhoria da qualidade profissional;
- forma de evitar o desperdício do capital intelectual e da experiência;
- possibilidade de emancipação do sujeito;
- condição de atualização;
- método.

Sendo assim, a política institucional de pesquisa do CEUNIH assume três linhas de trabalho:

1. Produção do conhecimento.
2. Formação científica do discente.
3. Divulgação do conhecimento.

2.7.1 Produção do conhecimento

A política institucional de apoio à pesquisa do CEUNIH pretende estimular a criação de cultura e conhecimento, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento crítico e reflexivo visando dar resposta às demandas da comunidade em que se insere. Para isso são adotadas as seguintes estratégias institucionais:

- Garantia permanente da relevância científica e social da produção intelectual dos projetos e ações de pesquisa do CEUNIH através de indicadores institucionais de ordem qualitativa e quantitativa, visando oferecer conteúdo avaliativo e manutenção da cultura interna do acompanhamento de processos de pesquisa.

- Incentivar o intercâmbio de pesquisa, por meio da parceria entre as demais instituições que compõem a rede Metodista de Educação, com vistas a oferecer cursos de pós-graduação Stricto Sensu.
- Firmar parcerias com centros de pesquisa no Brasil e no Exterior, para fomentar a capacitação docente, bem como atrair recursos e incremento de técnicas e metodologias de pesquisa.
- Promoção da cooperação científica entre instituições nacionais e internacionais, tendo como parceiros privilegiados as IES metodistas. Estabelecimento de parcerias interinstitucionais de fomento à pesquisa. Estímulo às parcerias científicas com o setor privado.
- Financiamento de atividades de produção de conhecimento científico, técnico, pedagógico e cultural, nos níveis de Graduação, Pós-graduação e Extensão. Para isso incentiva-se a busca constante do apoio de agências de fomento à pesquisa, como parte do esforço de custeio e captação de recursos em prol da produção científica, além dos recursos e programas institucionais ligados aos editais do Programa de Pesquisa.
- Estabelecimento e consolidação de grupos e linhas de pesquisa, formalizados junto ao CNPq, alinhados à missão e à inserção comunitária do CEUNIH, visando a criação futura de um programa de pós-graduação stricto sensu.
- Apoio à pesquisa de docentes para elaboração das suas teses e dissertações com a finalidade de melhorar sua qualificação.
- Comunicação contínua e permanente com a comunidade interna e externa, identificando interesses e demandas que permitam a adequação da pesquisa às necessidades institucionais e sociais.
- Avaliação contínua dos processos internos através da avaliação institucional, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

2.7.2 Formação científica do discente

A formação científica do corpo discente aparece como um objetivo fundamental do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, que busca, deste modo:

- a) Despertar vocação de pesquisa científica e contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa científica ao proporcionar a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como e estimular o pensamento científico e a criatividade.
- b) Incentivar os participantes na continuidade dos estudos em cursos de pós-graduação.

- c) Estimular professores pesquisadores a envolverem alunos da graduação nas atividades científica, tecnológica, artística e cultural.
- d) Estimular os discentes a integrarem os grupos de pesquisa na instituição, visando integrá-los ao Programa de Iniciação Científica.

O âmbito acadêmico apropriado é a Iniciação Científica, que adota no Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix as seguintes estratégias institucionais:

- Valorização permanente dos Trabalhos de Conclusão de Curso como expressão da indissolubilidade entre o ensino e a pesquisa;
- Atribuição de horas para docentes atuarem como orientadores dos trabalhos de conclusão de curso, de modo a oferecer orientação qualificada visando produção científico-tecnológica compatível com os interesses institucionais;
- Manutenção do programa de bolsas de Iniciação Científica dentro das linhas de pesquisa aprovadas pela instituição;
- Participação do aluno em Grupos de Pesquisa e formalizados no CNPq;
- Adota-se como critério de excelência a publicação do TCC em forma de artigo, em revistas científicas indexadas ou em congressos científicos.

2.7.3 Divulgação do conhecimento

A pesquisa científica traz no seu cerne a exigência de divulgação e publicação dos resultados, visando levar a comunidade os resultados e benefícios da ciência e tecnologia. Destacamos a seguir as estratégias para a divulgação científica nos âmbitos interno e externo:

- Qualificar e incentivar a publicação da produção científica e tecnológica de docentes e discentes em revistas científicas indexadas no Brasil e no exterior.
- Apoio à participação em eventos científicos qualificados do corpo docente e discente.
- Fortalecimento dos periódicos institucionais, visando sua crescente qualificação e indexação em repositórios nacionais e internacionais.
- Fortalecimento do Congresso de Pesquisa, Iniciação Científica e Extensão, ampliando sua inserção na comunidade acadêmica nacional, bem como contribuir para que as jornadas e eventos dos cursos de graduação e pós-graduação tenham espaço para a divulgação científica e tecnológica do conhecimento produzido.
- Possibilitar a edição e publicação de livros e coletâneas por pesquisadores da instituição através da editora institucional.

2.7.4 Desenvolvimento artístico e cultural

A proximidade do campus Praça da Liberdade do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix com o Circuito Cultural Praça da Liberdade permite que várias atividades com os discentes sejam realizadas na perspectiva de disseminação artística e cultural. Visitas guiadas, aulas interativas, exposições científicas e outras iniciativas enriquecem a experiência dos estudantes.

O Circuito Liberdade foi inaugurado em 2010 e já é reconhecido como um importante corredor de cultura do País. Abrigado em uma área histórica de Belo Horizonte (MG), é composto por 16 instituições, dentre museus, centros de cultura e de formação, que mapeiam diferentes aspectos do universo cultural e artístico. Atua em articulação com o espaço urbano e os diversos grupos artísticos e populares, consolidando-se como um braço forte da política pública de Cultura do governo estadual. Espaços para visitação:

- Espaço do Conhecimento UFMG;
- MM Gerdau - Museu das Minas e do Metal;
- Memorial Minas Gerais Vale;
- Centro de Arte Popular – Cemig;
- BDMG Cultural;
- Academia Mineira de Letras;
- Museu Mineiro;
- Arquivo Público Mineiro;
- Centro Cultural Banco do Brasil;
- Cefar Liberdade;
- Casa Fiat de Cultura;
- Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais;
- Praça da Liberdade
- Palácio da Liberdade
- Espaço Cultural Escola de Design - UEMG

2.8 POLÍTICAS DE GESTÃO

O surgimento de novas tecnologias, a ampliação na produção e a rapidez na reprodução de conhecimentos exigem políticas de democratização interna da universidade. Assim, a esfera de decisões torna-se oportunidade para o exercício do aprendizado da responsabilidade de se cogerenciar o processo de gestão e socialização do conhecimento.

Assim, considerando as Diretrizes para Educação na Igreja Metodista (DEIM) e que a existência humana ocorre mediada pelo tríptico universo do trabalho, da sociedade e da cultura, o conhecimento produzido e disseminado nas relações acadêmicas deve ter o compromisso com a construção da cidadania e a intencionalidade expressa, de forma a contribuir com uma melhor qualidade de vida e com a dignidade dos homens e mulheres.

Fica claro, portanto, que não é possível a pretensão de se alcançar os objetivos isoladamente. A estrutura organizacional deste Centro Universitário prevê a participação de representantes da comunidade acadêmica e da sociedade, em diversas instâncias decisórias, em colegiados como o Conselho Universitário, Conselho de Ética em Pesquisa, na Comissão Própria de Avaliação (CPA) e nos colegiados de núcleos e cursos.

Daí a necessidade da gestão institucional incentivar, dentro das condições orçamentárias, a implementação das políticas acadêmicas estabelecidas, voltadas para o incentivo ao ensino, à pesquisa e à extensão, tornando possível a educação de qualidade, premissa de nosso projeto de desenvolvimento institucional, com suas instâncias decisórias articuladas de forma horizontalizada e integrada.

2.9 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INTERNACIONALIZAÇÃO

A internacionalização universitária permite, ao mesmo tempo, a abertura da Universidade para o mundo e a aproximação deste da Universidade. Isto é possível por meio de acordos de cooperação internacional que envolve a mobilidade docente, discente e técnica-administrativa; capacitação de toda a comunidade acadêmica; e a revisitação e análise dos projetos pedagógicos matrizes curriculares em um contexto global.

Os objetivos gerais acadêmicos vinculados à Política de Internacionalização são promover educação de qualidade, pesquisa de alto impacto e formar profissionais preparados para o ambiente global. Já os objetivos gerais de Marketing são ligados ao fortalecimento da marca e a sustentabilidade do Programa.

De forma mais detalhada, os objetivos específicos da Política de Internacionalização, conforme o documento de *Política Geral de Relações Internacionais* das Instituições Metodistas de Educação, pressupõe que a dimensão internacional promove o enriquecimento da educação e, portanto, está em sintonia com a proposta metodista de buscar educação de qualidade. A internacionalização contribui para:

- a) aprofundar a perspectiva antropocêntrica da educação metodista;
- b) desenvolver e harmonizar eixos comuns e norteadores de projetos pedagógicos;
- c) estimular ações conjuntas de ensino, pesquisa e extensão;
- d) identificar e incrementar novas fontes de financiamento;
- e) promover o reconhecimento de atividades acadêmicas, estudos e títulos;
- f) corresponder aos desafios do mercado e da globalização, à luz da ética cristã;
- g) atender às demandas da sociedade atual, observando os princípios cristãos e metodistas;
- h) valorizar a marca Metodista de educação no Brasil e no exterior;
- i) Posicionar competitivamente às IMES;
- j) Promover a formação de profissionais com maior competência e visão holística para atuação no mercado de trabalho;
- k) Melhorar e qualificar o ensino nas nossas IES promovendo uma possibilidade de abertura a novos horizontes aos nossos discentes.

Para alcançar tais objetivos, a partir de junho de 2016, foi criado o *International Relations Office* (IROffice), da Rede Metodista de Ensino, composto por uma equipe responsável por pensar a internacionalização das instituições Metodistas de ensino, tendo como gerente o Prof. Dr. Fábio Botelho Josgrilberg. A criação do IROffice levou em consideração a Política para a Cooperação Internacional para as Instituições Educacionais Metodistas (IME); as exigências contemporâneas para a promoção da qualidade do ensino, pesquisa e extensão; além da cooperação das IME brasileiras com Associações Internacionais de Instituições de Ensino, dentre elas a IAMSCU e a ALAIME.

O IROffice tem como atribuições, dentre outras, promover:

- ações de ensino, pesquisa e extensão em âmbito internacional, pautando-se na missão das Instituições Metodistas de Educação;
- cooperação internacional de docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos em todos os níveis e modalidades de ensino de atuação das instituições Metodistas;
- capacitação do corpo docente, discente e técnico administrativo para a atuação em nível internacional.

Localmente, o IROffice é apoiado pelos Comitês Locais de Relações Internacionais (CLRI), que acompanham as ações de internacionalização e são constituídos por docentes em cada uma das Instituições de Ensino da Rede Metodista. No Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, o CLI é formado por um (a) coordenador (a), docente, que será o ponto focal de contato do IME junto ao Escritório, além de outros dois docentes que compõe a equipe de trabalho. Cada docente pertence a um Núcleo, sendo responsável pela promoção e articulação dentro do seu Núcleo de origem.

Assim, o Projeto de Internacionalização busca:

- Promover o envolvimento mais profundo das instituições metodistas de Educação Superior brasileiras com algumas das principais IES relacionadas à Igreja Metodista em países priorizados,
- Estabelecer cooperações internacionais de ensino e pesquisa, com realização integrada aos PPI;
- Promover experiências educacionais internacionais para o máximo possível de discentes, inclusive por interações mediadas a distância;
- Promover a integração dos docentes brasileiros com estrangeiros, para oferta de disciplinas, pesquisas e publicações conjuntas, com resultados de trabalhos redigidos preferencialmente em inglês ou outra língua estrangeira.
- Ampliar o recrutamento de estudantes internacionais para estudarem nas IES metodistas brasileiras;
- Estabelecer formas de cooperação que permitam o financiamento de pesquisas e ensino a partir de recursos angariados no exterior;
- Melhorar o posicionamento das IES metodistas brasileiras em termos de impacto internacional por pesquisas científicas;
- Preparar profissionais preparados para o ambiente global e suas complexidades.

2.9.1 Parcerias e convênios

Sempre conectado aos novos tempos, o Centro Universitário Izabela Hendrix aposta cada vez mais na internacionalização do conhecimento como política institucional. Para colocar suas diretrizes em prática, a instituição conta com diversos formatos de programas, intercâmbios, cursos, estágios e outras ações que propiciam aos alunos uma formação acadêmica e multicultural para além das fronteiras do Brasil.

Ciente da importância de levar a excelência do ensino que oferece e absorver as melhores práticas pedagógicas em nível global, Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix promove iniciativas para identificar tendências, conexões, oportunidades e nichos de mercado, além de desenvolver relacionamentos de interesse da instituição com ações que a mantenham em processo constante de renovação.

O direcionamento do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix em busca de um viés cosmopolita do ensino se baseia em uma série de vantagens e diferenciais que influenciam a formação de professores e alunos que têm a oportunidade de uma vivência no exterior. As experiências internacionais acrescentam diversas habilidades aos estudantes: nova língua e cultura, competências acadêmicas de outro país, troca de experiências, atualização do conhecimento, adaptabilidade, criatividade, entre outros benefícios.

Universidad Mayor – Santiago – Chile

O Izabela possui parceria com a Universidad Mayor, em Santiago de Chile, para o Programa Intensivo de espanhol como língua estrangeira e também mobilidade docente e discente. Atualmente há um aluno do curso de Engenharia Civil estudando um semestre acadêmico na Universidad Mayor. Santiago é uma das mais modernas e desenvolvidas metrópoles da América Latina, com importantes índices de desenvolvimento social e econômico.

Zuyd University of Applied Sciences – Maastricht - Holanda

A Universidade Zuyd de Ciências Aplicadas é uma sólida instituição de ensino na Holanda, com forte atuação em ecossistemas de tecnologia em diversos setores como saúde, agronegócios e tecnologia de ponta. A Universidade possui campi em Heerlen, Sittard e Maastricht no sudeste da Holanda. O foco principal da Universidade Zuyd é nos programas de bacharelado, 52 no total, a

maioria deles em holandês. Existem atualmente oito programas de mestrado. A parceria prevê a realização de seminários internacionais de marketing no Izabela Hendrix, grupos de pesquisa em Management Games e mobilidade docente e discente, além de missões de estudo recíprocas entre o Brasil e a Holanda.

Newcastle College - Inglaterra

A Newcastle College é uma instituição de educação superior que conta com mais de 20 mil estudantes e está localizada em uma região que proporciona fácil acesso a outras localidades europeias. A cidade conta com uma vasta variedade de comércios e um dos maiores shoppings centers da Europa, o Eldon Square. Newcastle está localizada no nordeste da Inglaterra, região com enorme riqueza turística e histórica impressionante, além de estar situada próximo a um porto e uma rica indústria naval que data da Revolução Industrial.

Universidad Madero – México

A Universidade Madero de Puebla é uma instituição de ensino superior localizada em San Andrés Cholula, a 120 km da Cidade do México. Possui 29 cursos de graduação e 10 programas de pós-graduação, num total de 39 programas acadêmicos em seus dois campi, tanto no local e on-line, bem como cursos de escola, em forma de workshops e graduados coordenados pela Educação Continuada. O Campus Puebla está localizado perto de uma das regiões turísticas mais importantes do estado, a Zona Arqueológica de Cholula.

Universidade Evora – Portugal

A Universidade de Évora foi fundada em 1559 pelo Cardeal D. Henrique, Arcebispo de Évora, mais tarde Rei de Portugal. Foi a segunda universidade a ser fundada em Portugal depois de Coimbra. Possui mais de 10 mil alunos em programas de graduação, mestrado e doutorado. Évora é uma cidade portuguesa na região do Alentejo com 50 mil habitantes. O seu centro histórico bem-preservedo é um dos mais ricos em monumentos de Portugal, o que lhe vale o epíteto de Cidade-Museu. Em 1986, o centro histórico da cidade foi declarado Patrimônio Mundial pela UNESCO.

Ayoma Gakuin University - Japão

A Aoyama Gakuin University é uma universidade particular em Shibuya, Tóquio, Japão. Foi originalmente criada em 1874 por missionários da Igreja Metodista Episcopal e foi então reconfigurada em seu estado atual em 1949 para formar Aoyama Gakuin. É uma das mais antigas instituições de ensino superior do Japão. A Universidade Aoyama Gakuin tem como objetivo educar os alunos com um forte senso de responsabilidade social e moralidade, a fim de contribuir para a sociedade de acordo com sua política educacional baseada na fé cristã.

Possui cerca de 20 mil alunos, distribuídos em programas de graduação e pós-graduação abrangem literatura, direito, economia, negócios, política internacional, comunicação, ciência, engenharia e estudos culturais, bem como programas de pós-graduação em áreas especializadas, como gestão internacional, direito e contabilidade profissional. O campus de Aoyama está localizado na parte leste de Shibuya, perto da ala Minato, um dos mais sofisticados dos 23 distritos de Tóquio.

2.9.2 Programa de Mobilidade Internacional Acadêmica

O Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, por meio de suas parcerias com importantes instituições internacionais, oferece semestralmente possibilidades de semestre acadêmico para alunos estudarem no exterior.

O intercâmbio acadêmico oferece vagas gratuitas (os alunos respondem somente pelos custos de alimentação e estadia) em universidades conveniadas. Atualmente, são seis universidades (Chile, México, Portugal, Inglaterra, Holanda e Japão) com as quais os estudantes acessam, por meio de edital, a possibilidade de cursar um semestre no exterior e aprimorar sua bagagem cultura e domínio da língua. Os estudantes do Izabela Hendrix poderão se inscrever em quaisquer dos cursos oferecidos pelas universidades conveniadas.

Para ingressar nas universidades conveniadas, é necessária a comprovação de conhecimento do nível intermediário da língua (Espanhol ou Inglês). O processo seletivo ocorre em duas etapas, a primeira é realizada no Izabela Hendrix por comissão nomeada pelos cursos participantes do Edital, com representação da Assessoria de Relações Internacionais, e a segunda realizada pelas universidades estrangeiras que acolherão o estudante. A divulgação dos resultados acontecerá por meio de contato da Assessoria de Relações Internacionais com o candidato.

2.9.3 Missões de Estudo

Com vistas a estimular debates sobre convergências e divergências nos processos sociais, históricos, políticos e econômicos, bem como os conflitos e possibilidades culturais que desenham os territórios físicos e conceituais das metrópoles no Exterior que a Assessoria de Relações Internacionais do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix propõe anualmente missões internacionais de estudos em diferentes cidades no mundo.

As missões de estudo têm como foco oferecer aos alunos a oportunidade de estudar um curto, porém proveitoso período no exterior – entre 10 a 20 dias, tendo a convivência com a língua e o modus operandi da educação ou atuação profissional no exterior. Essa aproximação traz benefícios não apenas aos alunos, que passam a ter contato com práticas educacionais ou profissionais em países de primeiro mundo ou mesmo em desenvolvimento, mas que configurem importantes formas de atualização, mas também aos docentes, que passam a ter contato com práticas inovadoras de docência e de mercado.

2.9.4 Visiting Professor

A partir de convênios e parcerias, bem como aproximações pontuais, o Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix traz ao Brasil professores com reconhecida expertise e experiência internacional para palestrar para alunos e profissionais.

O objetivo é atualizar a comunidade acadêmica, discente e docente, de práticas pedagógicas, conteúdos acadêmicos e questões profissionais que circundam o universo dos países desenvolvidos, de forma a conectar alunos e professores com o que há de mais moderno, bem como trazer questões e desafios que estão sendo pensados em outros países.

O programa prevê a realização de um evento (seminário ou congresso) anual, com possibilidade de um palestrante ligado a uma instituição de ensino no exterior, cuja atuação docente e profissional esteja ligada à parte dos cursos de graduação do Izabela Hendrix.

Além das palestras no campus, o palestrante é sempre convidado a palestrar em instituições parcerias ao Izabela Hendrix. Dessa forma, o evento soma-se a um calendário de palestras em outras instituições e setores de Belo Horizonte, sempre ampliando a possibilidade de parcerias e contatos

que enriquecem a comunidade acadêmica. Ao final, são realizadas reuniões com os docentes, visando criar oportunidades de parcerias para docência e pesquisa envolvendo o Izabela Hendrix e a instituição da qual o palestrante faz parte.

3 IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Diante do rápido desenvolvimento da sociedade atual, torna-se necessário estar a cada instante repensando o fazer acadêmico. É com essa visão que o Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix busca constantemente modernizar os processos acadêmicos, melhorando a qualidade do serviço prestado ao(à) estudante. Os avanços e correções de rumos institucionais sinalizados ao longo deste projeto de desenvolvimento encontram-se expressos também nos itens abaixo.

Segundo análises do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2009, 14,4% da população de 18 a 24 anos, faixa etária esperada para o ingresso na educação superior, estavam matriculados no ensino superior. Por entender que o crescimento da população universitária é condição para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, busca-se no Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix consolidar os cursos, aliando alta qualidade ao menor custo. Para ampliar a oferta de cursos praticamos preços acessíveis para a graduação e o incentivo a Educação Continuada permanente para os egressos.

3.1. Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para a definição de:

3.1.2 Perfil de egresso

A formação que o Centro Universitário proporciona aos(às) seus(suas) alunos(as) não deve apenas limitar-se a preparar os indivíduos para o mercado de trabalho. Ao final do seu percurso acadêmico, de acordo com a Missão Institucional, os(as) alunos(as) além de cidadãos(ãs) qualificados(as) e críticos(as), com base em valores cristãos, devem atuar na transformação da sociedade.

Ressalta-se a importância do acompanhamento de egressos, que significa focar atenção nos(as) ex-alunos(as), investigando suas trajetórias profissionais, a partir de suas realidades pessoais, acadêmicas e sociais, numa busca de dados relevantes, que contribuirão para a melhoria da qualidade

de ensino e atualização dos cursos de graduação, de extensão e de pós-graduação, além da revisão dos projetos de ensino, pesquisa e extensão.

3.1.3 Seleção de conteúdos das disciplinas

A seleção de conteúdos é efetivada a partir da sua relevância social, considerando as referências da produção da área envolvida e das demandas do campo profissional. São formalizadas e fixadas através de ementários, constantes dos projetos pedagógicos dos cursos. Assim, a definição e a seleção dos conteúdos das disciplinas dos cursos são efetuadas pelos docentes, de acordo com as ementas propostas pelos respectivos colegiados, acompanhados pelos(as) Coordenadores(as). Nessas determinações são levadas em consideração, num aspecto mais amplo:

- As Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista, seus princípios e propostas educacionais;
- A Declaração da UNESCO sobre Visão e Missão da Educação Superior;
- As Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos, os Padrões de Qualidade, e outras normatizações estabelecidas pelos órgãos competentes do Ministério da Educação e pelos Conselhos Profissionais.

Num aspecto mais restrito:

- Pelas concepções dos cursos, seus objetivos e perfil desejado para os egressos, de acordo com o projeto pedagógico dos cursos;
- Pelos resultados apontados pelos processos de Avaliação Institucional, interno e externo;
- Pelas peculiaridades da região de inserção do Curso, conforme seus *campi*;
- Pelas características do mercado de trabalho, e principalmente pelas peculiaridades e especificidades das turmas.

No Centro Universitário valoriza-se, aprecia-se e recomenda-se a utilização de práticas metodológicas diversificadas, respeitando-se a autonomia do docente na definição da melhor abordagem pedagógica a ser dada a cada disciplina, entendida como aquela que melhor se adéqua às turmas e a natureza da matéria a ser trabalhada. Assim, quando elaboram seus planos de ensino, os(as)

professores(as) especificam, grosso modo, a metodologia que utilizarão em suas disciplinas, selecionando os procedimentos mais adequados e apropriados às diversas situações de aprendizagem.

Dentre as metodologias de ensino a serem aplicadas nas disciplinas destacam-se as vivenciadas como aulas expositivas e experimentais, além da utilização de outras atividades como debates, trabalhos em grupos, realização de projetos, pesquisas, estágios, apresentação de monografias, etc. Ainda com o objetivo de consolidar o processo de construção do conhecimento através do binômio teoria/prática, são incentivadas visitas técnicas, assessorias, cursos de extensão, prestação de serviços, palestras, jornadas acadêmicas e seminários abertos à participação de alunos, professores, corpo técnico e comunidade em geral, que contribuem, de maneira rica, para a aquisição dos conteúdos definidos nos projetos e planos de curso e de ensino dos docentes.

O êxito das práticas metodológicas é verificado por meio do Programa de Avaliação Institucional, que tem, como um de seus itens, a avaliação semestral de todos os docentes das disciplinas dos cursos, cujo resultado é acompanhado pelos(as) Coordenadores(as) e Colegiados de cada curso.

3.1.4 Processo de avaliação

A avaliação do ensino como parte inerente do processo educacional construído no Izabela Hendrix tem como característica fundamental ser uma ponte efetiva entre a instituição e a realidade social. A implementação dos processos avaliativos considera entre outras coisas este Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) nele contido, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's), se efetiva de acordo com as normativas e regulamentos estabelecidos pelas diretrizes educacionais maiores, emanadas do Ministério da Educação, em especial o SINAES, que regulamenta o processo de avaliação externo, um dos marcos regulatórios do Estado brasileiro.

A avaliação do desempenho escolar dos(as) alunos(as) está prevista no Regimento Geral do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) desenvolve um programa institucional, elaborado e proposto, em sua autonomia de ação, sendo aprovado no CONSUN e implementado de acordo com calendário acadêmico. Seus resultados são sistematizados, divulgados aos segmentos internos, discutidas formas de intervenção objetivando mudanças e melhorias da instituição como um todo, e

de cada uma de suas partes envolvidas. Nesse processo se integra à avaliação dos corpos docentes e discentes da instituição, pelos pares, contemplando ainda oportunidades de autoavaliação desses setores e as atividades-meio institucionais e as administrativas também participam do processo avaliativo interno da instituição através da CPA. Esses resultados são significativos no aperfeiçoamento do processo de educação de educandos e de educadores, que em seu cotidiano aqui se empenham em suas atividades formativas, razão de ser institucional.

3.1.5 Atividades complementares, de prática profissional e de estágios

As práticas educativas e o estágio supervisionado historicamente encontram-se engendrados às relações sociais do trabalho evidenciadas principalmente através das dicotomias entre trabalho manual x trabalho intelectual, teoria x prática, existentes e reproduzidas no contexto da pedagogia universitária. Entendida como uma cultura e prática consolidadas nos processos de ensino e de aprendizagens, esta dicotomia é resultado da separação radical entre o mundo do trabalho e o mundo das ideias e reflexões.

A ocorrência de espaços distintos de experiências educativas e formativas como os delineados para as práticas e estágios, deve ser concebida como fundamento do próprio mundo real, desnudado da visão utilitarista e incorporada aos compromissos e responsabilidade.

O Núcleo de Estágios responsabiliza-se por coordenar e estimular as práticas permanentes e os estágios comprometidos, propondo, registrando e acompanhando os processos.

As Atividades Complementares fazem parte do Currículo dos cursos por recomendação das Diretrizes Curriculares. Complementa a formação dos(as) estudantes com atividades educativo-culturais e profissionais, de maneira, geral e também específicas do curso. Estimula-se a produção e promoção de atividades diversificadas na própria instituição e as ofertamos como oportunidade para atividades complementares

As Atividades Complementares e os Estágios Supervisionados possuem regulamentos próprios e são pensados, propostos, executados nos cursos, acompanhados por docentes com dedicação para tanto, e supervisionados pelos(as) coordenadores(as) de cursos, como parte integrante das respectivas propostas pedagógicas de seus projetos pedagógicos.

3.2 Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares

3.2.1 Tempo e espaço para a aprendizagem e convivência cidadã

As disciplinas que compõem as matrizes curriculares dos cursos de graduação do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix são ofertadas nas modalidades presencial e semipresencial, tendo as suas cargas horárias definidas conforme as orientações legais do Ministério da Educação. De acordo com a Resolução n.3, de 02 de julho de 2007, (art. 1º, §2º), do Conselho Nacional de Educação, “a definição quantitativa em minutos do que consiste a hora/aula é uma atribuição das Instituições de Ensino Superior, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos”. (BRASIL, 2007). É descrito na mesma resolução que cabe à instituição de ensino superior definir a duração da atividade acadêmica e do trabalho discente efetivo, respeitados os duzentos dias letivos, exigidos por lei.

Tendo como fundamento legal a Resolução do Conselho Nacional de Educação acima descrita, os cursos de graduação do Centro Universitário têm as cargas horárias das suas disciplinas curriculares mensuradas e registradas em horas compostas por atividades acadêmicas e trabalho efetivo discente que compreendem:

- Preleções e aulas expositivas;
- Atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em bibliotecas e centros de documentação, visitas a contextos profissionais e culturais;
- Realização de pesquisas supervisionadas;
- Atividades práticas de diferente natureza;
- Participação em projetos de pesquisa e extensão;
- Participação em grupos cooperativos de estudos;
- Leituras aprofundadas em temas de diferentes abordagens.

Desta forma, os Planos de Ensino das disciplinas são elaborados a partir de uma concepção de conhecimento e de organização temporal/espacial educativa que permite ao(a) estudante sair da clausura da sala de aula, sendo incentivado(a) a vivenciar a autonomia no processo de construção dos saberes. Assim, a hora/aula (computada na integralidade de 60 minutos) é composta por exercício

discente que transcende o tempo da relação com o professor e, portanto, não limita-se ao espaço sala de aula/laboratório reconhecendo-se espaços e ações para além desta relação como tempo necessário ao aprendizado. Ressalta-se que todas as atividades acadêmicas e de trabalho efetivo discente são acompanhadas e avaliadas pelo docente no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (AVA) permitindo, desta forma, o cumprimento da totalidade da carga horária.

Da mesma forma, zela-se para que o calendário acadêmico seja cumprido integralmente dentro do que preceitua a legislação vigente, ampliando-se o ano letivo em número de dias (200 dias). A elaboração do calendário acadêmico é discutida amplamente entre os vários setores envolvidos e aprovado pelo CONSUN. Em seguida ele é divulgado e disponibilizado eletronicamente no portal do Centro Universitário.

Todos os serviços dos *campi*, como a Central de Atendimento ao Estudante, os laboratórios de informática e a biblioteca, funcionam nos três turnos durante a semana, sem interrupções, das 7h às 22h, e no sábado das 8h às 17h. A reserva de livros, assim como a renovação e a consulta podem ser feitas no portal, no *menu* Biblioteca, a qualquer tempo. O sistema metodista de educação encontra-se em processo de integração das bibliotecas de todas as instituições pertencentes à Rede, o que trará melhoria no atendimento do alunado, podendo ter acesso às bibliotecas de instituições metodistas fora do país.

Foi desenvolvida uma estrutura organizacional simples, com foco nos investimentos no processo de aprendizado, no atendimento direto às demandas de estudantes, capacitação de professores(as), salas de aulas, bibliotecas e laboratórios.

Os cursos têm seus projetos pedagógicos discutidos e atualizados de modo a não deixar que estudantes saiam com desvantagens frente às exigências da profissão e do exercício da cidadania. A legislação do MEC, com diretrizes para modernização da educação universitária no Brasil é estritamente seguida, e são atendidos os padrões de qualidade indicados pelos órgãos governamentais, atentos às tendências internacionais.

O Izabela Hendrix coloca-se em sintonia com o decreto ponte da Reforma Universitária, no qual foi acrescida como área de avaliação das instituições universitárias no Brasil, além da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a intervenção social.

As atividades de extensão são desenvolvidas nas Agências de acordo com as perspectivas interdisciplinares de cada Núcleo desta instituição. Neste contexto de múltiplos olhares, a extensão intensifica e renova o contato com certos assuntos e práticas extrapolando, muitas vezes, os conteúdos

e enfoques curriculares. De modo geral, alunos e professores extensionistas constroem outras possibilidades de contato com a cidade e os sujeitos que a habitam. Muitas vezes, tais ações se desdobram em trabalhos de conclusão de curso, pesquisas e publicações.

São diversas as formas de contato com a sociedade, desenvolvidas pelas agências. A Agência de Cuidados, vinculada ao Núcleo de Biociências, atende internamente professores, funcionários e alunos, oferecendo cuidados emergenciais, psicológicos, psicopedagógicos e ainda relacionados à vida e à saúde ocupacional. Externamente, a agência desenvolve um projeto de acolhimento aos pacientes em unidades de saúde.

A Agência de Direitos Humanos, vinculada ao Núcleo de Gestão Social e Humanidades, presta serviço jurídico à comunidade carente, desenvolve pesquisas no Observatório de Direitos Humanos e também disciplinas e cursos de conteúdo humanístico que envolve um público interno e externo ao Centro Universitário.

A Agência Oriente, ligada ao Núcleo de Gestão Social e Humanidades, desenvolve cursos destinados ao público interno e pesquisas de acompanhamento do egresso.

A Agência de Estudos e Práticas Pedagógicas, vinculada ao Núcleo de Formação Docente, atende alunos e professores com cursos de capacitação e palestras, e ainda desenvolve metodologias e processos de ensino à distância.

A Agência Experimental de Comunicação, vinculada ao Núcleo de Arte e Tecnologia, atende alunos e professores, desenvolvendo produtos da área de comunicação em diferentes mídias e suportes. Além disso, essa Agência é responsável pelas publicações de quatro revistas do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix e também pelo desenvolvimento de metodologias de ensino à distância.

Também vinculado ao Núcleo de Arte e tecnologia, o Observatório do Caminhante investiga questões urbanas, no momento, aquelas ligadas à mobilidade. As ações e estudos se dão por meio da participação em eventos que envolvam outras instituições, participação em concursos e ainda por meio de intervenções na cidade desenvolvidas por professores e alunos.

Todas essas formas de contato direto com a sociedade, ou por meio de publicações, ampliam o entendimento do contexto em que o Centro Universitário se insere e que muitas vezes faz repensar atividades, disciplinas e abordagens curriculares. Além disso, as experiências têm propiciado o contato entre as diferentes Agências, o que pode, em longo prazo, indicar novos encontros e novos caminhos.

A evolução da tecnologia surgiu da demanda por sistemas educacionais capazes de oferecer alternativas de formação profissional mais adequada às exigências do mercado de trabalho e ao desenvolvimento da autonomia dos(as) estudantes no processo de ensino-aprendizagem, alterando radicalmente o seu posicionamento anterior no qual se entregavam todas as informações já prontas e sistematizadas pelo professor para memorização e reprodução por parte dos(as) alunos(as). Para tal, integramos o Polo Educacional de Educação à Distância da Universidade Metodista, em São Bernardo do Campo, e oferecemos cursos integralmente a distância para a população da cidade. As aulas presenciais podem ocorrer em qualquer um dos campi.

O ensino articulado à pesquisa e extensão na graduação, e o uso de novas e modernas tecnologias de informação e comunicação, não só revolucionaram as formas de elaboração, aquisição e transmissão do conhecimento como permitiram a renovação dos métodos didáticos e pedagógicos e assim contribuíram de forma significativa para ampliar o acesso a este nível de ensino. Neste âmbito, o Centro dispõe de computadores, *softwares*, recursos audiovisuais, que, aliados aos laboratórios específicos, salas de recursos multimídia e bibliotecas informatizadas e com acervos atualizados, possibilitam a introdução de inovações no processo de ensino-aprendizagem.

Seguindo essa prática já estabelecida há vários anos, que tem dado resultados positivos, atualmente, no Centro, são realizados os trabalhos integrados. Os projetos pedagógicos dos Núcleos apresentam as diretrizes para realização dos Trabalhos Integrados dos cursos componentes, sendo as especificidades de cada um descritas nos respectivos projetos pedagógicos, estimulando as relações intra e inter cursos.

3.2.2 Políticas e práticas de educação a distância

A UNESCO indicou a necessidade de priorizar a Educação a Distância (EAD) para dar conta da crescente demanda mundial pelo ensino superior. A entidade também ratificou o papel de instituições não-públicas, como é o caso do Izabela Hendrix, no desenvolvimento de condições adequadas para inovar a educação com qualidade e agilidade.

A introdução da internet como forma de suporte ao ensino presencial vem, cada vez mais, ganhando corpo nas instituições de ensino. Seja por atitudes isoladas de professores e alunos, seja mesmo ela implantação de sistemas de plataformas de e-learning⁶, são configurados

⁶ Para definir *e-learning*, ROSEMBERG (*apud* CREPALDE, 2003, p.134): “...o e-learning pode ser utilizado de várias maneiras para complementar o aprendizado em sala de aula, especialmente na criação de comunidades de conhecimento, mantendo as pessoas em contato umas com as outras e com o conteúdo”.

ambientes que apoiam efetivamente o processo de ensino-aprendizagem, trazendo vários benefícios, principalmente aos estudantes. (CREPALDE, 2003, p.133-134)

No Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix as novas tecnologias foram incorporadas a partir de duas frentes: inserção de disciplinas semipresenciais nas matrizes curriculares dos cursos superiores e a criação de um Polo de cursos a distância em parceria com a Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). No caso do Polo, a instituição oferece um cardápio variado de cursos, nos quais estudantes assistem às aulas por videoconferência. A relação com a UMESP (que assim como o Izabela Hendrix é integrante do conjunto de Instituições Metodista de Educação) permitiu a troca de experiências e a qualificação da nova modalidade de ensino beneficiando estudantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Além de cursos a distância, o Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix começou, em 2007, um trabalho gradativo com objetivo de inserir disciplinas semipresenciais em todas as matrizes curriculares dos cursos tecnológicos, licenciaturas e bacharelados. O primeiro passo foi um estudo detalhada da legislação, em especial a Portaria 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e o Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005.

A partir da implantação de disciplinas no modelo semipresencial foram desenvolvidas capacitações para docentes e discentes, ou seja, mesmo antes da implantação da nova modalidade de ensino toda comunidade pode experimentar e se qualificar nas ferramentas que propiciam ao aprendente desenvolver o seu conhecimento usando um computador. Os cursos de capacitação entraram em uma nova fase em 2010, criando possibilidades de aprendizado não somente técnico, mas também acadêmico. Cada um (a) dos professores (as) que trabalha com esta modalidade no Izabela Hendrix teve a oportunidade de participar do processo de consolidação e qualificação desta nova modalidade de ensino.

Foi criado o Núcleo de Disciplinas Humanísticas que congregava: Cultura Religiosa, Economia, Sociologia, Filosofia, Antropologia e Ética. A metodologia de oferta destas disciplinas culmina em três encontros presenciais e o restante da carga horária no ambiente virtual. Modelo este que também segue as determinações do artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Com as raízes consolidadas nesta área, o Centro Universitário buscou características próprias, baseadas em sua missão e visão. A iniciativa culminou na troca das disciplinas citadas acima por quatro disciplinas denominadas Humanísticas que estão presentes nas matrizes curriculares de todos os cursos: Conhecimento e Saber, Ser Humano em Relações, Sociedade e Movimentos, e Meio Ambiente e Consciência Planetária. A proposta do conteúdo destas disciplinas é elaborada pelos(as) docentes do Izabela Hendrix.

A partir de 2010, a instituição passou a adotar um novo sistema de gerenciamento acadêmico que atende as disciplinas presenciais e semipresenciais: o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (AVA). Este sistema é o adotado pelas diversas instituições Metodistas de Educação, o que possibilita a integração entre elas em diferentes partes do Brasil.

O setor de Educação à Distância (EAD), em parceria com o Departamento de Tecnologia e Informação (DTI), realiza anualmente cursos de capacitação dos alunos para a utilização adequada do sistema AVA no desenvolvimento das atividades acadêmicas.

3.2.3 Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos

Dentro da compreensão exposta e vivenciada de flexibilização curricular e acompanhando as tendências internacionais de se adensar os cursos, sem se prescindir de sua qualidade, eliminando o supérfluo em informações que podem e devem ser adquiridas de outras formas, exigências de um mundo que apresenta outros paradigmas de informação, o Centro Universitário reviu o tempo e as formas de integralização de seus cursos. Tais revisões foram dialogadas com os colegiados dos cursos, com o corpo discente, num processo de reelaboração das propostas curriculares consubstanciadas em seus projetos pedagógicos. Tudo feito dentro do que preconiza e possibilita as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos.

A política institucional permite transferências internas entre os cursos afins e o aproveitamento de disciplinas cursadas dentro ou fora da casa, nos termos da legislação em vigor. O CONSUN regulamentou a proposta de aproveitamento de conhecimentos adquiridos em serviço, ou em outras experiências formativas, de modo a abreviar a conclusão de cursos, tal qual previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação no artigo 47. Os critérios para participar do Serviço de Extraordinário Aproveitamento de Estudos (EAE) estão regulamentados e homologados pelo Consun.

4 CORPO DOCENTE

O corpo docente do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix é composto por mais de 250 professores(as) que se constituem, ao lado dos(as) alunos(as) em uma de maiores riquezas institucionais. Sendo, o comprometimento institucional, a dedicação, ao lado da competência técnica e política, os maiores marcos referenciais dessa categoria profissional.

As interações que se estabelecem no interior de uma instituição-escola são as grandes responsáveis pelo acontecimento do processo educacional, por isso mesmo, interativo por natureza. A profissão professor(a) se faz e se refaz constantemente, respondendo pela dinamização, atualização e oxigenação das instituições. Nada acontece de efetivo e de eficaz que não perpassa pelas relações professor(a)-aluno(a), o que permite depreender que a qualidade dessas interações está diretamente relacionada à qualidade da liderança exercida pelos(as) docentes. Em busca de constante capacitação, o Centro Universitário oferece, no decorrer de cada semestre, uma série de palestras, cursos e rodas de conversa gratuitamente para o corpo docente. Além de fomentar a constante qualificação profissional, a instituição também busca a integração entre os(as) profissionais, pois tem consciência que as relações sociais são inerentes ao processo educativo da Rede Metodista de Educação.

O Decreto nº. 5.786, de 24 de maio de 2006, sobre os Centros Universitários e dá outras providências, estabelece em seu art. 1º, parágrafo único que:

Art. 1º Os centros universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar.

Parágrafo único. Classificam-se como centros universitários as instituições de ensino superior que atendam aos seguintes requisitos:

I - um quinto do corpo docente em regime de tempo integral; e

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado. (BRASIL, 2006)

Consciente de suas responsabilidades, o Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix cumpre as exigências do Decreto, no quesito que se refere à titulação e regime de trabalho de seu corpo docente.

Os(As) professores(as) em tempo integral e parciais constituem-se em lideranças de seus cursos, compondo uma equipe que auxilia os(as) coordenadores(as) em suas funções da gestão, além das suas funções acadêmicas específicas. Estas são compostas de atividades em salas de aulas, em laboratórios, em atividades complementares, e na supervisão de atendimentos em clínicas e em outros

espaços, onde acontecem os Estágios Supervisionados; na gestão-acadêmica de cursos, na Pró-Reitoria Acadêmica, nas assessorias e apoio pedagógico dessa pró-reitoria, entre outras.

São ainda os(as) professores(as) em tempo integral (TIs) ou parcial que coordenam os projetos de pesquisa e de extensão universitária. A organização das horas que compõem o regime de tempo integral é estabelecida pelos docentes com seus respectivos coordenadores, de forma flexível, dentro do planejamento de gestão do curso.

4.1 Critérios para composição do Núcleo Docente Estruturante

O conceito de Núcleo Docente Estruturante surge com aparato legal na Portaria N. 147, do Ministério da Educação, publicada no dia 2 de fevereiro de 2007. A portaria teve o intuito de qualificar a participação dos docentes no processo de concepção e consolidação da proposta pedagógica de um curso de graduação. De acordo com o Parecer CONAES N° 4 de 17 de junho de 2010, é necessário, para que um curso tenha qualidade, que o núcleo docente estruturante do curso dê coerência entre o Projeto Pedagógico e a realidade acadêmica, evitando que os documentos curriculares sejam peças meramente documentais. Conforme expressa o Parecer CONAES n° 04 de 17 de junho de 2010:

é importante ainda observar que, dentro da tradição bastante burocratizante das instituições de ensino no Brasil, recomendar-se ou, mais ainda, exigir-se a existência de um Núcleo Docente Estruturante (NDE), tenderia a induzir a definição deste como um órgão deliberativo, o que pode significar a perda da eficácia de suas funções.

De acordo com o mesmo parecer, “o NDE deve ser considerado não como exigência ou requisito legal, mas como elemento diferenciador da qualidade do curso no que diz respeito à interseção entre as dimensões do corpo docente e Projeto Pedagógico do Curso”. (CONAES, 2010). Sendo assim, a constituição de um NDE torna-se, na visão do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, um elemento importante para a qualificação dos cursos e para a consolidação da excelência acadêmica.

O Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix opta por constituir e instituir, em seus cursos de graduação, Núcleos Docentes Estruturantes que têm como princípios uma forte adesão à proposta dos cursos e uma contínua reflexão e retroalimentação das mesmas.

Ressalta-se que, nesta instituição, o conceito de Núcleo Docente Estruturante não se confunde com o de Colegiado de curso. Conforme o Parecer nº 04 “o trabalho do Colegiado de Curso (assim como da sua coordenação) não pode ser confundido com o papel de um NDE”. Embora ambos possam ou não ser exercidos pelas mesmas pessoas, suas funções são distintas e específicas.

Os Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos de graduação desta instituição são compostos por docentes com atribuições acadêmicas de acompanhamento que se constituem em ações nos processos de concepção, consolidação e contínua atualização dos projetos pedagógicos dos cursos, em consonância com as definições da Resolução N. 1, de 17 de junho de 2010.

Seguindo as orientações da referida Resolução, o NDE dos cursos de graduação do Centro Universitário é composto por membros do corpo docente que exerçam liderança acadêmica no âmbito de seus cursos, percebida na produção científica da área e no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Cada NDE é composto, em consonância com a legislação acima, por no mínimo, 6 professores, sendo cinco professores pertencentes ao corpo docente do curso mais o/a coordenador/a de curso. Destes, pelo menos 60% com titulação *strictu sensu* e atuando em regime parcial ou de tempo integral. Do total de docentes do NDE, 20% devem ter regime de trabalho em tempo integral (CONAES, 2010). As atribuições dos Núcleos Docentes Estruturantes instituídos no Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix são assim definidas:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- Analisar, refletir e deliberar sobre as ementas constituintes do PPC e sobre os planos de ensino, dialogando com o corpo docente do curso;
- Acompanhar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso em processo constante de discussão e reflexão sobre as possibilidades de mudança e adequação do mesmo às realidades acadêmicas e profissionais, tendo em vista o aperfeiçoamento e a excelência acadêmica;

- Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;

O Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix busca também assegurar estratégias de renovação parcial dos integrantes dos Núcleos Docentes Estruturantes, de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento dos cursos de graduação.

4.1.1 Requisitos de titulação

O Centro Universitário mantém um número de 85% de docentes com titulação de mestres e doutores. Para garantir a continuidade desse perfil, na seleção de professores, há exigência de titulação mínima de mestre para todos os cursos de graduação. A contratação de especialistas, em caráter de exceção, acontece somente após um pedido justificado feito pelas coordenações de curso que deve ser aprovado pela Pró-reitoria Acadêmica e Reitoria.

4.1.2 Critérios de seleção e contratação

O Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix valoriza a experiência de seus(suas) docentes, pois entende que a construção do saber está intrinsecamente relacionada à prática profissional. A experiência acadêmica e não acadêmica é um dos critérios considerados na seleção dos(as) professores(as). Além da comprovação curricular, o(a) candidato(a) deve demonstrar seus conhecimentos na sua área de atuação, cultura geral, além de competência técnico-didático-pedagógica demonstrada na prova de aula.

Toda contratação de docentes passa por processo seletivo, precedido de Edital público para as vagas, coordenado pelo setor de Gestão de Pessoas, previamente levantadas pela coordenação dos cursos. Há exigência de titulação mínima de Mestre para toda nova contratação. O(A) candidato(a) apresenta seu currículo no modelo da plataforma Lattes, com as devidas comprovações. Passa por exame psicotécnico com psicólogo(a) do Departamento de Recursos Humanos, por entrevista com a coordenação do curso e por banca composta para verificação das habilidades didáticas, técnicas e pedagógicas em prova aula. Os resultados são comunicados e a contratação então se dá de imediato, dentro das normas da CLT, após exame médico admissional. O levantamento de vagas é precedido do aproveitamento dos docentes na casa, de acordo com a aderência de sua formação às disciplinas e

cursos. Privilegia-se a dedicação do(a) professor(a) à instituição para que crie condições de vir a ser um profissional em tempo integral.

4.1.3 Etapas do processo seletivo e divulgação de resultado

I - Divulgação das vagas através de editais;

II – Análise e triagem dos currículos pelo setor de RH e Coordenações de Cursos;

III – Banca composta pelo(a) coordenador(a) do respectivo curso, um(a) professor(a) da área e psicólogo(a) de gestão pessoal;

IV – Aplicação de testes psicotécnicos;

V – Entrevista Individual com a coordenação do curso ou colegiado conforme o caso.

A escolha e a decisão final para admissão do(a) candidato(a) são de responsabilidade da coordenação do curso e de seu respectivo colegiado. É de responsabilidade da Gestão de Pessoal fornecer ao(à) solicitante seu parecer técnico e deverá também assegurar o cumprimento das condições constantes nos critérios básicos de seleção.

É efetuado pelo(a) Psicólogo(a) responsável laudo do(a) candidato(a) selecionado(a), sintetizando resultados individuais da entrevista e avaliação realizada, de modo a compor o cadastro do(a) respectivo(a) candidato(a), para futuro aproveitamento das informações.

O processo admissional inicia-se a partir do término do processo de recrutamento e seleção. Suas etapas consistem em:

I - Entrega da documentação exigida pela legislação vigente;

II - Exame médico;

III – Participação em Programa de Capacitação.

4.2 Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho Docente

4.2.1 Do aprimoramento e capacitação

O objetivo da capacitação é o aperfeiçoamento técnico, científico e cultural dos docentes na perspectiva da construção sistêmica de um padrão unitário de qualidade, que venha a se constituir em um diferencial competitivo para a Instituição. Todos(as) os(as) professores(as) da IES são incentivados a dar continuidade ao seu processo de qualificação.

A capacitação abrange os programas de aperfeiçoamento, a pós-graduação e as demais atividades técnicas, científicas e culturais que são os seguintes;

4.2.1.1 Programa Continuado de Capacitação Pedagógica do(a) Docente da Graduação

- Seminários Semestral de Capacitação Docente

4.2.1.2 Programa de Acompanhamento e Assessoria Pedagógica aos Docentes

- Assessoramento aos docentes de forma coletiva ou individual, aos que manifestam interesse e aos que apresentam dificuldades no processo de ensino indicados pelo Programa de Avaliação Institucional e aos que atendem alunos nos programas de nivelamento e ou acompanham alunos e alunas com necessidades educativas especiais;
- Organização de grupos de estudos para docentes, como desdobramento dos cursos de formação pedagógica e sobre temáticas específicas;
- Cursos para docentes ingressantes na instituição;
- Oficinas didático-pedagógicas.

4.2.1.3 Programa de Assessoria Pedagógica aos(as) Coordenadores(as)

- Assessoramento aos coordenadores de núcleos e cursos, de forma individual ou coletiva, aos que apresentam necessidades no processo de gestão, planejamento, Legislação MEC e institucional e outras questões acadêmicas e pedagógicas.

4.2.2 Plano de Carreira Docente

A instituição, em busca de sua sustentabilidade organizacional, não pretende estabelecer critérios ou procedimentos estáticos ou imutáveis. Pretende transformar em hábito as boas políticas e práticas de tomada de decisões e o propósito de desenvolver cultura organizacional que preserve e fortaleça os valores da Educação Metodista.

Com esta visão, o objetivo principal da Política de Pessoal e do Plano de Carreira do Magistério da Educação Superior é buscar melhor qualidade de vida no trabalho orientada por

processo administrativo que possibilite a constante melhoria dos indicadores educacionais, bem como o crescimento pessoal de quem neles se envolve positivamente. São objetivos específicos:

- Por meio da Política de Pessoal, orientar profissionais ao comportamento organizacional de atendimento aos preceitos de boa conduta individual e social, para criar ambiente de trabalho integrador do pedagógico ao administrativo e gerador de clima de comprometimento e de bem-estar compartilhado;
- Com base no Plano de Carreira, estimular profissionais ao crescimento pessoal, participando do crescimento da Instituição, de maneira a contribuir para o alcance da Missão Metodista que “acontece na promoção da vida, da educação e do trabalho”.

São consideradas atividades acadêmicas próprias do Magistério Superior:

- Planejar e ministrar aulas no ensino de graduação ou de pós-graduação;
- Orientação de trabalhos de conclusão de curso;
- Supervisão de estágios curriculares;
- Atividades desenvolvidas na área da pesquisa, iniciação científica e concernentes à produção, ampliação, revisão ou aprofundamento do conhecimento;
- Atividades que atendam à comunidade, sob a forma de extensão e/ou serviços especiais;
- Atividades de gestão acadêmica como direção, coordenação, assessoramento ou chefia, inerentes à condição docente;
- Atividades de atendimento a estudantes.

Segue abaixo o Plano de Carreira docente do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (2019):

POLÍTICA DE PESSOAL DOCENTE E RESPECTIVO PLANO DE CARREIRA

TITULO I DA POLÍTICA DE PESSOAL DOCENTE

CAPÍTULO I

DAS ATIVIDADES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Art. 1º Constituem atividades do magistério superior:

1. as pertinentes ao ensino, pesquisa e extensão, que indissociáveis, compõem o processo educacional;
2. as inerentes ao exercício de direção e assessoria na Universidade, na linha do processo acadêmico-administrativo;
3. a assessoria e consultoria junto a órgãos governamentais ligados à pesquisa e ao fomento da área educacional.

Parágrafo único. São privativas dos integrantes do corpo docente as funções de direção, coordenação, supervisão, planejamento e administração das atividades acadêmico-científicas, exceto aquelas que, de modo diverso, estão previstas nos Estatutos do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix.

CAPÍTULO II - DO CORPO DOCENTE

Art. 2º O corpo docente é constituído pelos integrantes da Carreira do Magistério Superior e por professores visitantes.

Art. 3º O Professor visitante é admitido para atender a programa especial de ensino, pesquisa e extensão ou para colaborar nos mesmos, por proposta do curso e aprovação da reitoria ou por iniciativa deste.

§ 1º O contrato de professor visitante pode ser feito pelo prazo de até dois anos, prorrogável, cabendo exceção nos casos de convênio com entidades nacionais ou internacionais, obedecida a legislação trabalhista.

§ 2º A remuneração do professor, à vista de sua qualificação e experiência, é aprovada pela Reitoria.

§ 3º Salvo autorização expressa do Conselho Universitário, nenhum curso poderá ter número de professores visitantes superior a 20% de seu respectivo quadro docente.

CAPÍTULO III - DA CONTRATAÇÃO

Art. 4º O Conselho Universitário (CONSUN), por proposta da Reitoria, aprova o quadro de pessoal docente, bem como a regulamentação do processo de recrutamento e seleção, que são homologados pela reitoria.

Art. 5º A contratação de docente é atribuição da Reitoria, por proposta da coordenação de curso, mediante processo de seleção por esta administrada.

Art. 6º Em caráter especial, a Reitoria, por sua iniciativa ou de outros órgãos, pode contratar professores para atender às atividades em âmbito geral ou de curso.

Art. 7º Em casos emergenciais a contratação do docente é feita por tempo determinado, até o final do semestre letivo, dispensados os procedimentos regulamentares de recrutamento e seleção, podendo ser prorrogado por mais um semestre letivo.

Parágrafo único. O professor contratado em caráter emergencial não faz parte da carreira, podendo integrá-la quando for aprovado em processo seletivo institucional.

CAPÍTULO IV DO REGIME DE TRABALHO

Art. 8º O corpo docente compreende professores contratados em regime de horista e de tempo parcial, para o desempenho de funções em aulas, ou outras atividades, assim classificadas:

- a) hora-aula - docência de aulas teóricas, práticas ou teórico-práticas, supervisão de estágio, orientação em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme previstas nas matrizes curriculares dos cursos;
- b) hora-atividade - em comissão, para a realização de outras atribuições específicas, tais como coordenação: de estágio, de iniciação científica, projetos de pesquisa ou de extensão; assessorias, cargos de administração acadêmica.

Parágrafo único. O CONSUN por proposta da Reitoria estabelecerá critérios de proporcionalidades aluno/hora-aula por atribuição de horas de supervisão de estágio, orientação de TCC, respeitadas as especificidades de cada área.

Art. 9º Constitui o regime mensalista a contratação de professor de 40 horas semanais, ou em tempo parcial, para atividades do magistério previstas neste Regimento.

Art. 10 O quadro de vagas para docentes é determinado pela Reitoria ouvidas as coordenações de curso.

§ 1º A fixação do quadro de que trata este Artigo deve atender aos seguintes critérios mínimos:

- a) necessidade de que os projetos aprovados pelas coordenações de curso se enquadrem nas prioridades do Centro Universitário;
- b) observância das dimensões e necessidades das coordenações de curso, e dos parâmetros de dimensão do quadro global de docentes, na forma deste Regimento.

§ 2º Outros critérios poderão ser estabelecidos pelos órgãos colegiados superiores da do Centro Universitário.

Art. 11 O preenchimento de vaga docente é aprovado pela Reitoria ouvidas as coordenações de curso, devendo ser priorizados os docentes com titulação mínima de mestre e que tenham obtido pontuação mínima exigida para a carreira.

Art. 12 Constitui o regime de parcial a contratação de professor com no mínimo 12 horas-aula.

Art. 13 Exceções às previstas nos artigos 8º, 9º e 12 são, mediante justificativa, autorizadas pela Reitoria.

Art. 14 As funções comissionadas de Coordenador de Curso fazem jus a adicional de função, em percentual a ser acrescido à remuneração.

Parágrafo único: Ao término das funções comissionadas, o docente poderá retornar às condições contratuais de trabalho anteriores à nomeação, havendo interesse de ambas as partes.

Art. 15 A alteração do regime de trabalho de parcial para integral ou vice-versa é atribuição da Reitoria, mediante processo encaminhado pela coordenação de curso a que estiver vinculado o docente.

§ 1º O docente que vier a assumir funções administrativas pode ter seu regime de trabalho alterado para ajustar-se às necessidades da nova função, **podendo retornar, cessada a função comissionada**, ao regime de trabalho anterior, sem prejuízo da progressão na carreira.

CAPÍTULO V - DA COMPETÊNCIA

Art. 16 Compete ao docente:

- I - respeitar a legislação, os Estatutos, o Regimento Geral e demais normas institucionais;
- II - ministrar aulas de acordo com o programa aprovado pelo Colegiado de Curso, prestando em tempo hábil as informações para registro da vida acadêmica do aluno, bem como prestar assistência aos estudantes, promovendo e incentivando sua integração na vida escolar, por meio de atividades didáticas e outras formas adequadas.
- III - exercer ação disciplinar na área de sua competência;
- IV - apresentar relatório de atividades aos Cursos em que lecionou, quando solicitado pelos respectivos colegiados;
- V - comparecer às reuniões a que for convocado;
- VI - desempenhar os encargos e comissões que lhe forem atribuídos pelos órgãos ou autoridades da IES;
- VII - apresentar, para aprovação dos Colegiados dos Cursos em que atuar, sugestões de programa da(s) disciplina(s) que ministrar, sob a forma de plano de ensino;
- VIII - dedicar-se à pesquisa científica, à extensão e à realização de estudos na área de sua especialidade;
- IX - representar seus pares em comissões e colegiados quando para tal for indicado.

CAPÍTULO VI - DA REMUNERAÇÃO

Art. 17 Os valores salariais para as diversas categorias da carreira do magistério, regime de trabalho e adicionais são aprovados pela Reitoria.

TÍTULO II - DO PLANO DE CARREIRA DOCENTE

CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DA CARREIRA

Art. 18 São objetivos da carreira docente:

- a) ampliar a capacidade de atração e fixação de docentes no Centro Universitário;
- b) criar condições que ampliem seu comprometimento com a política acadêmica institucional;
- c) estimular e dar condições para o desenvolvimento pessoal e acadêmico-profissional do docente;
- d) contribuir para o desenvolvimento da missão institucional;

Parágrafo Único. Para atender a estes objetivos adota-se duas alternativas paralelas para a carreira do docente, uma para os que prioritariamente se vocacionam para a produção acadêmico-científica, aliando ensino, pesquisa e extensão, e outra para os profissionais especialistas que, atuando no mercado, direcionam parte de sua atividade ao exercício da docência no ensino superior.

Art. 19 A carreira docente, em suas alternativas, é composta pelas seguintes categorias:

- a) Professor Ingressante
- b) Professor Associado
- c) Professor Assistente
- d) Professor Titular

Seção I - Da Classificação do Docente

Art. 20 A classificação do docente é feita no ato de sua admissão na Instituição, sendo enquadrado no nível I da categoria que sua titulação e experiência, o permitirem, desde que haja vaga aprovada pela Reitoria.

§1º Os Certificados ou Diplomas, reconhecidos pelos órgãos governamentais, para fins de classificação são os de Graduação, Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado, sendo que neste último pode ser aceita Declaração de Conclusão.

Seção II - Da Progressão do Docente

Art. 21 A progressão do docente se dá, no mês de **Fevereiro** de cada ano, mediante requerimento do interessado ao Reitor, protocolizado no Departamento de Gestão de Pessoas no período de 01 a até 30 de agosto do ano **anterior**, desde que tenha a certificação ou titulação mínima exigida e pontuação acadêmico-científica suficiente obtida de acordo com a regulamentação do CONSUN.

Parágrafo único. A progressão do professor para nova categoria dependerá da existência de vaga e **vigora no mês de fevereiro do ano subsequente a data do requerimento.**

Seção III - Do Adicional por Desempenho

Art. 22 O Adicional por Desempenho Acadêmico-Científico é uma gratificação temporária que visa estimular o constante desenvolvimento e capacidade produtiva do docente, considerando para isso:

- a) Formação e atualização de conhecimentos;
- b) Experiência profissional;
- c) Reconhecimento no meio profissional e acadêmico;
- d) Intensidade de dedicação à Instituição.

Art. 23 O CONSUN definirá para cada ano, os critérios e pontuações de desempenho que servirão de base para a concessão do Adicional por Desempenho Acadêmico-Científico.

Art. 24 São quatro as referências de desempenho e produção intelectual (I a IV), em cada categoria, cujo enquadramento obedecerá às seguintes diretrizes:

- a) cumprimento integral de interstício de 1 (um) ano para o recém-contratado e de 2 (dois) anos para os demais ou na Referência precedente, caso já venha percebendo o Adicional;
- b) realização de atividades de administração acadêmica, ou exercício profissional correlato, ou produções acadêmico-científicas requeridas na respectiva categoria, na forma regulamentada pelo CONSUN;
- c) ter participado de processo de avaliação institucional e apresentado seu relatório à respectiva Faculdade.

Parágrafo único. Os percentuais das referências da Tabela de Adicional por Desempenho, em cada categoria, são definidos pela Reitoria.

Art. 25 As atividades e produções requeridas para o enquadramento em uma das referências do Adicional por Desempenho são avaliadas pela Comissão Permanente de Carreira Docente, composta de 5 (cinco) professores, com titulação de Doutor, nomeada pelo Reitor e a ele subordinada.

§ 1º O mandato dos membros da Comissão Permanente é de dois anos, podendo haver recondução.

§ 2º A competência da Comissão Permanente restringe-se à análise de documentos comprobatórios da situação acadêmica e de produção do docente, com vistas à sua promoção de categoria ou atribuição de Adicional por Desempenho, na forma regulamentada pelo CONSUN, sendo suas decisões homologadas pelo Reitor.

§ 3º A Comissão reúne-se com, no mínimo, 3 (três) membros, deliberando com a maioria simples dos presentes.

§ 4º O Diretor da Faculdade será ouvido pela Comissão em relação aos docentes alocados em sua Faculdade.

CAPÍTULO II - DA CAPACITAÇÃO DOCENTE

Art. 26 Proposta de aperfeiçoamento e desenvolvimento da política de pessoal docente, é elaborada e aprovada pelo Conselho Universitário, abrangendo, entre outras, as seguintes áreas:

- a) planos e programas de capacitação e desenvolvimento docente;
- b) normas gerais de recrutamento, seleção e avaliação do desempenho docente;
- c) avaliação e acompanhamento da aplicação da receita destinada à capacitação e desenvolvimento docente;

Art. 27 A capacitação e desenvolvimento docente são estimulados por processo de avaliação de desempenho, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Universitário, e por um Plano de Capacitação Docente que integra a política geral de pessoal docente.

Art. 28 O Plano de Capacitação Docente contempla, entre outras, as seguintes possibilidades:

- a) bolsas ou auxílios para cursos de aperfeiçoamento, especialização, treinamento, para participação em projetos específicos de produção científica, técnica ou cultural, aprovados pela reitoria nos termos da política de capacitação aprovada institucionalmente;
- b) auxílio para participação em congressos, jornadas, mesas redondas e encontros de caráter científico, cultural ou artístico, tanto de caráter nacional como internacional;
- c) formas de interação com organismos financiadores de projetos e pesquisas, nacionais e internacionais;
- d) programas de cooperação com outras entidades e formas de intercâmbio inerentes às atividades de extensão e pós-graduação;
- e) cursos de mestrado ou doutorado, excepcionalmente, em áreas onde haja escassez de mestres e doutores na região.

Art. 31 O Plano de Capacitação Docente preverá subsídio anual a ser consignado no orçamento dos cursos para a capacitação de seus membros, tendo em vista prioridades acadêmicas estabelecidas e das disponibilidades consignadas no Fundo de Desenvolvimento Acadêmico-Científico da Universidade - FUNDAC.

CAPÍTULO III - DA AVALIAÇÃO DOCENTE

Art. 32 A avaliação do docente é parte da política de avaliação institucional da Universidade.

Art. 33 A avaliação do docente compreende duas fases: uma de auto-avaliação e outra de avaliação realizada por processo conduzido pela Comissão Permanente de Avaliação Institucional e Comissão Setorial de Avaliação de curso em que o professor atua.

Art. 34 A regulamentação dos procedimentos do processo de avaliação do docente, obedecida a política de avaliação institucional, é estabelecida pelo CONSUN, por proposta da Reitoria.

Seção I - Da Dispensa ou Exoneração

Art. 35 A dispensa ou exoneração do docente é atribuição da Reitoria

TÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art 36 A Reitoria, ouvido o Conselho Universitário, poderá suspender, temporariamente, as promoções com base nos critérios da carreira, em caso de dificuldade financeira da Instituição.

Art. 37 No final de cada ano impar a Reitoria apresentará ao CONSUN relatório descritivo do processo administrativo da carreira, e da situação geral dos docentes no Plano, para avaliação do Colegiado e eventuais indicações de aprimoramentos.

Art. 38 Casos omissos ou duvidosos são resolvidos pela Reitoria.

5 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

5.1 Os critérios de seleção e contratação

A seleção dar-se-á inicialmente por edital interno voltado para os funcionários que já estão lotados no CEUNIH por período igual ou superior a seis meses, que se encaixam no perfil e demonstram interesse pelo cargo em questão. Se a vaga não for preenchida, serão abertos editais públicos externos para recrutar pessoal. A seleção é coordenada pelo Setor de Gestão de Pessoas com a aprovação da Gerência Administrativa e Financeira.

5.2 Políticas de qualificação

Os(As) colaboradores(as) do Setor Administrativo também são incentivados(as) a se capacitar e aumentar o nível de escolaridade.

O Centro Universitário publicou, em outubro de 2010, uma portaria (IMI/DG 01/2012) que trata especificamente da questão de bolsas no Centro Universitário que beneficiem professores(as), funcionários(as) e seus(suas) dependentes. De acordo com o artigo primeiro da portaria, o desconto é de 50% do valor da mensalidade desde que o(a) professor(a) ou funcionário(a) tenha mais de seis meses de casa, seja bem avaliado e indicado por seu líder imediato. O benefício pode ser concomitante entre o titular e seus(suas) dependentes.

A instituição compromete-se também a cumprir rigorosamente as regras estabelecidas pela legislação dos sindicatos das categorias auxiliares da educação, assim como dos docentes. O Izabela Hendrix oferece ao(à) funcionário(a) matriculado(a) no ensino superior a oportunidade de adequar o horário de trabalho de forma a não se sobrepor aos horários das aulas.

5.3 Plano de Carreira Administrativa

O objetivo da normatização de cargos e salários é fornecer parâmetros padronizados das contratações e das definições de salários, disciplinar os processos que geram oportunidades na Instituição e enquadrar os atuais níveis salariais numa proposta administrável, redefinindo ou renomeando cargos e funções. São objetivos específicos:

- Subsidiar as ações de recrutamento, seleção e treinamento/capacitação de pessoal;
- Servir como parte de um instrumento de motivação, possibilitando a visualização de oportunidades de crescimento;
- Estabelecer equilíbrio salarial interno compatível com as descrições de cada cargo através de uma remuneração pautada em critérios de maturidade profissional e responsabilidades;
- Estabelecer equilíbrio salarial externo, compatibilizando as tabelas salariais com o mercado específico e compatível com as atividades de uma instituição de ensino.

5.4 Quadro de cargos e salários

A distribuição de cargos e salários é dividida por grupos ocupacionais e faixas de acordo com os requisitos mínimos necessários para os cargos que as compõem. Os salários descritos no Plano de Cargos e Salários referem-se à cidade de Belo Horizonte. As nomeações e transferências de Pastor e Coordenação da Pastoral são definidas e aprovadas pelo Colégio Episcopal. Os salários de Pró-Reitores, Gerentes Administrativo e Financeiro e da Reitoria devem ser definidos e aprovados pelo Conselho Diretor das Instituições Metodistas de Educação – CONSAD, após indicação da Direção Geral das instituições.

5.5 Divisão ocupacional e níveis de maturidade

São grupos de cargos que se assemelham quanto à natureza do trabalho.

- Divisão Ocupacional de Gestão: formado por cargos que desenvolvem atividades de planejamento e gestão de áreas e pessoas, respondendo pelas mesmas, definindo metas e objetivos a serem alcançados;
- Divisão Ocupacional Técnica/Especialista: formado por cargos ligados ao desenvolvimento ou execução de processos relacionados aos laboratórios de ensino, tecnologias ou conhecimentos específicos;
- Divisão Ocupacional Administrativa: formado por cargos que atuam na área administrativa;
- Divisão Ocupacional de Apoio: formado por cargos que atuam na área de apoio, desenvolvendo atividades relacionadas à manutenção, limpeza e segurança patrimonial.

São propostos os seguintes níveis de maturidade ocupacional

Júnior:

- Executa, sob orientação, detalhes de projetos ou trabalho, análises e estudos que geralmente seguem em curso de ação pré-determinado, de acordo com passos definidos por uma normativa ou orientação técnica;
- Formação: graduação em andamento.

Pleno:

- Capaz de realizar trabalhos que requerem adaptações ou modificações em sua especialização ou área de atuação;

- Executa na íntegra parte de projetos ou atividades, reformulando métodos e procedimentos para atingir objetivos;
- Formação: graduação concluída.

Sênior:

- Trabalha com independência e assume a responsabilidade pelo desenvolvimento e coordenação técnica de projetos com um todo;
- Formação: Especialização em andamento e/ou outras certificações relevantes para a função.

5.6 Regime de Trabalho, progressão salarial e avaliação de desempenho

Os funcionários técnico-administrativos são mensalistas e em maioria com contratos em tempo integral (40h semanais).

A Reitoria do Instituto Metodista Izabela Hendrix, no uso legal de suas atribuições, toma as medidas cabíveis para garantir o cumprimento de necessidades como:

- Alcançar o padrão aceito internacionalmente como sustentável para instituições educacionais, em que a folha de pagamento não excede a 60% da receita, de modo a garantir capacidade de investimento em qualidade de ensino, modernização tecnológica, capacitação de pessoal e expansão institucional;
- Evitar as pressões sobre a Folha de Pagamento ao longo do semestre, de demandas não previstas no Planejamento Institucional e que, conseqüentemente, comprometem os objetivos previstos;

São previstos os aumentos salariais coletivos:

- Provenientes de acordos e dissídios e seguem as normas legais.

Reajustes salariais individuais:

São os reajustes específicos para determinados funcionários, ocorrendo em caso de:

- Promoção para cargo de maior valor salarial (crescimento vertical);
- Resultante da Avaliação de Desempenho (crescimento horizontal) ou;
- Enquadramento do cargo a valores praticados pelo mercado (ajustes na tabela salarial).

Premissas para progressão vertical:

- Existência de vaga;

- Atender os requisitos do cargo.

Premissas para progressão horizontal:

- Disponibilidade de verba no orçamento;
- Indicação da chefia responsável quando o funcionário atingir por 3 (três) vezes consecutivas avaliação acima da média na avaliação de desempenho.

O avanço salarial é analisado e deliberado pela Direção. A Avaliação de Desempenho, que compõe o Programa de Avaliação de Desempenho deverá ser efetuada pelo responsável de cada área semestralmente, sendo esse processo gerenciado pela Gestão de Pessoal com a finalidade de validá-las buscando garantir a transparência e a justiça durante as reuniões, no momento de avaliação. As avaliações serão realizadas trimestralmente através de reuniões registradas por atas entre as chefias imediatas e seus subordinados.

6 CORPO DISCENTE

O atendimento ao(à) aluno(a) é prioridade institucional, o que passa pelos atributos de uma boa aula e de outras atividades acadêmicas, à prestação de informações e resolução de problemas operacionais que envolvam a vida acadêmica de discentes. O acesso dos(as) alunos(as) aos cursos é tão importante e significativo quanto a sua permanência e fidelização à casa, na busca da continuidade de seus estudos. É oferecido o melhor ao corpo discente por dever de ofício, ou seja, a instituição tem a obrigação de fazer bem e com afinco sua prestação de serviços, pois cada integrante da equipe tem a competência para tanto.

A Instituição oferece formas de atendimento aos(às) alunos(as), que incentivem sua permanência na escola e facilitem sua vida acadêmica, que propiciem condições para que eles(as) desenvolvam suas atividades com qualidade, as quais superam os padrões estabelecidos nas normas que regem a educação superior. Além disso, os quatro Núcleos do Centro Universitário realizam cursos e palestras para fomentar a reflexão sobre as novidades de cada área. Os eventos também contam com a participação de palestrantes externos, o que permite que o(a) estudante tenha sempre contato direto com as práticas e tendências do mercado de trabalho.

6.1 Formas de acesso

Existem quatro formas de ingressar no Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix como aluno(a) regular, dentro do que dispõe a legislação em vigor, e o Regimento Geral do Centro Universitário:

6.1.1 Processo Seletivo

O Processo Seletivo é realizado semestralmente de acordo com critérios estabelecidos e tornados públicos, através de edital próprio, dentro do que preconiza a legislação vigente.

6.1.2 Transferência Externa

A Transferência Externa pode ser solicitada por qualquer candidato(a) regularmente matriculado(a) em outra instituição de ensino superior, devidamente regulamentada junto aos órgãos competentes. A efetivação da transferência depende da existência de vagas, sendo o aproveitamento das disciplinas apreciadas pelos(as) Coordenadores(as) de Cursos.

6.1.3 Obtenção de Novo Título

Os pedidos de Obtenção de Novo Título podem ser feitos por portadores de diploma de curso superior, devidamente registrado. São analisados pelos Colegiados de Curso e dependem da existência de vaga remanescente no curso pretendido. Os requerimentos devem ser feitos no prazo estabelecido no calendário acadêmico.

6.1.4 ENEM

Os(As) estudantes que fizerem as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e tiverem notas compatíveis às exigências institucionais poderão se matricular em qualquer curso do Centro Universitário.

6.2 Programas de apoio pedagógico

O Centro Universitário trabalha dentro de uma filosofia de atendimento integral do seu alunado, o que inclui atenção prioritária às suas necessidades de atendimento pedagógico. Não se desenvolve um processo de aprendizagem, sem que o(a) docente esteja atento às dificuldades e peculiaridades apresentadas pelos(as) alunos(as). Isso implica em compromisso de atenção cotidiana ao que se passa na sala de aula e em outros ambientes escolares.

A prontidão para responder às dúvidas surgidas em relação ao conteúdo programático e às atividades desenvolvidas, em se orientar no que deve ser feito, em estar pronto a ouvir e a esclarecer. Enfim, em se criar um clima de aprendizagem, onde o alunado se sinta priorizado e atendido em suas necessidades de aprendizagem, em qualquer espaço institucional, e a todo tempo, o que inclui atendimentos virtuais.

6.3 Apoio Pedagógico Extraclasse – “Nivelamento”

O alunado demanda, muitas vezes, atendimento extraclasse como forma de se complementar as atividades desenvolvidas em sala de aula. Nesses casos os(as) professores(as), em regime de dedicação integral e parcial, podem realizar atendimento aos(as) alunos(as), propiciando apoio pedagógico, denominado extraclasse. Estes podem, também, contar com o atendimento e o apoio dos (as) coordenadores(as) de cursos que podem recorrer aos monitores, em casos específicos.

Atenção especial é dada aos(as) discentes que apresentam dificuldades em acompanhar turmas, por defasagem de conhecimentos ou habilidades básicas. O Programa Institucional de Nivelamento Acadêmico (PINA) desenvolve atividades de apoio pedagógico, tais como: sessões de estudos especiais, orientações individuais ou a grupos, oficinas instrumentais, semanas de apoio pedagógicos, entre outros recursos, dependendo das necessidades e criatividade apresentada pelas coordenações e professores responsáveis por essas atividades.

6.4 Programa de Monitoria

A implantação da Monitoria no processo acadêmico do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, além de cumprir as recomendações legais, tem também como finalidade de contribuir para melhorar o rendimento acadêmico e diminuir índices de repetência e de evasão.

Possibilita, ainda, abertura à iniciação à carreira docente, contribuindo para a consolidação do Centro Universitário como uma instituição que prima pela qualidade dos serviços que presta à sociedade.

As atividades de Monitoria estão regulamentadas pelo CONSUN, tendo professores(as) que respondem por elas no acompanhamento dos(as) alunos(as) selecionados por processo precedido de Edital público, e que recebem incentivo acadêmico na forma prescrita pela política acadêmica. Os principais objetivos da Monitoria no processo acadêmico são:

- Propiciar aos(às) alunos(as) oportunidades de rever conteúdos, através do esclarecimento das suas dúvidas e da correção de exercícios propostos;
- Facilitar a comunicação entre professores(as) e alunos(as), mediante processos de mediação dos(as) monitores(as);
- Capacitar os(as) monitores(as) nas técnicas de elaboração de material pedagógico;
- Possibilitar aos(às) monitores(as) o seu ingresso na pesquisa científica;
- Habilitar os(as) monitores(as) na elaboração e exposição de monografias e textos científicos, podendo auxiliar os(as) colegas nessas tarefas, com a supervisão de professores(as).

6.5 Incentivo Acadêmico para composição de alunos(as) em Tempo Integral

A Monitoria e as ações das Agências dos Núcleos são estímulos à inserção do(a) estudante de graduação nas atividades que asseguram a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que possibilita que discentes possam vir a permanecer na instituição por mais um turno que o das suas aulas regulares, constituindo-se em alunos(as) de tempo integral.

A partir do trabalho conjunto com o(a) professor(a) nas disciplinas, na investigação científica e nas atividades de extensão, o(a) estudante aprimora seu conhecimento, pratica a intervenção social e se prepara para uma possível continuação da vida acadêmica, na pós-graduação, ao mesmo tempo em que exercita sua vida cidadã.

Além dos incentivos acadêmicos nas ações das Agências de Núcleo e do Programa de Monitoria, visa-se o apoio financeiro ao aluno. Assim, buscar-se-á recursos dentro e fora da instituição para a realização destas propostas.

6.6 Programas de apoio financeiro (Bolsas)

Além do FIES e do Programa Universidade para Todos (Prouni) do Governo Federal, o Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, como entidade filantrópica, confessional e comunitária possui Política Própria de descontos para estudantes ou grupos específicos, além de garantir a viabilidade para financiamentos facilitados aos alunos, como o Pra Valer. Dessa forma, a instituição cumpre a finalidade de atendimento da demanda de bolsa por carência econômica preconizada pela legislação, estabelecendo critérios que fixam tais objetivos.

6.7 Atendimento Psicopedagógico

O Centro Universitário possui serviço de Apoio Psicopedagógico, composto por profissionais da área de Psicologia e Saúde Mental que atende à demanda espontânea dos alunos ou dos casos direcionados por professores e colegiados. Quando necessário este serviço encaminha os alunos para a rede social de apoio do município para continuidade da abordagem terapêutica proposta.

6.8 Política de Estímulo à produção artístico-cultural

As ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix promovem publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais.

Os docentes e discentes são incentivados a participarem em eventos de âmbito local, nacional e internacional, seja pela liberação sem ônus dos dias de trabalho em que se ausenta ou pela organização coletiva de fundos que o apoiam em suas demandas de apoio.

Anualmente, o Centro Universitário Metodista promove o “Congresso Interdisciplinar de Pesquisa, Iniciação Científica e Extensão Izabela Hendrix”. Realizado no primeiro semestre letivo, permite que estudantes, docentes e pesquisadores participem – inclusive da comunidade externa. O evento já teve cinco edições, atraindo pesquisadores de todo país e se consolida como importante espaço para partilha de resultados científicos.

Também anualmente, Centro Universitário Metodista promove a “Semana de Extensão Universitária & Responsabilidade Social”. Realizada no segundo semestre letivo, tem como objetivo discutir temas de relevância social e divulgar as práticas acadêmicas de extensão para a comunidade

interna e externa, por meio de oficinas, workshops e debates. O tema em 2018 foi “Ciência e tecnologia para democratizar a democracia: a socialização do conhecimento como condição para a cidadania”. Também permite a participação da comunidade externa.

São duas ótimas oportunidades para que estudantes, docentes e pesquisadores socializem os resultados de seus trabalhos nas mais diferentes áreas do saber científico, de modo a socializar a produção acadêmica das atividades de pesquisa, iniciação científica e extensão.

O Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix mantém um Portal de Periódicos Científicos, onde organiza e publica revistas acadêmico-científica indexadas no Qualis, com constante evolução e consolidação científica e editorial, conforme detalharemos a seguir.

1. **Revista Tecer** (ISSN 1983-7631) publica artigos, traduções, comunicações, resenhas críticas e ensaios inéditos, de caráter interdisciplinar, nas diferentes abordagens teóricas e metodológicas. Seus objetivos são divulgar estudos pertinentes às diversas áreas do conhecimento, e de interesse das comunidades educacional, cultural, científica e tecnológica; estimular o intercâmbio de informação científica e subsidiar e fomentar a produção científica na instituição e região. Suas avaliações no Qualis são: B3 ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO; B4 PSICOLOGIA; B4 CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I; B4 EDUCAÇÃO; B4 INTERDISCIPLINAR; B5 DIREITO; B5 HISTÓRIA; C CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO. Sua periodicidade é semestral e integra os repositórios Sumarios.org, e DOAJ, além de possuir identificador digital DOI.

2. **Revista Formação@Docente** (ISSN 2237-0587) tem como público-alvo alunos, educadores e pesquisadores cujos trabalhos cruzam as linhas de pesquisa "Formação de Docentes e "Práticas Pedagógicas". Criada em agosto de 2009, tem como objetivo o diálogo de forma transdisciplinar por meio de produção científica. Periódico eletrônico online que surgiu com a finalidade de oferecer um espaço para que pesquisadores da área da Educação e demais estudiosos da área de humanidades divulguem suas produções. Sua periodicidade é semestral. Na linha de pesquisa “Formação de Docentes” estão inseridas temáticas relativas à formação inicial e continuada de docentes dos diversos campos disciplinares. Na formação inicial considera-se a valorização da formação específica aliada à formação pedagógica, isto é, a articulação entre conhecimentos disciplinares e conhecimentos pedagógicos. No sentido de buscar nessa formação o desenvolvimento do espírito reflexivo e a possibilidade de estabelecer o diálogo pedagógico e científico. A formação continuada é compreendida como um processo permanente de desenvolvimento e aprimoramento profissional

docente, que visa oportunizar reflexões críticas sobre a prática pedagógica docente, considerando que a melhoria do processo de ensino-aprendizagem só acontece por meio da ação do professor, implicando, também, uma aproximação e o envolvimento com as pesquisas educacionais em todos os âmbitos. A linha de pesquisa “Práticas Pedagógicas” tem como objeto de estudo as práticas pedagógicas docentes na educação básica e no ensino superior, e os seus elementos articuladores. Estes elementos são entendidos como práticas docentes, currículo, ensino-aprendizagem nos diversos campos de conhecimento, relação professor-aluno, relação família-escola, e cultura escolar. Além da focalização nas práticas pedagógicas escolares, a linha também busca desenvolver estudos, pesquisas e ações relacionados ao trabalho pedagógico mais amplo, no que diz respeito às políticas formativas e as práticas dos profissionais de educação, tanto nos campos que pertencem à educação formal e ao ensino regular, quanto aos novos espaços pedagógicos, configurados pelas demandas que motivam ações formais e informais na educação. Suas avaliações no Qualis são: B1 ENSINO; B3 EDUCAÇÃO; B4 INTERDISCIPLINAR; B5 EDUCAÇÃO FÍSICA; B5 SOCIOLOGIA; C ASTRONOMIA / FÍSICA. Sua periodicidade é semestral e integra os repositórios Sumarios.org, e DOAJ.

3. **Revista NBC Periódico Científico do Núcleo de Biociências** (ISSN 2238-1945) publica artigos, traduções, resenhas críticas, revisões de literatura (mini–reviews), notas técnicas e curtas comunicações, todos inéditos, de caráter interdisciplinar, nas mais diferentes abordagens teóricas e metodológicas. As seções, Medicina Preventiva e Saúde Pública, Clínica Médica e Diagnóstica e Meio Ambiente e Biodiversidade constituem a estrutura básica da revista abrangendo as grandes áreas da biociência. As seções, Medicina Preventiva e Saúde Pública, Clínica Médica e Diagnóstica, Meio Ambiente e Biodiversidade, Biotecnologia, Educação e Saúde, Bioética constituem a estrutura básica da revista abrangendo as grandes áreas da biociência, além de um espaço para a divulgação de notícias e outros informes de interesse. Sua avaliação no Qualis é B1 INTERDISCIPLINAR. Sua periodicidade é semestral e integra os repositórios Sumarios.org, e DOAJ.

4. **Revista Direito Izabela Hendrix** (ISSN 2237-955X) tem como objetivo publicar artigos, resenhas, entrevistas, dossiês e comunicações em todas as áreas do Direito, com a necessária abertura para contribuições de áreas como História, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Letras,

Psicanálise, que se articulam com as ciências jurídicas. Sua periodicidade é semestral e integra os repositórios Sumarios.org, e DOAJ.

5. **Revista Petra** (ISSN 2359-5302) científica do Núcleo de Arte e Tecnologia do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix voltada para produções acadêmicas no campo das ciências exatas (engenharias civil, ambiental e de produção) com interface com outras áreas acadêmicas que se alinham com estas pesquisas (tecnologia, arte, ciências sociais, ciências biológicas e da saúde). Sua periodicidade é semestral e integra os repositórios Sumarios.org, e DOAJ.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso / Trabalhos Finais de Graduação e os projetos interdisciplinares também são incentivados no sentido de produzirem algum tipo de produção acadêmica, que possa ser exposta ou publicada. A iniciativa busca identificar e divulgar ações inovadoras nos diferentes campos do saber. Os posters, painéis, bancas e debates geralmente são seguidos por orientações que permitem publicações conjuntas com egressos ou mesmo a exposição via site, a exemplo do blog do Curso de Arquitetura e Urbanismo: <http://izabelahendrix.edu.br/arquitetura-e-urbanismo/tfg/>.

6.9 Apoio no espaço estudantil – estrutura e ações

Compatível com a visão apresentada do bom atendimento, do bom ensino, e do bom tempo de universitário(a), cabe entender os espaços físicos também como responsabilidades educativas institucionais, e como parte integrante do processo educativo-cultural-cidadão, aqui implementado. O Plano de Desenvolvimento Físico do Izabela Hendrix é concebido nessa visão de oferecer bons espaços que favoreçam e integrem as práticas e facilitem os processos de aprendizagem, mas preservando as exigências do tombamento dos prédios históricos, que as vezes limitam as ações de intervenção.

Os *campi* dispõem de cantinas com praça de alimentação, submetida regularmente à auditoria nutricional pelo curso de Nutrição e Nutricionista da Instituição. Conta com serviços de reprografia. Cada estudante recebe uma cota de impressões durante o semestre. O valor desta é determinado a cada semestre pela reitoria após análise, de acordo com a disponibilidade institucional e demanda.

Em casos de necessidade de socorro médico em situações de risco à saúde de estudantes ou de qualquer membro da comunidade universitária, o Serviço Atendimento Móvel de Urgência SAMU/SUS deverá ser acionado. Em casos menos graves, os *campi* Praça da Liberdade contam com

a Casa de Cuidados, com atendentes de enfermagem e o campus Nova Lima conta com as Clínicas Integradas, com atendentes em diversas áreas da saúde. Todos os *campi* possuem Desfibrilador Externo Automático (DEAs) estrategicamente distribuídos nas unidades com profissionais habilitados ao seu uso.

Os *campi* contam ainda com segurança exercida por profissionais preparados(as) para cuidar, proteger e garantir a disciplina interna. É o serviço de segurança que cuida também dos Achados e Perdidos e todo o serviço está integrado a um sistema de câmeras de monitoramento 24 horas.

No *campus* Praça da Liberdade há uma capela aberta o tempo todo, para meditação e oração da comunidade.

A Central de Atendimento ao(às) Estudante(s) (CAE), como parte integrante da Secretaria Geral, presta atendimentos também às turmas como: agendamento e orientação para as cerimônias de colação de grau (cujo regulamento está disponível no portal institucional), informações sobre a vida e espaços no *campus*, gestão dos pedidos de Estágios em Empresas e Organizações, entre outros.

6.10 Centros Acadêmicos ou Diretórios Acadêmicos

O processo formativo universitário compreende também o desenvolvimento de competências políticas e de formação de lideranças, ao lado das demais capacidades já abordadas. A vivência plural, respeitosa e ética, o debate das ideias, o respeito aos direitos individuais e coletivos, a instigação ao pensamento próprio e a liberdade à organização da representatividade estudantil, dentro do preconizado na legislação e nos regulamentos e estatutos institucionais são incentivados.

É importante ressaltar que além desses espaços o alunado tem assento, através de seus representantes eleitos, em nossos órgãos colegiados acadêmicos, como: Colegiado de Cursos, CONSUN e CPA.

6.11 Pastoral Universitária

A Pastoral Escolar e Universitária tem redescoberto novas maneiras de expressar a confessionalidade no dia a dia do Izabela Hendrix. Sua natureza confessional é de zelar, estimular, cuidar e recriar a vida em cada momento de seu convívio e trabalho pastoral, acolhendo, ouvindo, aconselhando e acompanhando estudantes, professores(as), funcionários(as) e familiares nos seus momentos de alegrias, de pressões emocionais, financeiras e de relacionamentos.

Entre outros meios a equipe da pastoral participa e desenvolve a sua ação com as coordenações de cursos, nas celebrações, relações humanas, manifestações da espiritualidade, campanhas que favoreçam a solidariedade, no diálogo com representantes da instituição e sociedade civil. Assim, a ação da Pastoral se faz presente em todas as atividades, tornando-se parte de cada segmento da instituição, servindo de apoio e visando a maturidade e a integração de toda comunidade acadêmica; valorizando as diferentes expressões de fé, tendo como critério os valores éticos, o diálogo, e a luta para que todos(as) tenham dignidade de vida.

A equipe da Pastoral Universitária é composta por pastores e leigos(as) devidamente habilitados(as) em cursos de nível superior, para o exercício de suas funções, com o compromisso ético de não fazer proselitismo religioso, respeitando as convicções e crenças de cada um. Participa da vida cotidiana e colegiada da instituição (nesse caso apenas com direito a voz, como consta nos regulamentos e regimentos), dos cerimoniais acadêmicos, sendo de costume que estes sejam abertos com uma rápida celebração cristã, de cunho ecumênico.

A sala da Pastoral do *campus* Praça da Liberdade está localizada no prédio 05, próxima à entrada da Rua Espírito Santo. Apresenta-se como um espaço que pertence a toda a comunidade para relações humanas, leitura, música, convivência e ajuda mútua.

6.12 Relações Internacionais – ARI

A Assessoria de Relações Internacionais é o setor de apoio e suporte ao alunado e docentes para a realização de intercâmbios e imersões em escolas de outros países. Seu atendimento é feito na Sala da Internacionalização, espaço próximo à área de convivência no Campus Praça da Liberdade. Há coordenação nacional deste programa para todas as escolas da Rede Metodista de Educação, fundamentadas em uma política de internacionalização, descrita no PDI, já consolidada com um amplo leque de serviços, parcerias e convênios com instituições renomadas de ensino superior em todo o mundo.

Todos os alunos e docentes são estimulados a participar destes programas como forma de garantir maior qualificação de todos. Cada ação é divulgada amplamente no portal institucional e seus outros meios de comunicação.

6.13 Acompanhamento de egressos

Egressos: Programa Sempre Izabela

O Programa Sempre Izabela tem como objetivo manter uma relação contínua com ex-alunos(as) desde antes da formatura e constituir-se num aliado do Programa de Avaliação Institucional (CPA) a partir da apreensão de dados relevantes sobre o ensino superior, contribuindo diretamente com a qualidade e atualização dos cursos de graduação, de extensão e de pós-graduação do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (CEUNIH).

É fundamental para o Centro Universitário poder aproveitar a experiência de todos(as) os(as) profissionais que passaram pelo ambiente acadêmico, para que possam contribuir com a visão das condições de mercado de trabalho que encontraram, com as exigências em relação aos conhecimentos e as principais competências e habilidades do(a) profissional.

A partir de ações coordenadas de pesquisas e comunicações virtuais busca-se atingir os seguintes objetivos específicos:

- Manutenção de registros atualizados dos(as) ex-alunos(as) contendo, além dos dados pessoais, informações sobre sua situação profissional e formação acadêmica complementar;
- Avaliação do desempenho da instituição, por meio do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos(as) ex-alunos(as);
- Realização de análises quantitativas e qualitativas sobre os dados levantados, com o intuito de promover a melhoria do ensino dos cursos ministrados e possibilitar uma melhor integração com o mercado de trabalho, bem como planejar e aperfeiçoar as atividades acadêmicas do CEUNIH;
- Realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão direcionadas a profissionais formados pela instituição que objetivem a formação continuada do(a)s egresso(a)s do CEUNIH;
- Promoção de atividades festivas, artísticas, culturais e esportivas que visam também a integração do(a)s egresso(a)s com a comunidade interna do Centro Universitário;
- Promoção do intercâmbio entre ex-alunos(as);
- Identificação junto às empresas e organizações de seus critérios de seleção e contratação;
- Incentivo a leitura de bibliografia especializada disponível nas bibliotecas.

O Programa Sempre Izabela ainda busca o desenvolvimento dos ex-alunos no mercado de trabalho. Desta forma, proporciona a oferta de serviços de Orientação Vocacional, Avaliação e Orientação Psicológica, Análise e Avaliação de Currículos, Oficinas de Comportamento e Participação em Entrevistas e Orientação Empreendedora aos egressos interessados.

Como forma de atualização dos conhecimentos de seu público-alvo, o Sempre Izabela envia, frequentemente, convites para a participação em eventos promovidos pelos cursos de graduação do CEUNIH. Desta forma, a maior parte dos eventos que ocorrem nos cursos são de livre participação dos ex-alunos.

Como canais de comunicação, o Programa Sempre Izabela utiliza o Portal de Ex-aluno(a)s, presente no site do Instituto Metodista Izabela Hendrix (<http://izabelahendrix.edu.br/programa-de-exalunos>). Tal portal utiliza um menu vertical onde o(a) ex-aluno(a) pode ter acesso à informações sobre o Sempre Izabela, Portal de Empregos, Orientação Profissional, Educação Continuada, Obtenção de Novo Título, Eventos, Destaques Profissionais, Depoimentos, Memorial de Eventos e Contato.

7 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

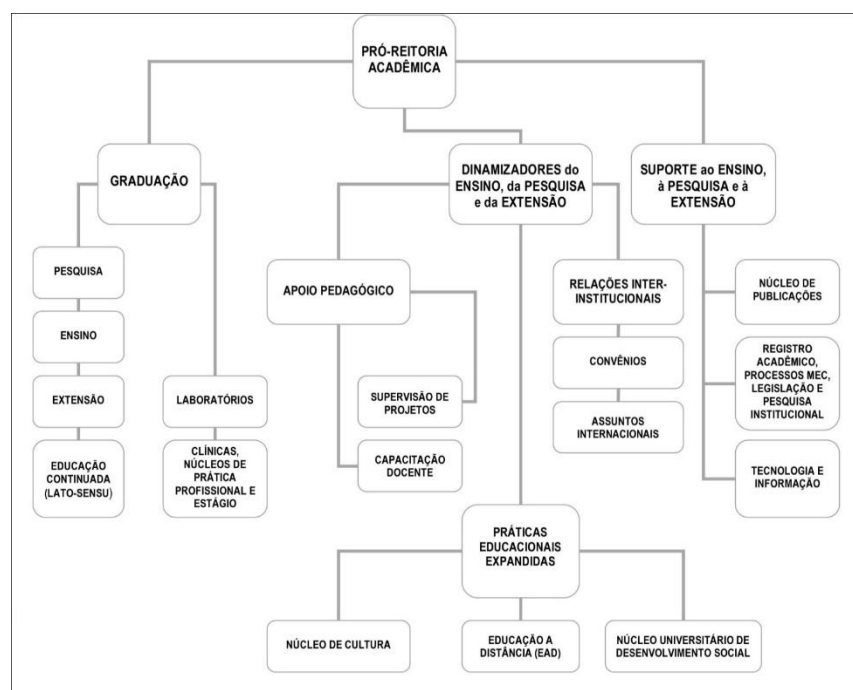
A organização administrativa do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix respeita os princípios de uma gestão democrática, participativa, estratégica e horizontalizada, em sintonia com sua organização didático-pedagógica, otimizando recursos humanos, materiais e financeiros. A atuação colegiada é traço marcante nas diferentes instâncias organizacionais, administrativas e acadêmicas. A atuação de todas as instâncias aqui apresentadas tem suas atividades detalhadas no Regimento Institucional.

7.1 Estrutura organizacional com as instâncias de decisão

A Reitoria é o órgão executivo superior do Centro Universitário, que supervisiona, orienta, coordena, fiscaliza e superintende todas as atividades do Centro Universitário, sendo constituída pelo(a) Reitor(a), pelos Assessores. A Reitoria conta em sua estrutura com uma Secretaria Geral e os Setores Registro Acadêmico, Estágios, Bolsas e Financiamento Estudantil. Atuam, na consecução das atividades da Reitoria, duas Pró-Reitorias: Acadêmica e Administrativa.

A Assessoria Acadêmica está diretamente ligada às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão suportados por uma estrutura horizontal e flexível. Horizontal por delimitar funções e responsabilidades sem a necessidade de subdividir as práticas acadêmicas (Ensino, Pesquisa e Extensão). Flexível por permitir que a equipe coopere mutuamente em todas as práticas acadêmicas aumentando a integração e otimizando processos. Esta estrutura entende que as práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão têm seu lugar na graduação junto com o ensino e não em setores isolados da Pró-Reitoria Acadêmica. Na graduação tem lugar a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, da educação continuada (*Lato Sensu*), dos laboratórios, clínicas, núcleos de prática profissional e estágios.

7.2 Organograma acadêmico



7.3 Órgãos colegiados: competências e composição

O Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix possui diferentes colegiados com a participação de representantes do administrativo, corpos docente e discente e parceiros. São eles: o Conselho Universitário, o Colegiado de Curso, o Colegiado de Núcleos e o Conselho Consultivo.

O Colegiado de Curso ou de Cursos é o órgão da estrutura universitária responsável pelo planejamento, orientação, assessoramento, execução e supervisão da organização acadêmica,

administrativa e de distribuição de pessoal de um curso ou de um conjunto de cursos, reunidos por área ou por outras afinidades, de acordo com proposição da Reitoria e homologação do CONSUN.

De acordo com o artigo 18 do Regimento Geral, o Colegiado de Curso é presidido pelo respectivo Coordenador de Curso e é composto:

- I – Do Coordenador do Curso;
- II – Dos professores vinculados primariamente ao Curso;
- III – Dos professores vinculados primariamente a outro Curso, mas que ministram aulas no Curso;
- IV – De um representante do respectivo corpo discente, dentre os representantes de turma, eleito pelos pares.

Em reuniões convocadas por seu presidente⁷ ou por requerimento de seus membros, é exercida a autonomia na tomada de decisões. Os diferentes órgãos colegiados também mantêm interface e articulação direta com as demais instâncias mencionadas: Pró-Reitoria Acadêmica, Pró-Reitoria Administrativa, seus setores de apoio, coordenação e Reitoria. As competências dos colegiados de curso são as seguintes:

- Coordenar as atividades acadêmicas e administrativas do Curso;
- Estabelecer diretrizes e normas para o regime didático-pedagógico do Curso, respeitada a política acadêmica aprovada pelos órgãos superiores;
- Organizar o horário de aulas, as atividades e o calendário do Curso;
- Elaborar ementas de disciplinas sob sua responsabilidade, que comporão o projeto pedagógico do curso a ser aprovado pelo CONSUN;
- Aprovar os planos de ensino apresentados pelos professores, bem como acompanhar sua execução;
- Coordenar o processo de avaliação do Curso a partir do seu projeto pedagógico e seus objetivos gerais e específicos, e da legislação pertinente;
- Propor a aquisição de acervo para a biblioteca;
- Decidir, em primeira instância, recursos em questões pedagógicas na forma regimental;

⁷ A presidência do Colegiado é exercida por um coordenador de curso, indicado pelo respectivo Colegiado e nomeado pela Reitoria.

- Supervisionar o desenvolvimento dos projetos de pesquisa dos docentes e discentes do Curso;
- Avaliar o desempenho individual de cada docente, de acordo com o processo estabelecido pela Comissão Própria de Avaliação;
- Encaminhar para aprovação do CONSUN proposta de Regimento do Curso e eventuais modificações;
- Propor e apreciar convênios de interesse do Curso;
- Exercer outras atividades que lhe sejam próprias.

O Conselho Universitário (CONSUN) é definido como instância superior de caráter consultivo, normativo e deliberativo em todos os assuntos acadêmicos relativos ao ensino, à pesquisa, à extensão e à ação comunitária, assim como em assuntos administrativos, financeiros, de política e planejamento universitários, respeitadas, no que couber, as competências da Entidade Mantenedora, conforme artigo terceiro do Regimento Geral do Centro Universitário.

Este órgão tem como membros: o/a Reitor/a como Presidente, os Pró-Reitores, o Secretário Geral, dois representantes da entidade mantenedora, indicado pelo seu Conselho Diretor, os Presidentes de Colegiados de Núcleo de Cursos de graduação e Coordenadores de programas de pós-graduação *stricto sensu*, um representante dos Coordenadores de Curso de cada Núcleo de Cursos, eleito pelos seus pares, dois (duas) representantes docentes, dois(duas) representantes discentes, dois(duas) representantes do corpo técnico administrativo, dois representantes da Sociedade Civil e os membros ex-offício (sem direito a voto): coordenador(a) da Pastoral Universitária, as assessorias (ou coordenadorias) acadêmicas de apoio, o(a) Presidente da Comissão Própria de Avaliação, o Presidente do Comitê de Ética em Pesquisa, vinculados ao Centro Universitário, na vigência de seus mandatos.

As reuniões do plenário são ordinárias, bimestrais e extraordinárias. O CONSUN delibera sobre questões institucionais envolvendo o Centro Universitário, previamente discutidas em reuniões setoriais por Câmaras, nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão e Administração Acadêmica. As reuniões das Câmaras acontecem bimestralmente, no interregno das reuniões do plenário do CONSUN ou em caráter extraordinário, por convocação da Pró-Reitoria⁸.

Das decisões do CONSUN cabe reconsideração, em qualquer situação, quando requerida por maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros votantes. As decisões das Câmaras são homologadas

⁸ A presidência da Câmara é atribuição das Pró-Reitorias.

pelo Plenário do CONSUN, sendo divulgadas pela secretaria executiva em forma de resoluções.

Cada uma das Câmaras compõe-se de: Pró-Reitor(a) Acadêmico(a) ou Pró-Reitor(a) Administrativo(a) como presidente; membros natos(as) do CONSUN, de acordo com escolha pessoal, podendo cada um(a) integrar uma câmara apenas; membros representantes do CONSUN, por definição do grupo que o(a) elegeu, podendo cada um(a) integrar uma câmara apenas; membros ex-offício do CONSUN, podendo participar de uma das Câmaras, por escolha própria, sem direito a voto; coordenadores(as) de cursos de graduação, não-membros do CONSUN por escolha pessoal, podendo cada um(a) integrar uma câmara apenas. Para a representação e participação são elegíveis os(as) docentes do Quadro em regime de Tempo Integral (TI) e titulação mínima de mestre.

Na proposta horizontal de gestão, periodicamente, são realizadas reuniões gerais de Lideranças Acadêmicas e Administrativas, visando ao compartilhamento de informações estratégicas importantes, garantindo a interface necessária entre as diferentes instâncias institucionais. A reflexão em conjunto também ajuda na integração entre os setores acadêmico e administrativo, evitando as lacunas entre os processos institucionais. Desta forma, as lideranças do Centro Universitário, convocadas pelo Reitor, reúnem-se mensalmente para múltipla prestação de contas e compartilhamento de informações inter-setores. A Pró-Reitoria Acadêmica reúne-se periodicamente com os(as) coordenadores(as) de núcleo.

7.4 Órgãos de apoio às atividades acadêmicas

O Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix conta com uma série de órgãos de apoio direto e indireto à comunidade estudantil. Entre eles pode-se citar a Assessoria de Comunicação, que tem como objetivo reforçar a identidade e projetar a imagem da Instituição para todos os seus públicos, além de criar, implantar e monitorar políticas relativas às áreas de Comunicação (Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Marketing, Relações Públicas), Vestibular e Eventos. O setor, que é ligado à Direção Geral da Instituição e também à Diretoria de Comunicação da Rede Metodista, busca ainda uma relação com os(as) responsáveis pela Comunicação das demais instituições da Igreja Metodista, com a intenção de troca de informações e colaboração mútua para desenvolver o projeto de criação de uma consolidada Rede Metodista de Educação no Brasil.

O Izabela Hendrix, como instituição tradicional da Igreja Metodista, busca abrir as portas de coirmãs também fora do Brasil para que o(a) estudante tenha uma ampla visão do desenvolvimento

da humanidade. Por isso foi criado o setor Assuntos Internacionais, que fomenta as parcerias e auxilia estudantes e professores(as) nas suas relações acadêmicas e/ou administrativas que estão sendo desenvolvidas fora do país. O Izabela também abre as portas para receber estudantes estrangeiros.

A Biblioteca do Centro Universitário conta atualmente com 79.342 volumes de livros, dos quais 35.879 títulos. Ainda possui 521 periódicos, além de fitas cassete, DVD's e CD's com assuntos pertinentes aos cursos. Localizada em um ponto estratégico da cidade, próximo à Praça da Liberdade, a Biblioteca atende estudante de todos os *campi* e a população em geral que queira adquirir cultura nos livros ou nos computadores ligados à internet.

Ciente de que deve concentrar suas atenções nos processos educacionais que permeiam o seu cotidiano, o Izabela terceirizou dois setores de apoio aos(às) estudantes: cantina e reprografia. As cantinas, distribuídas nos *campi* em pontos de fácil acesso, passam periodicamente pela análise dos(as) professores(as) e estudantes do curso de Nutrição, como forma de garantia do serviço prestado. A reprografia tem as condições necessárias para o bom andamento dos processos acadêmicos e ajuda a garantir a cota mínima de impressões que o Izabela Hendrix oferece, gratuitamente, aos(às) estudantes.

A Central de Atendimento ao Estudante (CAE) tem um papel fundamental no crescimento institucional. Ao dinamizar e organizar os processos a partir das necessidades que aparecem no dia a dia, a CAE dá o apoio necessário aos(às) estudantes nos três turnos. O setor ainda garante que a legislação educacional e a relação documental entre instituição, docentes e discentes seja tranquila, sem sobressaltos.

A participação dos(as) estudantes é garantida na composição dos Colegiados de Curso e CONSUN, conforme calendário destes órgãos. A relação com os(as) acadêmicos(as) é horizontal, pois se parte do pressuposto que as opiniões de cada órgão são importantes nas decisões institucionais. Os(As) representantes de turma têm interface direta com as coordenações de curso, de forma contínua. Desta forma, a instituição fica horizontal e abre oportunidade para que os discentes tenham participação direta nas decisões que definem os rumos a serem tomados.

A partir do sistema horizontal de gestão, o Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix proporciona atendimento descentralizado no que se refere à telefonia. São divulgados os ramais de cada setor, evitando assim o congestionamento e um caminho mais longo no momento de conseguir as informações necessárias.

7.5 Autonomia da IES em relação à mantenedora

O Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix é uma instituição de ensino privada, confessional e filantrópica. Atualmente conta com os *campi* Praça da Liberdade, Nova Lima e Sabará. Credenciado pela Portaria do MEC nº 88, publicada no Diário Oficial da União em 18 de janeiro de 2002 para atuação nos municípios de Belo Horizonte e Nova Lima, é mantido pelo Instituto Metodista Izabela Hendrix (IMIH).

O Centro Universitário goza de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, nos termos da legislação pertinente, e rege-se pelo presente Estatuto, pela legislação da educação superior do País, pelo Estatuto da Entidade Mantenedora e pelos princípios expressos na declaração de sua Missão.

O IMIH é dirigido pelo Reitor/a e pelo Diretor/a Geral do CONSAD (Conselho Superior de Administração), que é o Conselho Diretor da IMIH e tem por finalidade, conforme explicitado no Art. 2º de seu Estatuto: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Compete ao Instituto Metodista Izabela Hendrix a administração do patrimônio do Centro Universitário, conforme artigo terceiro do seu Estatuto. Ao Instituto Metodista Izabela Hendrix pertencem os bens utilizados pelo Centro Universitário, ressalvados os bens de terceiros, dados em

locação ou comodato. Do Instituto Metodista Izabela Hendrix dependem a administração patrimonial e financeira, bem como a aprovação da proposta orçamentária anual e da prestação de contas do Centro Universitário, a aceitação dos legados, doações e heranças, a fixação de encargos escolares do discente, a criação e incorporação de unidades e entidades escolares e universitárias, a decisão sobre despesas de capital, a fixação da política salarial do Centro Universitário, a homologação do Plano de Desenvolvimento da Instituição, a homologação do Plano de Carreira do Magistério Superior e da reforma do Estatuto e do Regimento do Centro Universitário, dentre outras competências definidas no seu Estatuto.

7.6 Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas

Como uma instituição tradicional na região metropolitana de Belo Horizonte, o Instituto Metodista Izabela Hendrix mantém um forte relacionamento com organizações, empresas e governo, nos níveis municipal, estadual e federal. Há na Pró-Reitoria Acadêmica um setor responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento dessas ações, que envolvem também o nível das Relações Internacionais.

As parcerias com a comunidade se expressam por meio dos projetos de pesquisa e extensão, além das atividades culturais desenvolvidas no Teatro Izabela Hendrix, que tem uma intensa agenda de eventos.

A Instituição mantém diversos convênios para estágios curriculares e extracurriculares com empresas e organizações, nos mais variados setores de atuação.

Tendo sempre em vista os critérios de qualidade do ensino, o Centro Universitário desenvolve também Programas de Cooperação Tecnológica e Científica com organizações nacionais e internacionais e com instituições de ensino em nível estadual, nacional e internacional, incluindo Universidades Federais.

Esta política de intercâmbio acadêmico visa, acima de tudo, enriquecer a qualidade do ensino oferecida pela instituição, oferecendo ao aluno mecanismos eficazes para o seu desenvolvimento acadêmico, aprofundamento nas questões voltadas para sua área de conhecimento, seu relacionamento com pessoas e instituições que, militando no mesmo campo do saber, estão inseridas em realidades diversas das quais, ele, rotineiramente, está circunscrito. Com isto, o aluno é o grande beneficiário da experiência vivenciada em contextos diferenciados, dando-lhe condições de alargar

seus horizontes e potencializar seus conhecimentos já adquiridos ao longo do curso. Esses programas alcançam tanto os corpos docentes como o discente, servindo de instrumento para o progressivo desenvolvimento da ciência e da formação de profissionais capazes de influir decisivamente na melhoria dos padrões científicos e sociais da população brasileira.

É de se destacar que o Instituto Metodista Izabela Hendrix - IMIH é membro do Conselho Geral das Instituições Metodistas de Educação (COGEIME), associação que reúne uma rede de mais de 40 escolas Metodistas e quase 50 mil alunos, congregando instituições como a nossa e o Instituto Granbery da Igreja Metodista, em Juiz de Fora, também em Minas Gerais, e duas Universidades: a Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), em São Bernardo do Campo, São Paulo, e a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), em Piracicaba, São Paulo os Centros Universitários Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista.

Como membro do COGEIME somos partícipes do convênio que este Conselho tem com a *National Association of Schools and Colleges of the United Methodist Church* (NASCUMC), associação norte-americana, que reúne 123 instituições educacionais metodistas (colégios, institutos e universidades), mantendo com elas convênios específicos, nas mais diversas áreas de Educação Superior (Direito, Medicina, Ciências Humanas, etc.) e também da ALAIME – Associação Latino Americana de Instituições Metodistas de Educação.

8 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A autoavaliação no Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix representa um processo cíclico, mostrando seu caráter diagnóstico e formativo de autoconhecimento, estabelecendo condições que permitam a revisão e a redefinição de prioridades estabelecidas no Projeto Institucional. O Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix entende que o processo de autoavaliação constitui o instrumental de base para a garantia da qualidade acadêmica no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão, buscando o cumprimento fiel de sua responsabilidade social.

As atividades de autoavaliação desenvolvidas contam com o apoio e comprometimento da Direção da Instituição e buscam o envolvimento de todos os agentes do processo: alunos, professores, corpo técnico-administrativo e comunidade externa. A Comissão Própria de Avaliação – CPA é a responsável pela condução dos processos de avaliação interna, assim como de sistematização e de prestação de informações solicitadas pelo INEP.

Sua ação envolve a elaboração e o desenvolvimento do processo de autoavaliação e é feita em sintonia com a comunidade acadêmica e os conselhos superiores da Instituição.

8.1 Organização

A CPA está organizada segundo as orientações do CONAES da seguinte forma: dois representantes do corpo docente, dois representantes do corpo discente, dois representantes do corpo técnico administrativo e dois representantes da sociedade civil, conforme regimento aprovado na resolução do CONSUN nº3, de 22 de junho de 2016. Os representantes da comunidade acadêmica são escolhidos(as) através de eleições diretas pelos seus pares e os representantes da sociedade civil são indicados através de consulta aos movimentos sociais, ex-alunos e entidades conveniadas com o Centro Universitário.

Nas reuniões ordinárias, que ocorrem semestralmente, são tomadas as decisões referentes aos métodos de trabalho utilizados pela CPA. Também são compartilhados e discutidos os resultados preliminares dos processos de avaliação, enriquecendo com múltiplos olhares os dados quantitativos e qualitativos obtidos.

8.2 Sensibilização

O projeto de Avaliação Institucional do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix entende como necessária a discussão com os diversos segmentos a fim de buscar a definição do processo avaliativo que melhor se adapta às características da Instituição.

Busca-se, da mesma forma, a reflexão sobre as diretrizes, ações e atividades que se pretende implementar a posteriori, considerando, sempre, uma abordagem crítica envolvendo a estrutura hoje existente no ensino superior do País.

O maior mérito de um processo de sensibilização está relacionado à socialização do conhecimento sobre avaliação, para toda a comunidade acadêmica e comunidade externa. A estruturação deste processo é feita através de reuniões com membros da gestão acadêmica, docentes, discentes, funcionários administrativos e grupos envolvidos nas ações de extensão e serviço, tanto na modalidade presencial quanto à distância.

A ideia da sensibilização é um processo contínuo em todas as fases da Autoavaliação, garantindo a participação integral de todos os agentes envolvidos, o que conduz, necessariamente, a resultados mais consistentes, fundamentais para o todo o processo avaliativo e de desenvolvimento institucional.

8.3 Metodologia

A metodologia consubstancia-se no conjunto de procedimentos que devem ser desenvolvidos em todo processo que envolve a avaliação. Segundo Deslandes (2002), a metodologia inclui a elaboração das técnicas a serem utilizadas para a etapa de sensibilização, coleta de dados, organização e análise de dados, divulgação dos resultados e a proposta de melhorias indicadas.

Bielschowski (1995), ao reconhecer que avaliação supõe um julgamento de valor, declara que há diferentes formas de emití-lo: pode ser pessoal e subjetivo, ou pode ser consensual, envolvendo um grupo de análise, que se baseie numa coleta e interpretação de dados. Assim, conclui-se que nesta linha de pensamento, esses fundamentos teórico-metodológicos alicerçarão a proposta de Avaliação Institucional do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, uma proposta em plena construção, uma proposta de todos e para todos os segmentos que compõem a Instituição.

A avaliação terá abordagem tanto quali quanto quantitativa, contemplando docentes, técnico-administrativos e discentes.

A CPA lê e analisa as demandas internas e externas da Ouvidoria, e utilizará essas informações para melhor compreender os dados quantitativos coletados em outros instrumentos. A Ouvidoria atua de forma virtual, com atendimento pelo portal institucional (www.izabelahendrix.edu.br).

Os dados serão encaminhados às coordenações de cursos, Reitoria, lideranças administrativas, bem como para os colegiados que após análise poderão definir ações para superar as dificuldades evidenciadas. A autoavaliação institucional contemplará as dez dimensões do SINAES: 1. Missão e PDI; 2. Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; 3. Responsabilidade social da IES; 4. Comunicação com a sociedade; 5. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo; 6. Organização de gestão da IES; 7. Infraestrutura física; 8. Planejamento de avaliação; 9. Políticas de atendimento aos estudantes; 10. Sustentabilidade financeira.

O relatório anual da autoavaliação organizará essas dez dimensões em cinco eixos, conforme Instrumento de Avaliação Institucional Externa do SINAES e orientações do MEC.

Os indicadores utilizados serão revistos anualmente, pois compreende-se que a avaliação é um processo cíclico, cujos métodos precisam ser constantemente avaliados. Seguem abaixo os Instrumentos e métodos de coleta de dados:

a) Questionário online

Participantes: docentes, discente, coordenações de curso

b) Questionário impresso

Participantes: professores responsáveis pelos projetos de pesquisa e extensão.

c) Formulário digital

Participantes: funcionários

d) Resultados dos cursos nas avaliações externas (ENADE e visitas *in loco*)

Análise dos indicadores que compõem os resultados dos cursos; Análise do padrão de respostas dos alunos no ENADE.

e) Análise documental

Análise dos relatórios setoriais e demais documentos institucionais;

f) Reuniões coletivas e individuais

Participantes: lideranças acadêmicas e administrativas, CPA.

8.4 Dimensões de autoavaliação institucional a serem consideradas

O Quadro a seguir apresenta as dimensões do SINAES contempladas em cada um dos instrumentos e métodos de coleta de dados:

QUADRO 1 – Dimensões do SINAES x Instrumentos e métodos de coleta de dados

	1. Missão e PDI	2. Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão	3. Responsabilidade social da IES	4. Comunicação com a sociedade	5. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo	6. Organização de gestão da IES	7. Infraestrutura física	8. Planejamento de avaliação	9. Políticas de atendimento aos estudantes	10. Sustentabilidade financeira
a) Questionário online	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
b) Questionário impresso		X	X			X				
c) Formulário digital	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
d) Resultados dos cursos nas avaliações externas (ENADE e visitas in loco)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
e) Análise documental	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
f) Reuniões coletivas e individuais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: dados da pesquisa

8.5 Aplicação dos instrumentos de avaliação

Anualmente, serão utilizados os diferentes instrumentos previstos para a participação da comunidade acadêmica na Avaliação Institucional. Esses instrumentos contemplarão diferentes aspectos das atividades acadêmicas no centro universitário, como: qualidade de cursos de graduação e pós-graduação, condições de trabalho disponíveis para docentes e técnico-administrativos, grau de satisfação com os serviços disponíveis no *campus*, acompanhamento de egressos dos cursos de graduação, dentre outros. Os instrumentos serão disponibilizados a todos os membros de determinada categoria da comunidade acadêmica, sempre com adesão voluntária.

Desse modo, não serão utilizados procedimentos amostrais para a validação dos dados. Outro aspecto importante da adesão voluntária é o estímulo ao estabelecimento de uma cultura de

Autoavaliação Institucional e a possibilidade de mensuração da proporção de respondentes dentro de cada segmento da comunidade acadêmica do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix.

Os questionários somente serão aplicados para os membros da comunidade acadêmica que desenvolvem atividades cotidianamente nos *campi* do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix.

A aplicação dos questionários será feita preferencialmente por sistema online próprio, preenchido via internet, onde ficará disponível no Portal Institucional, no Portal do Aluno e Portal Docente por tempo pertinente para cada membro da comunidade acadêmica. Neste caso, o acesso do usuário será certificado por meio de senhas específicas, garantindo o sigilo e impedindo duplicações de respostas. Os dados coletados serão armazenados no banco de dados, permitindo o cruzamento de todas as informações coletadas ampliando a capacidade de análise a partir dos dados acumulados.

Este banco será de uso exclusivo da CPA, com controle total de acesso por senha à presidência da comissão e da reitoria. As coordenações de cursos e núcleos tem acesso restrito aos dados referentes aos seus respectivos setores. Os professores têm acesso aos dados gerais da instituição e das disciplinas que leciona. Os alunos têm acesso aos dados gerais da instituição e do seu curso.

8.6 Elaboração de relatórios parciais e finais

Com o objetivo de organizar os dados coletados e interpolar os diferentes instrumentos de avaliação, quantitativos e qualitativos, os relatórios serão sistematizados com análises de dez diferentes dimensões de avaliação institucional, organizadas em cinco eixos, seguindo a recomendação do INEP.

8.7 Disseminação dos resultados e planejamento

Os resultados das autoavaliações serão liberados para leitura e análise em até 30 dias após o término do período da avaliação. A CPA reúne-se com as lideranças de setores, as comissões setoriais de avaliação e colegiados de cursos para estabelecer as diversas formas de divulgação dos resultados

da avaliação por parte de todos os envolvidos no processo. Em seguida, é feita uma discussão das fortalezas e das fragilidades em cada dimensão. Esse processo é seguido pela elaboração das propostas de ações a serem desenvolvidas na busca das melhorias indicadas. Todos os participantes das avaliações terão acesso aos resultados e relatórios de seu interesse acionando o portal institucional, na página da CPA e nos portais do Docente e do Aluno.

8.8 Avaliação externa dos cursos de graduação e do processo de autoavaliação institucional

Essa avaliação será realizada por uma comissão de especialistas, indicadas pelo INEP, e que terá como interlocutora na instituição a CPA. Os instrumentos que serão utilizados para tal avaliação serão determinados pelo próprio INEP e terão como ponto de partida o relatório de Autoavaliação produzido pela CPA.

A Autoavaliação tem como propósito atender ao processo interno das Instituições de Ensino Superior (IES), regulamentado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instrumento de avaliação superior do MEC/INEP, criado pela Lei n.º 10.861, de 14/04/2004.

O objetivo deste processo autoavaliativo é construir um conhecimento sobre a realidade interna da IES, identificando o perfil e o significado de sua atuação, com o intuito de levantar possíveis falhas e empreender ações para melhorar a sua qualidade educativa e alcançar maior relevância social.

A metodologia de Autoavaliação do Centro Universitário tem o mérito de constituir um processo pedagógico contínuo. A cada reavaliação e redefinição de metas, buscará avançar para níveis de melhoria na qualidade do ensino.

A CPA terá que diagnosticar, do modo mais neutro possível, as virtudes e falhas da instituição, buscando servir como indicador para os diversos atores envolvidos, ao mesmo tempo em que sensibiliza estes mesmos atores e busca produzir e difundir conhecimento.

Os resultados apontados pelo programa de Autoavaliação e pelas avaliações externas deverão servir de referência para várias melhorias, dentre elas:

- Definição do perfil do corpo docente da instituição a partir de sua produção científica, implementando ações para a melhoria do desempenho profissional, pessoal e institucional;

- Definição do perfil dos cursos implantados na instituição, sua adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais e ao desempenho e aceitabilidade social;
- Conhecimento dos programas de extensão, sua articulação com o ensino e a pesquisa e consonância com as necessidades e demandas do entorno social;
- Construção do perfil da pós-graduação e identificação da capacidade instalada e das ações necessárias ao fortalecimento e ampliação;
- Definição do perfil dos servidores técnico-administrativos;
- Conhecimento das condições estruturais e de recursos humanos da instituição com definição de ações de comunicação entre as diferentes unidades da faculdade;
- Perfil socioeconômico e cultural dos discentes e redefinição de uma política de atendimento estudantil;
- Orientar programas de capacitação continuada.

9 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES

As atividades do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix são desenvolvidas atualmente em dois campi: o *Campus* Praça da Liberdade, localizado na Rua da Bahia, 2.020, e a Clínica Escola de Enfermagem, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Nutrição, localizada no *Campus* Nova Lima, na Rua das Flores, nº. 10, Bairro Vila da Serra, em Nova Lima.

Todas as dependências necessárias para a implementação das atividades acadêmicas de todos os atuais cursos constantes deste PDI estão devidamente mobiliadas e equipadas. A descrição de todos os espaços, por campi, segue nas tabelas abaixo.

9.1 Tabelas de Infraestrutura física por campi

Tabela 1 – *Campus Nova Lima*

Prédio num ^o	Andar	Ambiente	Área (m ²)	
1	1 ^o	Refeitório - sala de descanso	38,7	
	1 ^o	Sala da bibliotecária	13	
	1 ^o	Sala de aula	76,7	
	1 ^o	Portaria	36,4	
	1 ^o	Biblioteca	334,6	
	1 ^o	Sala de aula	49,7	
	1 ^o	Sala da adm. - antiga	14	
	1 ^o	Sala de aula	50,4	
	1 ^o	Sala de estr. predial - vent. Mec.	14,2	
	1 ^o	Sala de aula	50,5	
	1 ^o	Depósito	9,8	
	1 ^o	Sala de aula	49,7	
	1 ^o	Depósito	15	
	1 ^o	EX -Auditório - depósito almoxa.	125	
	1 ^o	Depósito - Audiovisual	15,4	
	1 ^o	Banheiro masculino	24,1	
	1 ^o	Banheiro Feminino	24,1	
	1 ^o	Arquivo	152	
	1 ^o	Depósito	23,8	
	1 ^o	Sala de aula	62,5	
	1 ^o	Restaurante - terceirizado	48,3	
	1 ^o	Dispensa - restaurante	14	
	1 ^o	Corredores de circulação	508	
	1	2 ^o	Sala de aula	55,8
		2 ^o	Sala de aula	57,6
		2 ^o	Sala de aula	61,6
		2 ^o	Sala de aula	46,6
		2 ^o	Sala de aula	50,5
		2 ^o	Sala de aula	118,7
		2 ^o	Sala de aula	46,6
		2 ^o	Sala de aula	67,8
		2 ^o	Sala de aula	57,6
		2 ^o	Antigo - RH	40,2
2 ^o		Sala de aula	32,4	
2 ^o		Recepção - antigo RH	9	
2 ^o		Secretaria - Direção	9,7	
2 ^o		Sala da diretoria	16	
2 ^o		Sub- sala	13,5	
2 ^o	Sala da diretoria -02	16		



2°	Sala da diretoria -03	17
2°	Sala dos Professores	22
2°	Banheiro masculino	4,7
2°	Banheiro feminino	3,9
2°	Banheiro - sala dos professores	3
2°	CAE- central de atendimento	56,8
2°	Sala de aula	67,3
2°	Sala de aula	57,8
2°	Sala de aula	60,5
2°	Sala de aula	59,5
2°	Sala de aula	55,4
2°	Banheiro Feminino	15,1
2°	Depósito de materiais	12,2
2°	Sala administrativa	28,9
2°	Depósito de materiais	4,3
2°	Banheiro - sala administrativa	4,2
2°	Banheiro masculino	20
2°	Corredores - circulação	512,3
3°	Recepção - Clínica	21,9
3°	Consultório 01	12,3
3°	Consultório 02	16,6
3°	Consultório 03	16,6
3°	Consultório 04	12,3
3°	Sala dos Professores	50,4
3°	Sala de recursos terapêuticos	46,3
3°	Adm. clínica - almoxar. - arquivo	57,8
3°	Sala de aula	60,5
3°	Sala de aula	59,5
3°	Sala de aula	57,6
3°	Sala de aula	32,4
3°	Lab. De biomedicina	55,4
3°	Sala do descarte	12,6
3°	Consultório 05	14,7
3°	Consultório 06	14,7
3°	Sala dos estagiários	14,3
3°	Depósito de materiais - limpeza	8,8
3°	Sala de esterilização	20
3°	Lab. De avaliação física	55,8
3°	Sala de aula	57,6
3°	Sala da fisioterapia 01	61,6
3°	Sala da fisioterapia 02	118,5
3°	Sala de recursos terapêuticos	46,3
3°	Consultório 07	7,9

	3°	Cabine 03	4,1
	3°	Consultório 08	10,6
	3°	Cabine 04	4,1
	3°	Consultório 09	10,6
	3°	Cabine 02	4,1
	3°	Consultório 10	7,9
	3°	Cabine 01	4,1
	3°	Sala - atendimentos	49,7
	3°	Banheiro Masculino	13,8
	3°	D.T.I	29,6
	3°	Cabines de áudio	31,2
	3°	Consultório 11	9,3
	3°	Consultório 12	15,4
	3°	Consultório 13	15,4
	3°	Banheiro feminino	16,7
	3°	Corredores de circulação	531,9
1	subsolo	1000	96,1
	subsolo	1001	27
Pátio	área externa	s/n	135
Estacionamento	área externa	s/n	180

Tabela 2 - *Campus* Praça da Liberdade

Prédio num°	Andar	Ambiente	Área (m ²)
1	1°	DA - Do curso de Arquitetura	8,7
	1°	Banheiro masculino	19,7
	1°	Sala de aula	71
	1°	Sala de aula	63,9
	1°	Laboratório de Análises Clínicas	54,8
	1°	Laboratório de Morfologia II	46,2
	1°	Laboratório de Microbiologia I	75,2
	1°	Laboratório de Botânica	60,39
	1°	Laboratório de Física	69
	1°	Laboratório de Morfologia I	70,3
	1°	Laboratório de Microbiologia II	70,5
	1°	Sala dos Técnicos laboratoriais	28,7
	1°	Sala de Preparo e esterilização	23,1
	1°	Laboratório de Biologia Geral	69
	1°	Laboratório de Hidráulica e Elétrica	62,6
	1°	Banheiro Portadores de Nec. Esp.	7,7
	1°	Deposito de materiais de limpeza	3,5
	1°	Banheiro feminino	16,9
	1°	Lanchonete café e ideias II	28,5
	1°	Corredores de circulação	221

2º	Sala de aula	59,6
2º	Banheiro masculino	20,8
2º	Central de atendimento - alunos	107,5
2º	Sala de aula	62,8
2º	Sala de aula	62,8
2º	Sala de espera - Central de atendimento	20
2º	Sala dos Professores	62,7
2º	Secretaria das coordenações	36,7
2º	Sala de aula	61,3
2º	Sala dos Coordenadores	63,7
2º	Sala de aula	61,7
2º	Sala Multimídia I	106,9
2º	Sala do Núcleo Docente	23,9
2º	Banheiro feminino	20,9
2º	Lanchonete "café e ideias"	33,7
2º	Recepção Principal	36,9
2º	Corredor de circulação	199,8
3º	Central de Telefonia do campus	3,8
3º	Sala de aula	94,2
3º	Banheiro feminino	16,3
3º	Banheiro masculino	4
3º	Sala de aula	60,3
3º	Sala de aula	87,4
3º	Sala de aula	74,6
3º	Sala de aula	62,5
3º	Sala de aula	45,8
3º	Sala de aula	60,4
3º	Sala de aula	43
3º	Sala de aula	69,5
3º	Depósito de materiais de limpeza	2,5
3º	Gabinete do Instituto Teológico	15,1
3º	Sala de aula	62,5
3º	Recepção Instituto Teológico	8,4
3º	Sala de aula	72,8
3º	Sala de aula	31,1
3º	Corredor de circulação	223,2
4º	Banheiro feminino	16,6
4º	Banheiro masculino	20,9
4º	Sala de aula	44,3
4º	Sala de aula	73
4º	Sala de aula	50,6
4º	Sala de aula	77
4º	Sala de aula	72,8



4º	Sala de aula	54,5
4º	Sala de aula	91,9
4º	Sala de aula	53
4º	Sala de aula	49,8
4º	Sala de aula	74,4
4º	Sala de aula	47
4º	Sala de aula	46,8
4º	Sala de aula	47
4º	Sala de aula	46,8
4º	Corredor de circulação	200,5
1º	Banheiro feminino	21,1
1º	Banheiro masculino	21
1º	Biblioteca	754
1º	Sala da bibliotecária	16,1
1º	Sala de estudo individual-01 bibliot.	11,5
1º	Sala de estudo individual-02 bibliot.	11,6
1º	Sala de estudo individual-03 bibliot.	11,5
1º	Sala de Jogos educacionais- bibliot.	32, 6
1º	Lanchonete Le Café	19,5
1º	Corredor de circulação - hall	197
1º	Estruturação-Elétrica predial (manut.)	3,1
1º	Estruturação-REDE predial (manut.)	3,1
1º	Ventilação mecânica	3,1
2º	Laboratório de Informática 01	35,7
2º	Laboratório de Informática 02	46,6
2º	Laboratório de Informática 03	33,1
2º	Laboratório de Informática 04	50,8
2º	Laboratório de Informática 05	34
2º	Laboratório de Informática 06	29,5
2º	Sala de aula	72,6
2º	Sala de aula	59,7
2º	Sala de aula	71,4
2º	Depósito de material de limpeza	3,7
2º	Sala de aula	70,6
2º	Sala de aula	79,5
2º	Sala de aula	86,5
2º	Sala de aula	72,2
2º	Banheiro masculino	21
2º	Banheiro feminino	21
2º	Cozinha - Lanchonete- Le Café	45,6
2º	Reprografia - Cibercopy	40,3
2º	Estruturação-Elétrica predial (manut.)	3,1
2º	Estruturação-REDE predial (manut.)	3,1



3	2°	Ventilação mecânica	3,1	
	2°	Corredor de circulação	232	
	3°	Sala Multimídia II	73,3	
	3°	Laboratório de Informática 07	74,4	
	3°	Laboratório de Informática 08	70,3	
	3°	Sala de aula	72,6	
	3°	Sala de aula	61,5	
	3°	Sala de aula	71,4	
	3°	Depósito de materiais -comunicação	3,5	
	3°	Sala de aula	70,6	
	3°	Sala de aula	79,5	
	3°	Sala de aula	67,2	
	3°	Sala de aula	72,2	
	3°	Banheiro masculino	21	
	3°	Banheiro feminino	21	
	3°	Atelier de arquitetura	110	
	3°	Estruturação-Elétrica predial (manut.)	3,1	
	3°	Estruturação-REDE predial (manut.)	3,1	
	3°	Ventilação mecânica	3,1	
	3°	Corredor de circulação	244	
	4	1°	Sala de aula	57
		1°	Sala de aula	52,6
		1°	Sala de apoio pedagógico	14,3
		1°	Sala dos disciplinários	4,1
		1°	Hall de entrada	15,9
		2°	Banheiro masculino	8,4
		2°	Banheiro feminino	8,5
		2°	Sala de aula	62,2
		2°	Sala de aula	63,4
		2°	Sala de aula	71
2°		Sala de aula	62,1	
2°		Corredor de circulação	19,7	
3°		Banheiro masculino	8,4	
3°		Banheiro feminino	8,5	
3°		Sala de aula	62,2	
3°		Sala de aula	63,4	
3°		Sala de aula	71	
3°		Sala de aula	62,1	
3°	Corredor de circulação	19,7		
subsolo	Laboratório de materiais eng. Manip.	23,8		
subsolo	Laboratório de materiais engenharia	51,5		
subsolo	Laboratório de Nutrição experiment.	53,5		
subsolo	Almoxarifado administrativo.	36,5		

subsolo	Depósito do almoxarifado	17,9
subsolo	Guarda-volumes	25
subsolo	Vestiário masculino - piscina	37,1
subsolo	Vestiário feminino - piscina	40,1
subsolo	Corredor de circulação	33,7
1°	Praça de alimentação	331, 2
1°	Sala de Lutas	76,1
1°	Atelier de arquitetura	109
1°	Dispensa - Restaurante Brisk	9,9
1°	Restaurante Brisk	80,6
2°	Sala de aula	63,5
2°	Laboratório de química (Bromato)	67,8
2°	Sala de monitoramento - Segurança	12,6
2°	Sala de aula	83,2
2°	Sala de Preparo - labs. Saúde	19,3
2°	Laboratório de Nutrição experimental	19,3
2°	Laboratório de Práticas Clínicas	74,4
2°	Sala Multimídia IV	117,3
2°	Lanchonete Ideal Lanches	8,4
2°	Laboratório de Práticas Clínicas II	53,2
2°	Dispensa lanchonete Ideal Lanches	3,7
2°	Banheiro Feminino	21,9
2°	Banheiro Masculino	21,8
2°	Corredor de circulação	107,5
3°	Sala de aula	63,5
3°	Sala de aula	67,8
3°	Depósito de materiais de Limpeza	3,1
3°	Sala de aula	32,6
3°	Sala de aula	57,5
3°	Sala de aula	49,5
3°	Sala de aula	64,8
3°	Sala de aula	34,7
3°	Sala de aula	37,6
3°	Departamento de Tecnologia - D.T.I	41
3°	Sala do servidor de informações	8,1
3°	Sala de aula	53,2
3°	Refeitório de Funcionários	20,2
3°	Estruturação-REDE predial (manut.)	3,7
3°	Vestiário de funcionários - Feminino	21,9
3°	Vestiário de funcionários - Masculino	21,8
3°	Corredor de circulação	90,4
1°	Banheiro de Professores	14,8
1°	Sala da diretoria	17,9

1º	Sala coordenação pedagógica	16,8
1º	Pastoral	24,6
1º	Depósito de materiais escolares	15,5
1º	Secretaria	15,7
1º	Depósito de materiais de limpeza	6,5
1º	Sala de aula	50,4
1º	Biblioteca	65,5
1º	Sala atendimento-alunos	13
1º	Mini-copa	8,5
1º	Sala de Professores	31,3
1º	Banheiro feminino	10,1
1º	Refeitório	107,5
1º	Banheiro Masculino	10,1
1º	Sala de aula - infantil	43
1º	Sala de artes - infantil	40,2
1º	Corredor de circulação	156,8
2º	Sala de aula	37,9
2º	Depósito de materiais	5,5
2º	Sala de aula	41,2
2º	Sala de aula	39,1
2º	Sala de aula	50,4
2º	Sala de aula	40
2º	Sala de monitores-tutoria	13,2
2º	Sala de aula	38,9
2º	Sala Multimídia V	37,7
2º	Sala de aula	38,3
2º	Sala de aula	37,7
2º	Sala de aula	36,9
2º	Sala do Integral	40,6
2º	Sala de Jogoteca	33,9
2º	Banheiro masculino	17
2º	Banheiro feminino	22
2º	Corredor de circulação	111,6
1º	Casa de Cuidados	10,5
1º	Laboratório de Música I - (apoio)	10,8
1º	Laboratório de Música II	34,1
1º	Laboratório de Música III	85,3
1º	Laboratório de Música IV	39,9
1º	Corredor de circulação	11,2
2º	Atelier - arquitetura / engenharia	104
2º	Atelier - arquitetura / engenharia	84
2º	Sala de desenho - arquitetura / engenharia	63,9
2º	Laboratório de informática - comunicação	32

7	2º	Laboratório de Foto e Áudio - comunic.	37,8
	2º	Agência experimental - comunicação	4,1
	1º	Atelier - arquitetura / engenharia	140
	1º	Atelier - arquitetura / engenharia	140
	1º	Atelier - arquitetura / engenharia	143
	1º	Depósito de Instrumentos -arquit.	2,8
	2º	Atelier - arquitetura / engenharia	61, 2
	3º	Auditório - (Capela Verda Farrar)	389
	3º	Secretaria - Capela	11,3
	3º	Sala I - Reuniões	8,5
	3º	Banheiro	1,7
	3º	Copa	13,5
	3º	Sala II - Instrumentos Musicais	12
	8 (teatro)	1º	Corredor
1º		Laboratório de Anatomia I	67,9
1º		Laboratório de Anatomia II	69,9
1º		Acervo - Anatomia	27,3
2º		Administração-Teatro	16,3
2º		Foyer	61,4
2º		Banheiro - masculino	10,8
2º		Banheiro - Feminino	11,8
2º		Plateia	192
2º		Banheiro - palco	1,6
3º		Corredor	23,6
3º		Mesanino - plateia	101
3º		Cabine de áudio - Imagem	7,9
3º		Camarim 01	11,2
9 (NPJURIH)	3º	Camarim 02	15,4
	1º	Arquivo de documentos - Registro	26,7
	1º	Secretaria - Reitoria	5,6
	1º	Reitoria	11,2
	1º	Administração de <i>Campus</i>	16,6
	1º	Depósito de materiais - piscina	4,7
	1º	Sala - Pró-reitoria adm.	9,2
	1º	Depósito de materiais - limpeza	3,2
	1º	Setor da comunicação	23,9
	1º	Sala de reuniões	8,1
	1º	Sala de atendimento jurídico 01 - (alunos)	4,2
	1º	Sala de atendimento jurídico 02 - (alunos)	6,3
	1º	Sala de atendimento jurídico 03 - (alunos)	4,4
	1º	Recepção – NPJURIH e NPA	12,5
1º	Sala de atendimento jurídico 06 - (alunos)	5,7	
1º	Sala de atendimento jurídico 05 - (alunos)	5,7	

10 (NPA)	1º	Sala de atendimento jurídico 07 - (alunos)	11,8
	1º	Laboratório de informática - Direito	22,5
	1º	Arquivo de documentos - Direito	5,7
	1º	Sala de atendimento jurídico 04 - (alunos)	7,3
	1º	Setor de Recursos Humanos	19,9
	1º	Banheiro adaptado p/ Portadores de N.E.	3,4
	1º	Banheiro masculino	2,7
	1º	Depósito de Materiais - Comunicação	5
	1º	Gabinete - Jurídico	15,5
	1º	Setor de compras / Financeiro	22,5
	2º	Corredor	7,3
	2º	Setor de Bolsas	26,4
	2º	Relações Internacionais	6,5
	2º	Editora Metodista	5,7
	1º	Sala de atendimento psicológico 01 – (alunos)	8,1
1º	Sala de atendimento psicológico 02 – (alunos)	8,1	
1º	Sala de atendimento psicológico 03 – (alunos)	6,3	
1º	Sala de atendimento psicológico 04 – (alunos)	14,2	
1º	Sala de ludoterapia – (alunos)	14,2	
Piscina		Piscina	312,5
Sala de dança		Sala de dança	108,9

Tabela 3 - Campus Venda Nova

Prédio numº	Andar	Ambiente	Área (m²)
1	1º	Sala Multimídia	58,7
	1º	Sala de aula	37,7
	1º	CAE- FINANCEIRO	20,1
	1º	Sala dos Professores	40,8
	1º	Adm. de campus	16,3
	1º	Sala de aula	42,3
	1º	Sala de aula	42,3
	1º	Sala de aula	42,2
	1º	Sala de aula	42,2
	1º	Banheiro masculino	10,7
	1º	Banheiro feminino	10,7
	1º	Corredores de circulação	80
	2º	Sala de aula	37,7
	2º	Sala de aula	37,7
	2º	Sala de aula	40,8
	2º	Sala de aula	40,8
	2º	Área para Notebook	16,3
	2º	DTI	16,3
	2º	Sala de aula	42,3
	2º	Sala de aula	42,3



CASA -P2	2º	Sala de aula	42,1
	2º	Sala de aula	42,1
	2º	Banheiro masculino	10,7
	2º	Banheiro feminino	10,7
	2º	Corredores de circulação	62,7
	3º	Sala de aula	58,6
	3º	Sala de aula	58,6
	3º	Sala de aula	58,6
	3º	Sala de aula	58,6
	3º	Sala de aula	63,6
	3º	Sala de aula	63,6
	3º	Banheiro masculino	10,7
	3º	Banheiro feminino	10,7
	3º	Corredor de circulação	62,7
	1º	Atual Biblioteca	113
CAPELA	1º	Cantina terceirizada	10,9
	1º	Empresa terceirizada - xerox	8,7
	1º	Corredor - circulação	8,9
	2º	Sala da PMMG	5,4
	2º	Recepção	5,4
	2º	Sala de atendimento 01	11
	2º	Cozinha - lanchonete	9,8
	2º	Sala de atendimento 02	3,7
	2º	Sala de atendimento 03	6,9
	2º	Arquivo NPJURIH	3,7
	2º	Banheiro	3
	2º	Sala de atendimento - coordenação	3,5
	2º	Corredores de circulação	18,7
	3º	Vestiário masc. - almoxarif.	9,7
	3º	Cozinha funcionários	9,5
	3º	Banheiro Masculino - funcionários	4,5
	3º	Banheiro feminino - funcionários	4,5
3º	Vestiário feminino	11,4	
3º	Corredor de circulação	7,6	

9.2 Infraestrutura acadêmica

O Centro Universitário investe, de forma contínua, no aprimoramento e otimização da infraestrutura necessária para qualificar as disciplinas semipresenciais. Ciente de que parte dos(as) estudantes não possuem computadores com acesso à internet em sua residência, são disponibilizados laboratórios de informática todos os dias, das 7h às 22h40. Além do fácil acesso, o corpo discente conta no mesmo período com suporte técnico junto aos laboratórios de informática organizado pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).

O suporte técnico não se restringe aos(as) estudantes. O corpo docente encontra, das 8 às 12 horas e das 17 às 22 horas, integrantes da equipe do DTI na sala dos professores. O objetivo é acompanhar de perto as principais dúvidas que porventura podem surgir, bem como qualificar a relação docente-discente dentro dos ambientes virtuais de aprendizagem utilizados por todos os cursos superiores. Além do suporte técnico, os(as) professores(as) podem recorrer ao setor de Educação a Distância (EAD) durante a semana para solicitar um apoio para criar videoaulas e até criar um ambiente virtual de aprendizagem próprio.

Outra iniciativa que permitiu, desde 2007, o acesso às disciplinas semipresenciais foi a instalação de equipamentos que permitam o acesso à internet em qualquer parte do *campus* via *wi-fi*. A partir de uma senha individual, passada para todos(as) estudantes e docentes no início do semestre, tornou-se possível a navegabilidade sem a necessidade de cabos ou uso de laboratórios de informática. A perspectiva institucional é ampliar a banda dentro do *campus* para agilizar e ampliar o acesso da comunidade acadêmica às disciplinas semipresenciais.

O *campus* Praça da Liberdade dispõe de 3 salas multimídia com capacidade para mais de 240 pessoas. Nelas há recursos que vão desde a conexão à rede e a internet, como o projetor *datashow* e equipamentos de som. Estas salas podem ser agendadas previamente pelo sistema de reservas de salas. Além das salas multimídia, o *campus* Praça da Liberdade conta com: 18 projetores *Datashow*, notebooks e projetores de slides, 14 Tv's de 29 polegadas, 1 Tv de 32 polegadas e 13 Tv's de 20 polegadas, 2 microfones sem fio, 5 microfones com fio, 3 mesas de som completa, 3 amplificadores, 1 caixa de som para PC, 4 aparelhos de som com CD player e 03 aparelhos de DVD's além de 12 receptores de televisão que também podem ser agendados pelos(as) professores(as).

9.2.1 Relação equipamento/aluno/curso

O Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix realiza, a cada final de semestre, uma avaliação da estrutura física e dos equipamentos dos laboratórios de cada curso de graduação. A intenção é analisar a necessidade de ampliar e/ou modernizar os equipamentos. Para definir a necessidade de infraestrutura de cada laboratório, a instituição leva em conta os critérios de qualidade definidos pelo Ministério da Educação (MEC) para cada área. É com a relação de quantidades mínima e máxima de alunos(as) em cada disciplina laboratorial, aliada ao fôlego econômico do Izabela Hendrix que são estabelecidas as compras de equipamentos e melhoria na infraestrutura.

Como instituição filantrópica de caráter confessional, o Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix tem uma projeção econômica segura para garantir a criação de novos cursos e, conseqüentemente, novos laboratórios. É importante salientar que cada centavo pago pelos(as) estudantes nas mensalidades é revertido para melhoria da infraestrutura, atendendo as necessidades de cada curso superior, seja antigo, recém-criado ou projeto para ser implantado no decorrer deste PDI.

9.2.2 Sistemas de Informação e informatização

Ao fazer parte da Rede Metodista de Educação, o Instituto Metodista Izabela Hendrix tem a sua área tecnológica envolvida no processo de gestão das estratégias tecnológicas das instituições metodistas.

Ao unir forças, as instituições metodistas direcionam de forma conjunta, o desenvolvimento, a implantação e a promoção de atividades conjuntas, de modo a fomentar uma progressiva otimização de recursos e esforços comuns às instituições da Rede Metodista de Educação. Com isso há a redução de custos na aquisição de materiais, equipamentos e *softwares*, agilização de processos administrativos e acadêmicos, e conseqüentemente um implemento na capacidade de gestão da própria instituição e de toda rede.

Como ações desse processo de integração, podemos citar o oferecimento do processo seletivo unificado comum a todas as instituições de ensino da Rede Metodista de Educação, a unificação do sistema acadêmico e de gestão administrativa além das compras conjuntas para aquisição de computadores e *softwares*.

9.2.3 Dos sistemas acadêmicos e administrativos

O Departamento de Tecnologia e Informação (DTI) é responsável pela articulação estratégica e inovação na tecnologia da informação, tanto na academia quanto na gestão institucional. Tem como objetivo principal prover e promover ambientes de qualidade. Para a concretização desse objetivo, a área ajuda a definir, desenvolver, implantar, promover e manter uma estrutura de tecnologia e informação inovadora.

Desde o segundo semestre de 2009, trabalhamos com o sistema acadêmico e financeiro: LOGOS. Junto com ele, temos a oportunidade de usar uma nova plataforma na EaD, o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (AVA). Ambos foram desenvolvidos pela Universidade Metodista de São Paulo, eles são interligados e portanto, mesmo os docentes que não usam disciplinas EaD podem utilizar o ambiente para inserir materiais e trocar informações com estudantes de forma *on-line*.

O AVA é um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), entre alunos e professores. No AVA, o aluno pode ler o Plano de Ensino das disciplinas/módulos, fazer o *download* de materiais didáticos em formato digital postado pelos professores, ver o cronograma e descrição das aulas e avaliações, enviar tarefas, participar de fóruns e *chats* (quando solicitadas pelos professores), acompanhar o aproveitamento nas atividades e avaliações realizadas, trocar mensagens com os docentes e com a sua turma.

É possível acessar o sistema AVA através dos seguintes browsers: *Internet Explorer* versão 6.0 e 7.0, *Mozilla FireFox* (PC e Mac), *Google Chrome* e *Safari 2.0* (PC e Mac). O layout da “página” do sistema está com a visualização de vídeo 1024x768.

Para acessar o AVA, entre na página www.izabelahendrix.edu.br, clique em ÁREA DO ALUNO e em seguida no botão AVA.

A DTI vem trabalhando junto à rede metodista para atender as diversas situações de apoio e manutenção, além de envolver um conjunto de atividades e ferramentas tecnológicas diferentes para os usuários, tanto acadêmicos como técnico-administrativos, possam realizar de maneira satisfatória o seu trabalho.

O conceito de ambientes digitais de aprendizagem, tais como, salas multimídia, laboratórios de informática, ambientes de produção digital entre outros, providos de aplicativos específicos para as diversas áreas de conhecimento estão presente em toda a instituição. O ambiente de colaboração,

as redes sociais e a mobilidade são áreas que estão crescendo em sua aplicação à Educação, criando novas mobilidades de aprendizagem simultaneamente síncrona e a assíncrona (aprendizagem mista).

9.2.4 Integração dos Campi

Os *campi* Praça da Liberdade e Nova Lima estão interligados através de rede de dados, para compartilhamento de informações, acesso a internet, impressões e acervo das bibliotecas, assim como a parte de telefonia. À medida que os processos tecnológicos avançarem no Brasil, o Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix estará aproximando seus *campi* da realidade do mercado. É com esta iniciativa que a instituição pretende formar profissionais que não saiam do ensino superior alheios à realidade, tampouco em defasagem com as novidades que porventura surgirem na área que está sendo estudada.

9.2.5 Internet

Atualmente o Izabela Hendrix conta com dois “*links*” diferenciados de acesso à internet. O primeiro atende a infraestrutura administrativa e quando necessário à rede acadêmica, passando por todos os controles internos de certificação e segurança. O segundo acesso baseado em um *link* extra e externo tem o objetivo de prover acesso de qualidade de acordo com as necessidades do corpo docente e discente.

A introdução de conceitos de governanças tecnológica na forma de manter e operar a infraestrutura tecnológica da instituição é viabilizado pela utilização de múltiplas ferramentas de gestão tecnológica especializadas, tais como ferramentas de monitoramento, alerta e bloqueio; softwares diagnósticos e aplicativos de gestão. A questão de segurança é prioridade em qualquer ambiente tecnológico, portanto são utilizadas ferramentas de proteção contra vírus.

A estrutura da rede *Wireless* que inicialmente não possuía nenhum método de autenticação e controle, em janeiro de 2010 foi implantado um portal de autenticação, que garante aos alunos e docentes da instituição acesso de qualidade e permite a gestão dos recursos. Assim, a rede *wireless* já possibilita dentro das salas de aula acesso de qualidade, possibilitando o uso de equipamentos portáteis pessoais e assim criando mais uma opção de uso além dos laboratórios de informática. Está sendo trabalhado um projeto de atualização das antenas de acesso a rede *Wireless* que aumentarão a

velocidade do sinal e possibilitarão um maior número de acessos simultâneos sem perder a qualidade na transferência de dados.

9.2.6 Biblioteca

As bibliotecas do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix são entendidas como ponto fundamental para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo consideradas como parte integrante dos Projetos Pedagógicos e Acadêmicos da Instituição.

A partir deste entendimento, no Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix as suas Bibliotecas refletem os objetivos e os princípios da própria Instituição, especialmente como um dos indicadores do padrão de excelência que deseja alcançar em todas as atividades que desenvolve.

A Biblioteca possibilita o acesso da comunidade aos bens culturais gratuitamente. Dentro da Biblioteca há computadores ligados à internet para assistir aos usuários cadastrados que não têm acesso à rede em casa e não têm tempo de acessá-la durante a semana, rede *wireless* e espaços físicos apropriados para uso de notebooks e afins.

A Biblioteca do campus Central do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, denominada Biblioteca Zula Terry, ocupa uma área de 1.220m², distribuídos entre o acervo, áreas de leitura, setor de processamento técnico, setor de empréstimos, guarda-volumes, cabines de estudos individuais, escada, elevadores, banheiros, área de exposições, entre outros espaços. O espaço de estudos individuais possui 29 cabines com uma cadeira em cada uma. Conta ainda com três salas de estudo em grupo, com seis mesas e 32 cadeiras, totalizando uma área de 34,6 m². Possui também nove computadores, dos quais cinco para o balcão de atendimento, dois para consulta do acervo e dois para processamento técnico. Recentemente foi inaugurado um salão de jogos que atende aos estudantes e professores na orientação aos trabalhos acadêmicos.

A rede de bibliotecas possui ainda 02 impressoras, sendo uma Lexmark X646r laser, uma impressora Bematech e 05 aparelhos de biometria Hamster DX, três na unidade Praça da Liberdade.

Toda a biblioteca possui circuito interno de filmagem e o acervo é todo processado com sistema antifurto, possuindo uma Antena de Antifurto na saída do acervo para segurança do mesmo.

9.2.6.1 Acervo por área do conhecimento

O acervo, composto de livros, periódicos, folhetos, apostilas, mapas, filmes didáticos, fitas de vídeo, slides, monografias, teses, e vários materiais de referência compatível com as necessidades dos usuários, dando o suporte necessário ao cumprimento dos objetivos dos cursos oferecidos pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix.

O acervo bibliográfico é atualizado constantemente por indicação dos(as) coordenadores(as) ou por solicitação de dirigentes e alunos(as) em razão de novas edições ou para atualização dos temas estudados, além da aquisição sistemática de publicações destinadas a subsidiarem os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelo Centro nas diversas áreas do conhecimento humano.

O(A) pesquisador(a), frequentador da biblioteca, depara-se com acervos especiais constituídos de exemplares de livros nacionais e estrangeiros. Esses acervos foram adquiridos de colecionadores(as) que selecionaram, ao longo dos tempos, obras raras de diversas áreas, para formar suas bibliotecas individuais.

Pode-se referenciar os acervos da arquiteta Suzy de Melo constituído de obras sobre a arte dos grandes mestres nacionais e estrangeiros; a coleção de Mercês Bittencourt que apresenta, também, entre outras, obras raras que tratam de arte no Brasil e no exterior e por último, o acervo de Ulysses de Oliveira Panisset, que é formado por obras de valor inestimável de várias áreas, tais como Sociologia, Filosofia, Religião e Pedagogia. A composição do acervo do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix segue os seguintes dados:

Tabela 4 – Livros

ÁREAS	Nº DE TÍTULOS	Nº DE EXEMPLARES
Ciências Exatas e da Terra	1922	6222
Ciências Biológicas	2021	4140
Engenharias	1443	4328
Ciências da Saúde	2611	8360
Ciências Agrárias	271	452
Ciências Sociais Aplicadas	10860	29021
Ciências Humanas	14491	25097
Linguística, Letras e Artes	9378	13824
Outros	9409	10555
Total	52406	101999

Tabela 5 - Periódicos (número de assinaturas)

ÁREAS	ÁSSINATURAS		
	COMPRA	DOAÇÃO	ONLINE
Ciências Exatas e da Terra	6		22
Ciências Biológicas	38	2	42
Engenharias	28	3	26
Ciências da Saúde	87	2	114
Ciências Agrárias	2		39
Ciências Sociais Aplicadas	198	6	43
Ciências Humanas	101	2	97
Linguística, Letras e Artes	15		15
Total	475	15	398

9.2.6.2 - Cronograma de Expansão do Acervo Bibliográfico (Livros) para o Quinquênio

Tabela 6 - Cronograma de Expansão do Acervo Bibliográfico (Livros)

ÁREAS	2017	2018	2019	2020	2021	
	TÍTULOS (T)	TÍTULOS (T)	TÍTULOS (T)	TÍTULOS (T)	TÍTULOS (T)	
	EXEMPLARES (E)	EXEMPLARES (E)	EXEMPLARES (E)	EXEMPLARES (E)	EXEMPLARES (E)	
Ciências Exatas e da terra	20	20	20	20	20	T
	60	60	60	60	60	E
Ciências Biológicas	20	20	20	20	20	T
	60	60	60	60	60	E
Engenharias	120	60	60	60	60	T
	480	240	240	240	240	E
Ciências da Saúde	80	80	80	80	80	T
	320	320	320	320	320	E

Ciências Agrárias	05	05	05	05	05	T
	15	15	15	15	15	E
Ciências Sociais Aplicadas	120	100	120	100	120	T
	720	600	720	600	720	E
Ciências Humanas	50	50	50	50	50	T
	200	200	200	200	200	E
Linguística, Letras e Artes	50	50	50	50	50	T
	200	200	200	200	200	E
Total	465	390	465	390	465	T
	1815	1495	1815	1495	1815	E

9.2.6.3 Aquisição de Acervo diverso para o Quinquênio

A projeção de aquisição de assinaturas de jornais, periódicos específicos, vídeos, DVD's, CD's, Base de dados e outros materiais especiais serão de acordo com a demanda dos cursos.

9.2.6.4 Formas de acesso, atualização e expansão do acervo

O acervo é arrumado e organizado de modo ordenado, utilizando os padrões e formatos nacionais e internacionais de descrição bibliográfica. As publicações são organizadas segundo o número de chamada existente no dorso do livro, em ordem decimal crescente. O número de chamada é composto pelo número de classificação (Código de Classificação Decimal Universal), que representa o assunto do livro, mais as três primeiras letras do sobrenome do autor, as três primeiras letras do título do livro e a edição do livro. Além do acervo físico, nossos usuários podem acessar, através da nossa página na *web*, a Biblioteca Digital (repositório com todos os periódicos *online* por área, bibliotecas de dissertações e teses, bases de dados por área, jornais, *ebooks*, dicionários, enciclopédias e outros), solicitar o serviço de Comutação Bibliográfica (COMUT), BIREME e o Empréstimo entre Bibliotecas (EEB) das instituições de que somos parceiras.

O usuário tem livre acesso as estantes, que são posicionadas de forma a permitir a mobilidade, a locomoção e o conforto. Os aparelhos e equipamentos eletrônicos, assim como os *softwares*, as bases de dados, e outros programas têm manutenção e atualização constante, tendo em vista que o acesso à tecnologia de ponta é um diferencial na busca da informação.

O acervo encontra-se informatizado, utilizando o *software* desenvolvido pela Contemporary, o Biblioteca Nativa – BNWEB, via browser, que permite uma interligação em tempo real de todas as rotinas da biblioteca. As principais rotinas do sistema são: controle de aquisição, controle do acervo, balcão de empréstimo, controle de vocabulário, módulo MEC, módulo autoempréstimo, módulo Portal do usuário (consulta, reserva, renovação e alertas por e-mail) e a Rede Compartilhar Brasil (pré-catalogação *online*). O BNWEB permite ainda o controle de identificação dos usuários pelo sistema de Biometria. Através deste recurso o sistema de empréstimo se torna mais ágil e eficiente nas rotinas do balcão, além de trazer conforto aos usuários que não precisam apresentar a carteirinha da biblioteca ou o documento com foto, já que sua impressão digital será sua identificação na biblioteca. Outra característica importante do BNWEB é seu portal de consulta, em que os usuários visualizam as capas dos livros pesquisados e conseguem ler comentários dos professores sobre o livro em questão. Ainda no módulo portal, o usuário pode acessar seu histórico de empréstimo e fazer sua renovação ou reserva *on-line*.

9.2.6.5 Horário de funcionamento

Pronta para atender estudantes de todos os *campi*, em virtude da sua localização privilegiada, a Biblioteca do *campus* Praça da Liberdade fica aberta das 6 horas às 23 horas de segunda a sexta-feira e no sábado de 7 horas às 17 horas.

9.2.6.6 Serviços oferecidos

Com intuito de acompanhar o desenvolvimento da sociedade, as Bibliotecas do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix estão em constante processo de modernização e ampliação dos seus serviços de atendimento ao(à) estudante. As Bibliotecas contam com um sistema onde nossos usuários já desfrutam da comodidade de reservar/renovar pela Internet, consultam seu histórico de empréstimo, visualizam as capas e comentários dos livros, recebem alertas por e-mail e dispõem de

outras ferramentas de busca no portal. As Bibliotecas se encontram interligadas em redes e sistemas *online*, oferecendo os seguintes serviços:

- a) formação e desenvolvimento de coleções (identificação, seleção, aquisição, intercâmbio e descarte de material bibliográfico);
- b) controle do seu acervo bibliográfico (representação descritiva e descrição temática ou classificação, conservação e manutenção do acervo);
- c) prestação de serviços de informação, documentação e comunicação aos seus usuários, incluindo serviços tradicionais de consulta em livros e periódicos, empréstimos de material bibliográfico e serviços de tecnologias avançadas, como correio eletrônico, acesso a banco de dados remoto e/ou CD-ROM.

Estes serviços, do ponto de vista sistêmico, são executados pelas Bibliotecas de forma dinâmica, ajustados aos objetivos, programas e atividades de ensino, pesquisa e extensão do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix e integrados aos demais sistemas de informação, documentação e comunicação disponíveis na própria Instituição ou em outras organizações em redes e sistemas regionais, nacionais e internacionais de intercâmbio técnico, científico e cultural. Além dos serviços acima especificados, as Bibliotecas dispõem de outros serviços aos seus usuários, a saber:

- normatização de trabalhos;
- comutação bibliográfica;
- acesso à base de dados;
- empréstimo de material bibliográfico;
- serviços de extensão à comunidade em geral;
- empréstimos domiciliares;
- comutação Bibliográfica entre Bibliotecas (COMUT);
- indexação de assuntos de artigos de periódicos;
- empréstimo entre bibliotecas;
- reprografia de fácil acesso ao(à) estudante;
- ambiente com internet Wirelles;

- orientação para pesquisa em bibliotecas virtuais;
- pesquisa bibliográfica;
- projeto “Conheça a Biblioteca” – visitas orientadas e treinamento de usuários;
- orientação de como utilizar as normas da ABNT para trabalhos acadêmicos;
- biblioteca digital: sumário eletrônico de periódicos por curso, base de dados, e-books, jornais, teses e monografias, dicionários e afins;
- hemeroteca;
- sala de jogos acadêmicos;
- sistema biométrico (garantindo mais segurança ao usuário);
- espaço destinado à exposição de obras nacionais e internacionais.

Atualmente as Bibliotecas contam com um(a) Bibliotecário(a), responsável pela coordenação dos serviços técnicos e administrativos especializados e com auxiliares de Biblioteca para a execução dos trabalhos técnicos e administrativos de atendimento aos usuários, seja no *campus* Praça da Liberdade. A Biblioteca também tem uma relação direta com as coordenações de cursos de determinada forma que as discussões sobre a atualização e ampliação do acervo fazem parte do cotidiano institucional.

10 ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA

A porcentagem de alunos(as) que apresentam necessidades educacionais especiais é pequena nas Instituições de Ensino Superior, mas poderá vir a aumentar em decorrência das grandes mudanças nas políticas públicas de educação inclusiva, com a demanda crescente por profissionais com necessidades especiais qualificados(as) por parte de empresas para atender a Lei nº. 8.213/91, que estipula uma cota de 2% de empregados(as) com necessidades especiais quando a empresa tem até 100 funcionários(as). Quando este número é de 1000 empregados, a cota mínima para pessoas com necessidades especiais sobe para 5%. (BRASIL, 1991). O Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix se compromete perante o Ministério da Educação e a sociedade em cumprir com:

- a Portaria Ministerial nº. 3.284, de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições; (BRASIL, 2003)
- o Decreto nº. 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que em seu art. 24, estabelece as condições de acesso e utilização de ambientes para portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida nos estabelecimentos de ensino e no art. 25 regulamenta a guarda de vagas nos estacionamentos para veículos que transportem pessoa portadora de deficiência física ou visual; (BRASIL, 2004)
- o Decreto nº. 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. (BRASIL, 2006)

10.1 Plano de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário, imediato e diferenciado para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços e tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e atendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, segundo a Norma ABNT 9050 de 2004.

Tradicional instituição de ensino de Belo Horizonte, o Izabela Hendrix sempre primou pela inserção de pessoas provenientes de classes sociais marginalizadas e/ou com necessidades especiais na educação, oferecendo plena acessibilidade a comunidade, assegurando deslocamentos de quem necessita, levando em conta a complexidade do espaço e das atividades nele desenvolvidas. Desta forma, mesmo nas edificações levantadas há mais de 50 anos, época que a legislação sobre acessibilidade ainda caminhava a passos lentos, há rampas de acesso para estudantes ou elevadores que chegam a todos os andares.

10.2 Acessibilidade nas edificações

O *Campus* Praça da Liberdade é constituído por sete prédios e um teatro dispostos ao redor de um conjunto de pátios compostos por cantinas, quadras e áreas de convívio. Os pátios não oferecem

obstáculos aos portadores de necessidades especiais e são integrados a partir de rampas. Neste conjunto, os prédios 1, 2, 4 e 5 possuem banheiros acessíveis. Os banheiros dos outros prédios estão em fase de adequação. Com exceção dos prédios 6 e 7, com acesso através de rampas, todos os demais possuem elevadores. Vale destacar que os passeios que dão acesso às portarias são servidos de rampas.

A entrada no Campus para o aluno cadeirante se dá pelo portão da Rua Alvarenga Peixoto. Esse portão dá acesso direto aos prédios 2, 3 e 4, e aos pátios que se integram aos demais prédios. A partir do prédio 2, o aluno com dificuldade de locomoção terá também acesso ao prédio 1. Juntos, os prédios 1 e 2 reúnem o maior número de salas de aula e de espaços de grande importância para a vida acadêmica como a Central de Atendimento ao Estudante, Biblioteca, Laboratórios de informática, Salas com recursos de projeção e multimídia e ainda uma copiadora.

Existem ainda rampas de acesso ao Teatro, na Rua da Bahia, uma rampa de acesso ao prédio 5, destinado à educação infantil, na Rua Espírito Santo, e uma rampa de acesso ao Núcleo de Práticas Jurídicas, também na Rua Espírito Santo.

10.3 Acessibilidade no Processo Seletivo

O candidato com deficiência conta com todo o apoio pedagógico no vestibular. A instituição oferece recursos como: fiscal leitor, prova em braile e acompanhamento para cadeirantes.

10.4 Sinalização tátil

A Instituição deu início a sinalização tátil, a instalação de diretórios em braile e mapas táteis.

10.5 Programa de Difusão de LIBRAS

Criação de um Programa para divulgar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), promovendo a capacitação da comunidade interna (docentes, alunos e funcionários) e da comunidade externa (empresas, ONGs, escolas) para a sua utilização no convívio com pessoas surdas.

11 DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O equilíbrio pretendido entre a atividade humana e o desenvolvimento da educação centrado em suas bases sociais e ambientais exige uma repartição de responsabilidades equitativas e claramente definidas com relação ao consumo e ao comportamento face aos recursos financeiros e materiais existentes. Isto implica a integração de vários fatores na formulação e implementação das políticas econômicas, sociais e setoriais, nas decisões das autoridades públicas, na operação e desenvolvimento dos processos de produção e nos comportamentos e escolhas individuais. Implica igualmente a existência de um diálogo real e a pactuação de ações de parceiros que podem ter prioridades de curto prazo diferentes. Portanto, tal diálogo terá de ser apoiado por informação objetiva e crível.

A palavra sustentabilidade reflete políticas e estratégias de desenvolvimento econômico e social contínuo, sem prejuízo do ambiente e dos recursos naturais. O desafio da sustentabilidade das instituições de ensino exige implementação de metodologias de planejamento, com interface direta com a matriz pedagógica. Com base nos argumentos apresentados, avalia-se que a sustentabilidade financeira da instituição está seguindo um planejamento metódico de forma que possam atingir seus objetivos traçados.

A gestão econômico-financeira da instituição se dá através de elaboração do orçamento econômico anual. A construção do orçamento do ano seguinte ocorre entre os meses de outubro e novembro do ano anterior. Todos os colegiados constituídos participam da elaboração do orçamento de seu curso por meio de seus coordenadores de Núcleos. A cada um deles é apresentado o orçamento do ano em vigor e o seu desempenho (aplicações e restrições). Cada colegiado é desafiado a compor um orçamento que atenda as necessidades e projeções de crescimento dos cursos e garantam os indicadores de qualidade.

A Pró-Reitoria e Gerência Administrativa Financeira acompanham cada colegiado objetivando assim subsidiar a elaboração de um orçamento equilibrado e em consonância com as condições econômicas da instituição. Os controles econômicos, financeiros e fiscais são realizados à luz da legislação vigente e aditados periodicamente por empresa de auditoria independente, o que garante constante revisão de normas, rotinas e documentação. A evolução do número de alunos(as) está atrelada a vários fatores institucionais. O comportamento do mercado, metas governamentais em educação, premissas econômicas, novas tecnologias e novas tendências profissionais bem como a determinação em oferecer cursos com metodologias didático pedagógicas atuais, infraestrutura

moderna, corpo docente qualificado e custos acessíveis fazem o Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix uma opção de qualidade em Ensino Superior em nível nacional.

12 PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

<i>Descrição da Conta / Ano</i>	2017	2018	2019	2020	2021
Receita de Ensino	53.924	59.843	62.835	65.977	69.276
Deduções da Receita de Ensino	(12.290)	(16.099)	(16.904)	(17.749)	(18.637)
Administrativa	371	531	558	586	615
Receita Operacional	42.005	44.275	46.489	48.813	51.254
Despesas com Pessoal e Encargos	(28.521)	(30.012)	(31.513)	(33.088)	(34.743)
Material de Consumo	40	(225)	(236)	(248)	(260)
Manutenção e Conservação	(174)	(675)	(708)	(744)	(781)
Utilidades e Serviços	(2.149)	(1.492)	(1.567)	(1.645)	(1.728)
Administrativas	(1.872)	(2.326)	(2.442)	(2.564)	(2.692)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.155)	(4.718)	(4.954)	(5.201)	(5.461)
Depreciação	(2.328)	(2.671)	(2.805)	(2.945)	(3.092)
Provisões	(3.399)	(5.466)	(5.740)	(6.027)	(6.328)
Despesas Operacionais	(38.402)	(42.867)	(45.011)	(47.261)	(49.624)
Resultado Operacional	3.603	1.408	1.478	1.552	1.629
Acervo de Biblioteca	(396)	(155)	(163)	(171)	(179)
Laboratórios	(216)	(84)	(89)	(93)	(98)
Benfeitorias	(216)	(84)	(89)	(93)	(98)
Imobilizações	(432)	(169)	(177)	(186)	(196)

Atividades de Pesquisa	(360)	(141)	(148)	(155)	(163)
Total de Investimentos	(1.621)	(633)	(665)	(698)	(733)
Resultado Final	1.982	774	813	854	896

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 8213 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 24 jul.1991. Disponível em: <<http://www.unirio.br/propg/extensao/planoed.doc>>. Acesso em: 18 mar. 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 23 dez.1996.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 09 jan.2001. Disponível em: <<http://www.unirio.br/propg/extensao/planoed.doc>>. Acesso em: 18 mar. 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n.10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 14 abr. 2004. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 18 mar. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Belém: Basa, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto n. 5296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. . **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 2 dez. 2004. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em; 18 mar. 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto n. 5.273 de 16 de novembro de 2004.-Altera os arts. 3º, 4º, 15 e 18 do Decreto nº 4.773, de 7 de julho de 2003, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 16 nov. 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto n. 6.412, de 25 de março de 2008. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 25 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Gerais para o Roteiro da AutoAvaliação das Instituições**. Brasília: MEC/INEP – CONAES, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior**. Comissão Especial de Avaliação. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria 2051 de 09 de julho de 2004**. Regulamenta os procedimentos de Avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Instituído na Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Brasília: MEC, 2001.

BUARQUE, C. **A Aventura da Universidade**. São Paulo: UNESP, 1994.

CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IZABELA HENDRIX. Plano de Carreira docente do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, 2010. Belo Horizonte: CUMIH, 2010.

COELHO, Ildeu Moreira. **Diretrizes curriculares e ensino de graduação**, 1998. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/Abmes/Publica/Revista/estud22/est22-02.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2011.

COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – CONAES. **Parecer Conaes n.4**, de 17 junho de 2010. Sobre o núcleo docente estruturante NDE. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1093&id=15712&option=com_content&view=article>. Acesso em: 19 mar. 2011.

CREPALDE, Ricardo. Sistema de gestão de aulas: criando cultura para o ensino a distância e melhorando o processo ensino-aprendizagem pela internet. In BARIAN PERROTTI, E. M.; VIGNERON, J. **Novas Tecnologias no contexto educacional: reflexões e relatos de experiências**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2003. p.133-134.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Autores Associados, 2002.

FARIA, Dóris Santos de. (Org.) **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Revisão das áreas temáticas, linhas e ações de extensão**: relatório final, 2004.

FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS. 2001, Recife. A Extensão e Ação Comunitária: Contribuição das universidades e IES Comunitárias para um Plano Nacional de Extensão. Recife, 2001.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 20.ed. Campinas: Papirus, 2009.

IBGE: 14,4% da população entre 18 e 24 anos frequentavam ensino superior em 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2010/11/18/ibge-14-4-da-populacao-entre-18-e-24-anos-frequentavam-ensino-superior-em-2009>>. Acesso em: 19 mar. 2011.

MARINS, M. A. Universidade e Pesquisa. **Revista de Estudos Universitários – UNISO**, Sorocaba, v. 21, n.01, jun. 1995.

OLIVEIRA, S. R. A Questão da qualidade na Educação Superior – a articulação ensino-pesquisa. **Revista: Universidade e Desenvolvimento**, Florianópolis, v.2, n.3, 1994.

ROCHA, T. **Cultura: matéria-prima de desenvolvimento e educação**. 2003.

ROSENBERG, Marc J. e-Learning: implementando com sucesso aprendizado on-line na sua empresa. São Paulo: MAKRON, 2002 *apud* CREPALDE, Ricardo. **Sistema de Gestão de Aulas: criando cultura para o Ensino a Distância e melhorando o processo de ensino-aprendizagem pela internet**. São Bernardo do Campo: São Paulo, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 3ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal Ltda, 2000.

UNIVALE. Faculdade de artes e comunicação. **Proposta de implantação do núcleo de cultura**. Governador Valadares: Univale, 2003.

WANDERLEY, L.E. **O Que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986.